

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

TESE

**Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a
degradação ambiental da região das Minas do Canta
Gallo na província do Rio de Janeiro**

Mauro Leão Gomes

2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**OURO, POSSEIROS E FAZENDAS DE CAFÉ. A OCUPAÇÃO E A
DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO DAS MINAS DO CANTA GALLO NA
PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO**

MAURO LEÃO GOMES

Sob a orientação do professor
Dr. Luiz Flávio de Carvalho Costa

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **doutor** em
Ciências em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade. Área de
concentração em Sociedade e
Agricultura.

Seropédica, RJ
Dezembro de 2004

Dedico este trabalho a meu pai, Antonio José Gomes. Que ele seja uma pequena contribuição ao seu sonho de construir uma realidade mais equilibrada e justa.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar a minha mãe, Dilma Leão Gomes, pelo apoio material e espiritual, sem os quais a realização deste trabalho não teria sido possível. Agradeço também ao Flávio, meu orientador, pelas oportunas correções, pela paciência, pela confiança, pela ajuda na digitalização das imagens e principalmente pela amizade que muito contribuíram para que este objetivo fosse atingido. Agradeço a professora Márcia Motta da UFF, pelas sugestões sobre fontes de pesquisa que representaram um verdadeiro “farol” numa “noite escura” no início da pesquisa. Um agradecimento também ao professor José Ribamar Bessa, da UERJ pelas informações de fontes sobre os povos indígenas. Também quero agradecer aos meus filhos, Pedro, Gabriel e Iamê pela compreensão frente às ausências, ao recolhimento, às recusas a convites para ir à praia, ao cinema, viajar e outras coisas maravilhosas das quais nos privamos neste período.

BIOGRAFIA DO AUTOR

Mauro Leão Gomes é natural do Rio de Janeiro, onde nasceu em 11 de setembro de 1963. Graduiu-se em História pela UFF em 1989 e obteve o título de Mestre em Ciências do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ em 2000. Também neste ano começou seu curso de doutorado no CPDA. Foi bancário e professor do ensino médio. Sua tese de doutorado, intitulada *Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da região de Santa Gallo, na província do Rio de Janeiro*, é o resultado de um período de grande dedicação ao estudo de alguns aspectos da história regional e ecológica do estado do Rio de Janeiro. A linha metodológica do trabalho manteve-se próxima aos princípios da História Ambiental, uma nova corrente da historiografia que procura compreender a sociedade humana, também, a partir das suas relações com o meio físico no qual se desenvolve.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo retratar parte da história da ocupação da região de Cantagalo, no século XIX, na província do Rio de Janeiro, a partir do enfoque da história ambiental. Neste sentido, a narrativa foi construída de modo a incluir variantes ambientais na análise das diferentes ondas de ocupação desta região. Os *Sertões do Macacú*, ou região das *Minas do Santa Gallo*, como eram conhecidas estas terras no século XIX, compreendia uma área bem maior do que aquela delimitada, atualmente, pelo município de Cantagalo. Toda esta região havia sido evacuada, por volta de 1765, pelas autoridades governamentais com o objetivo de impedir que ali fossem desenvolvidas atividades clandestinas de garimpo de ouro, o que já vinha sendo feito por um grupo de *faiscadores*, chefiados por um líder de alcunha Mão de Luva.

A partir de 1786, o vice-rei Luiz de Vasconcelos e Souza deu início ao processo de ocupação oficial *daqueles sertões*, com a distribuição das lavras para as atividades de mineração. Após o garimpo, pequenos e médios posseiros e também grandes fazendeiros de café passariam a ocupar estas terras, permitindo que a cultura ocidental fincasse aí suas raízes, de modo definitivo. A análise destes diferentes movimentos migratórios foi feita com atenção especial ao modo, como cada um destes grupos se relacionava com seu entorno ecológico. Foi dada especial atenção aos níveis de sustentabilidade ambiental, presentes na ação destes novos colonos, que demonstraram ser não muito elevados quando comparados as práticas dos povos ameríndios que habitavam anteriormente este território.

Palavras-chave: história ambiental, província do Rio de Janeiro, região de Cantagalo.

ABSTRACT

This work aims at portraying part of the occupation history of Cantagalo region, in the 19th century, in the Rio de Janeiro province, with basis on the environmental history. Therefore, the narrative was built in order to include environmental variables in the analysis of different occupation movements of this area. The *Sertões do Macacú* (*Macacú backwoods*), or region of the *Canta Gallo Mines*, as these lands were known in the 19th century, comprised a much larger area than that presently delimited by Cantagalo borough. All this region had been evacuated around the year of 1781, by governmental authorities with the objective to prevent the development of clandestine gold mining activities, which was already being done by a group of prospectors under the leadership of a chief nicknamed Mão de Luva (Glove Hand).

From 1786 on, Luiz de Vasconcelos e Souza, the vice-king, gave origin to the official occupation process of *those backwoods*, with the land distribution for mining activities. Following the mining, small and medium-sized land holders as well as powerful coffee farm owners would start to occupy these lands, allowing the western culture to set down roots, in a definitive way. The analysis of these different migration movements was done with special attention to the way that each one of these groups dealt with their ecological surroundings. Special attention was also given to the levels of environmental sustainability, present in the action of these new settlers, which turned out not to be so high when compared with the practices of the native peoples who had previously inhabited this territory.

Key-words: environmental history, Rio de Janeiro province, Cantagalo region.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1.1- Uma breve dissertação sobre a História Ambiental.....	4
 CAPÍTULO I – A região das Minas do Canta Gallo ou Sertões do Macacú na província do Rio de Janeiro.....	 7
 I.1 O meio físico.....	9
I.1.1- A vegetação.....	10
I.1.2- A fauna.....	12
I.2- O garimpo clandestino de ouro e o início da ocupação dos Sertões do Macacú.....	14
 CAPÍTULO II – Pequenos agricultores livres e sustentabilidade ambiental na serra fluminense do século XIX.....	 26
 II.1 - Posseiros livres e pobres na região das Minas do Canta Gallo.....	26
II.2 – Cultura e adaptação ambiental.....	33
II.3 – A expansão cultural e biológica da Europa.....	37
II.4 - A presença camponesa nos Sertões do Macacú.....	42
II.5- A população livre e pobre da serra fluminense na visão de viajantes estrangeiros.....	45
II.6- A cultura do milho na serra fluminense.....	52

CAPÍTULO III – A grande lavoura cafeeira na serra fluminense.....	55
III.1 - A Mata Atlântica sob os pés de café na região do Canta Gallo.....	55
III.2 - A agronomia do café na província do Rio de Janeiro.....	61
III.3 - As fazendas de café na região de Cantagalo.....	63
III.4- Um fazendeiro cantagalense contra a rotina.....	70
III.5- Outras críticas agrônômicas e ambientais a rotina de cultivo dos grandes cafeicultores fluminenses.....	72
III.6- Concentração de terras, controle da força de trabalho e destruição da natureza.....	80
 CAPÍTULO IV - Ancestralidade e racionalidade ambiental sustentável: as culturas ameríndias na região das Minas do Canta Gallo.....	 84
IV.1- Etnobiologia e saber ameríndio.....	84
IV.2- Povos indígenas na região das Minas do Canta Gallo.....	89
IV.3- Índios, conflitos sociais e Estado.....	98
 CONCLUSÃO.....	 103
 FONTES.....	 111
 BIBLIOGRAFIA.....	 117

ÍNDICE DAS IMAGENS

Floresta primária.....	pág.10
Floresta primária I.....	pág.12
Cartas Topográficas da Capitania do Rio de Janeiro de 1767.....	pág.15
Carta Geográfica da Província do Rio de Janeiro de 1823.....	pág.16
Lavagem de ouro.....	pág.21
Lavagem de diamantes.....	pág.22
Lavagem de ouro (próximo a Itacolomi).....	pág.25
Clareira na mata virgem.....	pág.28
Fazenda de mandioca.....	pág.32
Rio Paraíba do Sul.....	pág.39
Carregamento de uma mula.....	pág.58
Pouso de uma tropa de mulas.....	pág.60
Sede da fazenda Areias em Cantagalo.....	pág.65
Fazenda Bemposta em Cantagalo.....	pág.71
Porto da Estrela.....	pág.74
Aldeia dos índios Coroados.....	pág.86
Festa de embriaguez dos Coroados.....	pág.90
Índios Puris.....	pág.91
Dança dos Puris.....	pág.93
Família de Botocudos.....	pág.94
Índios Coroados.....	pág.96
Índios Botocudos.....	pág.98
Família de Botocudos.....	pág.102

INTRODUÇÃO

Diz-no-lo aquela impressão de solenidade, aquele sentimento de veneração que se apodera de todo aquele que entre pela primeira vez numa floresta virgem. A princípio olhávamos atônitos para aquele labirinto de altos e esguios troncos, para as maranhas de lianas, para o alto, para aqueles imensos tetos de copas por cima de nós que só nos deixavam ver o céu como através de um véu, sem que, porém, nos pudéssemos dar conta do que víamos. Pode-se pintar no lar uma floresta virgem com a mais abrasada fantasia, mas se verá sempre a mais ousada expectativa excedida quando se pões realmente os pés dentro de uma dessas florestas. Tudo aí é colossal, tudo parece pertencer a um mundo primitivo; nós mesmos, com as nossas montadas, pertencemos inteiramente a uma outra era. Primeiro é o monstruoso padrão de medida que nos espanta; logo depois desperta em mais alto grau de admiração ainda a completa diversidade do mundo vegetal destas florestas em relação a nossa parte do globo. Se na pátria um arbusto, ou aqui e ali uma árvore frutífera, aqui encontramos árvores colossais em floração, cuja altura excede o dobro, o triplo das nossas.¹

Este trabalho procura reconstituir, a partir do enfoque da história ambiental, parte da história de ocupação e colonização da região das *Minas do Santa Gallo*, na serra fluminense, durante o século XIX. Nesta reconstituição foi dada grande importância ao modo como foram estabelecidas as relações entre os diferentes grupos humanos e seu entorno ecológico, nos diferentes movimentos de ocupação. Garimpeiros, pequenos posseiros, grandes cafeicultores e os antigos habitantes destas terras, os povos indígenas, estabeleceram relações próprias com os diferentes biomas, as quais compreendiam modos também específicos de utilização dos recursos do meio físico.

Toda esta área, que fica entre as serras do Mar, da Mantiqueira e dos Órgãos, tendo o rio Paraíba do Sul como fronteira ao norte, era ainda coberta por florestas tropicais primárias² no início do século XIX, o que encantava muitos viajantes e naturalistas europeus que por ali passaram, como o príncipe Adalberto da Prússia. Para a história ecológica, o meio físico não aparece como mero palco no qual se desenvolvem as tramas dos diferentes processos civilizatórios. Pelo contrário, o ambiente natural é concebido, numa situação de interação com as diferentes culturas que o habitam, influenciando e sendo influenciado por elas.³

O espaço geográfico que foi delimitado como objeto de estudo, também conhecido no início do século XIX como *Sertões do Macacú*, havia sido evacuado pelas autoridades da colônia, em finais do século XVIII, após a suspeita de que garimpeiros clandestinos teriam aí se infiltrado para extrair ouro. As suspeitas se verificaram procedentes e no ano de 1786 alguns “fiscadores”, chefiados por um líder de alcunha Mão de Luva, foram presos e levados à corte, onde foram julgados e condenados pelo crime. Após a prisão dos contrabandistas teve início o processo de colonização oficial sobre toda esta vasta área, que passaria por mudanças antrópicas mais efetivas desde então. Após o garimpo, pequenos e médios posseiros e também grandes fazendeiros de café passariam a ocupar estas terras, permitindo que a cultura ocidental fincasse aí suas raízes, de modo definitivo.

Para reconstituir parte desta *cultura ecológica*, relacionada aos diferentes grupos migratórios, com suas formas próprias de utilização dos recursos naturais, foram utilizadas fontes de pesquisa que pudessem retratar alguns aspectos da vida cotidiana destas populações. Neste sentido, foram analisados: diversos processos judiciais do século XIX, principalmente os de embargo, manutenção de posse e inventários post-mortem, relatos de viajantes e cronistas que passaram por *aqueles sertões*, documentos oficiais como relatórios ministeriais e de presidentes de províncias, ofícios, cartas, registros paroquiais de terras e escrituras.

¹ PRÍNCIPE Adalberto da Prússia [1847], 2002, *Brasil: Amazonas – Xingu*, op. cit. p. 113 e 114.

² Define-se como floresta primária o conjunto de espécies vegetais que ocupam inicialmente uma área ou território. Ao nível do senso comum estas coberturas florestais são também conhecidas como florestas virgens.

³ LEFF, Enrique. 2001, *Saber Ambiental – Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*, op. cit.

Também foram pesquisados jornais e revistas, publicados na corte e no município de Cantagalo, no século XIX.

O primeiro capítulo se propõe a descrever a região das *Minas do Canta Gallo* em seus aspectos físicos e geográficos, além de relatar a história do início da colonização daquela área. Nesta fase do trabalho são feitas descrições do meio físico, nas quais são retratadas as condições topográficas e climáticas desta área da serra fluminense, sendo também expostas as características de sua composição florística e de sua fauna. Ainda no primeiro tomo, são descritos os primeiros movimentos de colonização da região, que foram motivados pelo garimpo de ouro, inicialmente clandestino e depois tornado oficial pelas autoridades a partir de 1786, quando teve início a ocupação oficial deste espaço. Aqui também são esclarecidas algumas controvérsias que envolvem a figura do líder do grupo de garimpeiros, conhecido como Mão de Luva, que invadiu clandestinamente a região em finais do século XVIII. De modo diferenciado em relação à historiografia tradicional, são feitas considerações sobre os impactos ambientais relacionados à extração de ouro, com as técnicas empregadas no século XIX.

O segundo capítulo trata de um ponto relativamente pouco discutido pela historiografia: a população livre e pobre do interior da província do Rio de Janeiro. Embora presente em trabalhos de importantes historiadores brasileiros, como Maria Yedda Linhares, Márcia Motta, João Luis Fragoso, Hebe Castro, Francisco Carlos Teixeira da Silva, dentre outros, não são encontradas na historiografia tradicional, muitas referências a este tema. Considerados de pouca importância social, também por alguns clássicos da produção erudita brasileira, como Gilberto Freyre⁴ e Caio Prado Júnior⁵, estes pequenos agricultores pobres e livres, na sua grande maioria posseiros, isto é, sem estabilidade no acesso a terra, tinham, ao contrário, um papel muito bem delimitado na vida social do império. Cabe ainda ressaltar que os pequenos agricultores, que viviam na região de Cantagalo, no século XIX, não possuíam o mesmo sentido de sustentabilidade, no que se refere ao trato com terra, registrado entre os pequenos camponeses do velho continente.

A localização da maioria das posses nos limites das grandes fazendas, fazia com que sua legitimidade fosse constantemente questionada, o que se dava tanto através de processos de embargo movidos contra as mesmas, quanto pela ação direta dos grandes proprietários rurais.⁶ A itinerância das plantações de café acabava também tornando itinerantes as posses destes pequenos agricultores, o que impedia o desenvolvimento de uma cultura mais sólida de preservação da capacidade de produção dos terrenos cultivados. Além disso, a própria tradição agrônômica dos camponeses descendentes da cultura ocidental, os levava a uma relação de confronto com algumas estruturas bióticas do meio tropical. Para os camponeses europeus, cujas tradições e técnicas de cultivo marcaram a cultura brasileira, as áreas de cultivo precisavam ser “arrancadas” da floresta, de um modo absoluto.⁷ De maneira bastante diferente daquela empregada pelas culturas ameríndias, embora também utilizando as técnicas de *roça e queima* para limpar o terreno, os campos cultivados por pequenos e médios agricultores com técnicas ocidentais, no século XIX, precisavam ter os seus solos expostos e em grande parte dos casos não eram mais retomados pela floresta. A itinerância das pequenas lavouras, somada a ausência do período de pousio e a escolha de culturas destinadas ao mercado levavam ao esgotamento progressivo dos terrenos, ainda que numa escala menor, se comparadas às práticas das grandes fazendas monocultoras.

No terceiro capítulo são retratadas as estruturas físicas e as técnicas produtivas presentes nas grandes fazendas de café da região de Cantagalo. A *grande lavoura cafeeira* que causou mudanças antrópicas de grande intensidade nas paisagens da serra cantagalense, não diferia muito em sua estrutura, das outras fazendas de café presentes na região do vale do rio Paraíba do Sul. A agronomia do café, do século XIX, que tinha como consequência a esterilização e a erosão dos terrenos cultivados, também foi aplicada na região das *Minas do Canta Gallo*, deixando aí igualmente a sua marca de degradação e esgotamento dos recursos naturais. Esta *rotina da lavoura cafeeira*, que possuía muitas vozes de oposição naquele período, também

⁴ FREYRE, Gilberto. 2000, *Casa-Grande e Senzala*, op. cit.

⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. 1994. *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit.

⁶ Para a análise dos conflitos de terras na província do Rio de Janeiro ver MOTTA, Márcia Maria Menendes. 1998, *Nas Fronteiras do Poder, conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*, op. cit.

⁷ MENDRAS, Henri. 1978, *Sociedades Camponesas*, op. cit.

contava em Cantagalo com a crítica de Luiz Correa de Azevedo, cuja família era proprietária da fazenda Bemposta, considerada uma das grandes fazendas da região. Azevedo, assim como outros críticos das técnicas tradicionais de cultivo do café, apontava os equívocos e os limites ambientais desta cultura esgotadora⁸ promovida pelos grandes fazendeiros cantagalenses. No final deste capítulo, após a análise de algumas críticas e propostas alternativas à rotina da cultura do café, são feitas considerações sobre as relações existentes entre esgotamento dos recursos naturais, concentração de terras e controle sobre a força de trabalho.

O quarto capítulo é destinado à análise do modo de vida das populações ameríndias que habitavam a região de Cantagalo no século XIX. Ao contrário dos colonos ocidentais, os povos indígenas da serra cantagalense utilizavam de modo sustentável os recursos naturais da região. Suas técnicas de cultivo eram, na verdade, práticas agrosilviculturais que tinham como consequência a ampliação modificada das áreas florestadas,⁹ o que se chocava com os modelos agrônômicos e civilizatórios ocidentais. Outro ponto importante, discutido neste tomo se refere aos conflitos entre índios e colonos ocidentais, que extrapolavam em muito as disputas territoriais, constituindo-se num verdadeiro choque de civilizações. Também as autoridades governamentais tomavam parte nestas disputas, agindo deliberadamente no sentido de catequizar e aldear os índios, incentivando-os a adotarem práticas de cultivo ocidentais. Isto representava, na prática, o aniquilamento das diferentes culturas e técnicas de cultivo destes moradores da floresta.

1.1 Uma breve dissertação sobre a história ambiental

A história ambiental é uma corrente da historiografia que passa a ganhar força a partir da década de 1970 e que hoje se constitui verdadeiramente como uma nova maneira de se escrever a história humana. Na medida em que aumenta o conhecimento da humanidade sobre alguns graves problemas ambientais, como o “efeito estufa”, a diminuição da camada de ozônio, o esgotamento dos recursos hídricos, a destruição das florestas tropicais, a drástica redução da diversidade biológica do planeta, além de muitas outras situações que realçam a idéia de crise ecológica e ameaçam a manutenção do atual modelo civilizatório, surge também a necessidade de explicar a história, a partir da inclusão de variantes ambientais na análise historiográfica.

As questões ecológicas passaram a adquirir maior importância, tanto ao nível do debate político, quanto nas discussões realizadas nos diversos setores da vida acadêmica. Isto somado a importância do desenvolvimento de políticas econômicas sustentáveis, para a manutenção e melhoria da qualidade de vida das sociedades humanas e suas gerações futuras fez com que o enfoque ecológico passasse a ocupar um espaço maior na historiografia e nas chamadas ciências humanas e sociais, de um modo geral.

Portanto, o tempo, a sociedade, os desejos, os interesses, estão em realidade na base da lógica interna que governa o progresso científico. Num sentido conclusivo, torna-se de certo modo evidente que a própria abordagem e construção do fato histórico dependem de considerações teórico-metodológicas elaboradas antecipadamente. É neste contexto de mudanças dos próprios paradigmas históricos que surge a História Ecológica, que passa a assumir como princípio a unidade indissolúvel entre o homem e a natureza, a partir da inclusão de variantes ambientais no discurso historiográfico. Para esta nova corrente da historiografia, a realidade só pode ser plenamente apreendida por meio de sua compreensão como um sistema complexo de articulações, no qual se relacionam fatores físicos, sociais, econômicos e políticos. Dizendo de outro modo, é preciso que se perceba a história das sociedades humanas em sua relação com seus ecossistemas, o que não significa tentar explicar a dinâmica de funcionamento das sociedades em função das leis da natureza, o que seria tão absurdo quanto descartar por completo a sua influência.¹⁰

⁸ PÁDUA, José Augusto. 1998, *Cultura Esgotadora: Agricultura e Destruição Ambiental nas Últimas Décadas do Brasil Império*, op. cit.

⁹ POSEY, Darrel A. 1987, *Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó)*, op. cit.

¹⁰ MOLINA, Manuel González de. 1999. *La Crisis de la Modernidad Historiográfica y el Surgimiento de la Historia Ecológica*. op. cit. p. 20.

A história ambiental procura compreender as relações estabelecidas pelos homens entre si e também com a natureza, ou seja, perceber a sociedade em sua relação com o meio físico, apreendendo as suas interações e transformações recíprocas. Trata-se literalmente de olhar a história através de um *ângulo ecológico*,¹¹ compreendendo os diferentes grupos humanos em sua ligação com seu ambiente natural, o que não significa construir uma história das influências do ambiente físico sobre as formações sociais. Trata-se, na verdade, de um esforço em apreender a humanidade num sentido integral, mostrando como a *racionalidade ecológica* tem influenciado as diferentes sociedades através dos tempos.

Não se pode encarar o ser humano como uma espécie que não possua vínculos com a biosfera, como todas as demais. Ao contrário, sua maior capacidade de transformar a estrutura biótica, quando comparada a de outras espécies, traz como consequência um aumento dos riscos de impactos ecológicos. Desse modo, uma das principais tarefas a que se coloca a História Ambiental é justamente analisar de forma mais global as interações existentes entre as diversas culturas humanas e o ambiente em que estão inseridas. Para isso, torna-se importante perceber em que medida as transformações ocorridas nas diversas formações sociais foram influenciadas pelo meio físico e, num sentido inverso, como este foi modificado pela ação da cultura humana.

Os seres humanos participam dos ecossistemas tanto como organismos biológicos aparentados com outros organismos quanto como portadores de cultura, embora raramente a distinção entre os dois papéis seja precisa. Aqui basta lembrar que, como organismos, os seres humanos nunca conseguiram viver num isolamento esplêndido, invulnerável.¹²

É de extrema importância não confundir os princípios teóricos da história ambiental com qualquer forma de determinismo geográfico¹³, que pressupõe o desenvolvimento das diferentes culturas como mero reflexo dos estímulos e limitações oferecidos pelo meio físico. Na se trata de determinação e sim de influência, uma vez que o meio físico não estabelece a direção que o desenvolvimento da sociedade ou grupo deve seguir. Na verdade, são apresentadas opções que surgem, em alguns casos, como consequências das próprias alterações antrópicas ocorridas. Os próprios recursos naturais podem ser aproveitados, em maior ou menor grau, por determinada sociedade de acordo com suas bases culturais. Uma área com grande quantidade de pastagens naturais pode ter pouca importância para uma sociedade que não crie animais herbívoros, ao passo que assumiria grande importância para um outro grupo social que criasse equinos ou bovinos.¹⁴

Em todo e qualquer lugar, a natureza oferece aos humanos que ali vivem um conjunto flexível, mas limitado, de possibilidades de se manterem vivos. Vejamos um caso extremo: os esquimós das regiões polares do norte não podem ter a esperança de virar fazendeiros. Ao invés disso, eles engenhosamente elaboraram uma forma de subsistir que não depende de sementes, arados e animais de tração, comuns e latitudes mais quentes. Viraram caçadores. As suas opções alimentares se concentram na caçada ao caribu nas tundras, na perseguição de baleias-brancas por entre blocos flutuantes de gelo, na coleta de frutinhas na primavera e na pesca com arpão.¹⁵

Outro ponto importante para a história ambiental se refere à necessidade de construção de um conhecimento interdisciplinar. Neste sentido um diálogo com a geografia, a botânica, a zoologia, a ecologia e outras disciplinas afins, passa a assumir significativa importância. Estas disciplinas irão fornecer instrumentos de análise eficazes que permitam, por exemplo, distinguir entre uma floresta primária e uma capoeira. Isto faz com que as fontes de pesquisa disponíveis para o historiador aumentem consideravelmente, pois além dos documentos tradicionais que permitem acesso às variantes ambientais, as próprias paisagens funcionam como registros das mudanças antrópicas promovidas no passado.

¹¹ Ibid.

¹² WORSTER, Donald, 1991, *Para fazer História Ambiental*, op. cit. p. 206.

¹³ SAHLINS, Marshall D. 1966. *A Cultura e o Meio Ambiente: o estudo de Ecologia Cultural*, op. cit.

¹⁴ DRUMMOND, José Augusto. 1991, *A História Ambiental: Temas, Fontes e Linhas de Pesquisa*, op. cit. p. 182.

¹⁵ Ibid. p. 206.

CAPÍTULO I

A REGIÃO DAS MINAS DO CANTA GALLO OU SERTÕES DO MACACU, NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO.

De um lado temos a natureza verdejante, frágil, graciosa e alegre, que atrai e encanta; de outro, a formação gigantesca, majestosa e serena, que nos enche de deslumbramento e contrição e que convida a meditações sérias, como se entrássemos numa catedral gótica de impressionantes proporções. Não há outro sentimento que se possa comparar ao que se apossou de mim, ao atravessar e contemplar a selva brasileira, senão o que me invadiu quando extasiado, admirei as catedrais de Colônia, Magdemburgo, Notre Dame ou Westminster¹⁶

A região das Minas do Canta Gallo ou sertões do Macacu, situada na parte setentrional do Vale do rio Paraíba do Sul, compreendia em finais do século XVIII uma área muito maior que a do atual município de Cantagalo. Seu território incluía toda a vertente interior das serras de Boa Vista, dos Órgãos, Macabu e Macaé, com uma área de quase seis mil quilômetros quadrados, cujo desmembramento deu origem aos municípios de Cantagalo, Cordeiro, São Sebastião do Alto, Itaocara, Carmo, Sumidouro, Nova Friburgo, Duas Barras, Bom Jardim, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena e Teresópolis¹⁷. Mesmo situada relativamente próxima ao litoral, a região das Minas do Canta Gallo encontrava-se, ainda nas últimas décadas do setecentos, praticamente desocupada, o que se devia a decisão das autoridades governamentais que determinaram a evacuação *daqueles sertões*, a partir de 1765¹⁸.

A região de Cantagalo possui clima tropical de altitude, com temperaturas médias que variam entre máxima de 31° e mínima de 7°, sendo sua altitude de 382 m acima do nível do mar. Sua topografia é caracterizada por um terreno montanhoso, com alicives acentuados e altitudes não muito elevadas, formando diversos morros conhecidos como meias laranjas. Em seu conjunto eles formam uma paisagem peculiar, constituída por um verdadeiro “mar de morros”.¹⁹ Os rios existentes na região são pouco volumosos e impróprios à navegação como o rio Negro, o rio Grande e o rio Macacu, exceção feita ao Rio Paraíba do Sul. A maior parte deste local era coberto, até a metade do oitocentos, por florestas primárias do tipo mesófilas caducifólias, típicas da Mata Atlântica, com árvores de espécies latifoliadas decíduas que chegam em média a trinta e cinco metros de altura e trocam de folhas durante a estação seca²⁰.

A primeira leva de habitantes não ameríndios a ocupar a região constituiu-se de um grupo de garimpeiros clandestinos, chefiados por um português de nome Manoel Henriques, conhecido era na região como Mão de Luva. Eles alojaram-se no

¹⁶ Burmeister, Herman. 1853, *Viagem ao Brasil*, op. cit. p. 149.

¹⁷ ERTHAL, Clélio. 1992, *Cantagalo: da Miragem do Ouro ao Explendor do Café*, op. cit.

¹⁸ SOUZA, D. Luiz de Vasconcelos e. 1781, “*Ofícios de Luiz de Vasconcelos e Souza dirigido a Martinho de Mello e Castro, dando providências contra os extraviadores das minas de ouro nas Caxoeiras do Rio Macacu, que se espalhavam pelos sertões, a fim de se apossarem do ouro, 25 de agosto de 1781*”, BN, manuscritos, op. cit.

¹⁹ DRUMMOND, José Augusto. 1997, *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*, op. cit.

²⁰ FERRI, Mário Guimarães. 1980, *Vegetação Brasileira*, op. cit.

local na década de 1760, sendo descobertos pelas autoridades coloniais em 1786 depois de um grande número de buscas mal sucedidas. Contavam, para a manutenção de sua clandestinidade e sigilo de sua localização, com o abrigo da densa floresta que cobria toda a área próxima ao garimpo²¹.

Após um breve período de exploração, que se estenderia por aproximadamente vinte anos, as lavras de Cantagalo começariam a dar sinais de exaustão. Com o fim das atividades de mineração, promove-se de modo mais intenso a ocupação da região, o que antes era impedido pelas autoridades da colônia temerosas pelo extravio do ouro²². A permissão para a ocupação estimularia a formação de fazendas, sítios, posses e situações no município, os quais além de alimentos para o mercado interno da então Província do Rio de Janeiro, utilizariam a fertilidade deixada pela recente cobertura florestal para o desenvolvimento de imensas plantações de café. A cultura cafeeira traria grande prosperidade para região, embora pelo curto espaço de apenas algumas décadas. A forma de cultivo dos cafezais, baseada na agricultura de roça e queima, porém realizada em grandes extensões de terras, muitas delas em encostas, levaria a uma rápida perda da fertilidade dos solos da região, que no espaço de algumas poucas décadas, encontrar-se-iam exauridos e em processo de erosão²³.

O desgaste dos solos e o fim do trabalho escravo, em 1888, levariam Cantagalo a uma significativa situação de crise econômica, só parcialmente superada nos primeiros anos do século XX com a pecuária leiteira. Uma outra crise, contudo, havia sido desencadeada sendo de superação ainda mais difícil. Tratava-se da crise ecológica gerada pela apropriação e o uso perdulário dos recursos naturais da região, representados principalmente pela biomassa da floresta que cobria toda a área. O trato com a terra e o modo como, principalmente, os grandes fazendeiros cantagalenses se apropriaram dos recursos naturais, traria consequências importantes para o desenvolvimento futuro da região. As ações dos grandes cafeicultores do século XIX acabariam inviabilizando a própria empresa agrícola por eles desenvolvida²⁴. Entretanto, esta não seria a única consequência trazida pela *plantation* cafeeira oitocentista. Ao desgastar o solo e ocupar continuamente novas áreas de vegetação primária, num processo contínuo de produção de novas lavouras, eles também acabariam por interferir no modo de vida de centenas de pequenos camponeses livres e pobres, que desenvolviam práticas agrícolas alternativas à grande lavoura exportadora naquela parte do Vale do Rio Paraíba do Sul.

²¹ DIAS, Acácio Ferreira. 1942, *Terra de Cantagalo*, op. cit.

²² Ibid.

²³ DRUMMOND, José Augusto. 1997, *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*, op. cit.

²⁴ Ibid.

I.1 O meio físico

Vários viajantes que percorreram o Brasil no século XIX, deixaram registrada sua admiração pelas florestas, que cobriam ainda uma vasta porção do território brasileiro. Aqueles que cruzaram a província do Rio de Janeiro mostravam-se extasiados com a composição florística de nossas matas, cuja diversidade biológica em muito diferia da monotonia de espécies encontrada nas florestas da Europa. A Mata Pluvial Costeira do Brasil também conhecida como Mata Atlântica, que cobria numa faixa de aproximadamente 100 km quase todo o nosso litoral, com pequenas interrupções, causava verdadeiro deslumbramento aos olhares mais cuidadosos desses europeus, que se admiravam tanto com as grandes dimensões das árvores quanto com a diversidade da fauna e da flora. O naturalista francês Luís Agassiz em sua passagem pelo interior do Rio de Janeiro no ano 1865, deixa em seus relatos intitulados *Viagem ao Brasil*, um registro do seu encanto pela floresta tropical.

Vamos flunar à vontade na floresta virgem. São as mais esplêndidas, as mais selvagens, as mais primitivas belezas da natureza tropical que jamais vimos. Não creio que qualquer descrição possa nos predispor para o contraste que há entre a floresta do Brasil e a do nosso país, se bem que esta tenha também direito a denominação de virgem. Não é unicamente uma vegetação inteiramente diversa, é a impenetrabilidade da massa, a densidade, a obscuridade, a solenidade dessas matas que tornam a impressão tão profunda. Parece que o modo de crescimento das árvores, sua maioria elevando-se a uma altura extraordinária e deixando os galhos crescerem apenas nos seus cimos, é uma precaução da natureza para dar espaço à legião de parasitas, cipós, lianas, trepadeiras de toda espécie que enchem os espaços intermediários.²⁵

A Mata Atlântica com sua vegetação diversificada estende-se desde o Nordeste brasileiro até o Rio Grande do Sul. Suas formações florestais ocorrem tanto sobre as planícies costeiras como nos planaltos e serras do interior, com exceção de áreas adversas como aquelas formadas por grande declividade ou altitudes elevadas. A história da paisagem atual tem seus primórdios na fragmentação dos continentes no período Jurássico, isto é, com o início da deriva continental que separou a América do Sul da África. Na Região Sudeste a floresta estende-se mais para o interior, em direção ao vale do Paraná, passando de perenifolia na fachada costeira a caducifolia e subcaducifolia no interior. Em altitudes maiores a floresta passa de tropical a subtropical.²⁶

Estas florestas higrófilas, perenifolias em algumas regiões e caducifolias²⁷ em outras, devem sua existência à grande umidade do ar, trazida pelos ventos marítimos, que se precipita sob a forma de chuvas quando o ar sobe e entre em contato com camadas frias em maiores altitudes. A parte norte desta região, mais rica em chuvas, chega a receber entre 1.800 e 2.000 mm de chuvas por ano. No trecho sul, mais precisamente na região sudeste, a mata pluvial desenvolve-se quase que exclusivamente nas encostas de montanhas médias e altas cobrindo toda a região pertencente as Serras do Mar, da Mantiqueira e dos Órgãos. Nesta área a precipitação anual situa-se entre 1.700 e 2.000 mm. Em termos gerais a vegetação encontrada na parte oriental da Serra do Mar é do tipo higrófila perenifolia, que difere de outra de tipo higrófila caducifolia presente em parte da região do Vale do Paraíba do Sul.²⁸

I.1.1 A vegetação

²⁵ AGASSIZ, Luís. [1869], 2000, *Viagem ao Brasil*, op. cit. p. 125.

²⁶ CORTESÃO, Judith et al. 1990, *Mata Atlântica*, op. cit. p. 67.

²⁷ Florestas *perenifolias* são aquelas cujas árvores mantêm as suas folhas em todas as estações do ano e *caducifolias*, são aquelas cujas folhas caem em parte do ano.

²⁸ HUECK, Kurt, 1972. *As Florestas da América do Sul. Ecologia, Composição e Importância Econômica*, op. cit.

A vegetação da Mata Atlântica é composta por uma floresta bastante densa, dominada por árvores altas, que atingem geralmente 45 a 55m podendo excepcionalmente atingir alturas maiores. Devido à densidade da vegetação o interior da floresta é escuro, mal ventilado e úmido. Em sua composição florística, estas matas são extremamente ricas, diversificadas e regionalmente bastante singulares. “Normalmente se encontram de 60 a 80 e por vezes até 100 ou mais, espécies arbóreas diferentes com um DAP²⁹ maior ou igual a 10cm por ha”.³⁰



Floresta primária
Fonte: SOS Mata Atlântica

Trata-se de uma floresta sempre verde cujos componentes florísticos possuem geralmente folhas largas, característica de uma vegetação perenifólia presente em lugares com grande umidade durante todo o ano, o que ocorre quase sempre próximo ao litoral. Sobre as árvores aparecem muitas e diversas epífitas, que podem ser do tipo herbácea, sendo as bromélias um dos membros mais comuns desta família; ou lenhosas, das quais o *Ficus* ou mata-paus é um dos exemplares mais interessantes: ele começa como uma epífita e termina como planta terrestre. Na medida em que cresce em torno do caule da hospedeira, lança suas raízes em direção ao solo onde elas penetram e se desenvolvem. Conforme as raízes vão crescendo transformam-se num apoio poderoso, chegando a lembrar um tronco, capaz de suportar o seu peso. Enquanto isso, a antiga árvore que funcionou como suporte e hospedeira tem o seu tronco e copa asfixiados e acaba morrendo.³¹

Além das epífitas também encontramos nos estratos superiores vários tipos de lianas, que são trepadeiras dos mais diversos tipos. Do mesmo modo existem nestas florestas várias espécies de bambus, que ao caírem formam verdadeiras barreiras sobre as trilhas existentes, as quais se assemelham em alguns lugares a cabanas naturais. Também o solo das matas é recoberto por inúmeras plantas herbáceas de diferentes espécies, acumulando-se sobre este uma camada de folhas e outros resíduos orgânicos que aos poucos se decompõe, transformando-se em húmus que se mistura à camada superficial do solo.³²

Um outro agente biológico, que mesmo sem poder ser visto a olho nu, desempenha um papel vital na manutenção do sistema ecológico das florestas tropicais são alguns tipos de fungos que se associam às raízes das plantas favorecendo a absorção de nutrientes, dentre eles o fósforo. Este tipo de associação, que recebe o

²⁹ DAP significa “diâmetro à altura do peito” e é uma forma de medição convencional para se avaliar o tamanho das árvores e seu potencial para extração de madeira.

³⁰ LAMPRECHT, Hans. 1990, *Silvicultura nos Trópicos. Ecossistemas florestais e respectivas espécies arbóreas – Possibilidades e métodos de aproveitamento sustentado*, op. cit. p.55.

³¹ FERRI, Mário Guimarães.1980, *Vegetação Brasileira*,op. cit.

³² Ibid.

nome de *micorriza*, é apontada por alguns pesquisadores como sendo de grande importância, inclusive para o sucesso de programas de recuperação de áreas degradadas.

Estudos recentes têm demonstrado que as micorrizas possuem uma função ecológica mais ampla, atuando na ciclagem de nutrientes, na estabilidade de agregados do solo, na diminuição da ocorrência de doenças e na capacidade de suportar estresse hídrico. Os fungos micorrízicos por si só e de forma generalizada não são uma panacéia para a resolução de todos os problemas da recuperação, que possui peculiaridades ímpares dependendo da região onde esteja sendo realizada. Porém não devem ser esquecidos ou desprezados, pois podem ser a diferença entre o sucesso e o fracasso no estabelecimento da vegetação. Os efeitos benéficos da micorrização são bastante conhecidos. Plantas micorrizas se desenvolvem melhor do que plantas sem micorrizas, especialmente sob condições adversas, como em solos de baixa fertilidade.³³

Esta mata pluvial costeira, ou Mata Atlântica, desenvolve-se tanto na planície costeira, quanto nas encostas voltadas para o mar, penetrando em alguns trechos mais profundamente no interior. A parte da floresta pendente para o interior é em geral menos exuberante e mais seca, manifestando-se a oeste das montanhas costeiras do Brasil, como é o caso das florestas encontradas no Vale do Paraíba do Sul entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira. Uma grande parte das árvores destas matas é ainda perenifólia, embora haja grande variação de espécies por região, podendo ser identificada grande mistura de árvores caducifólias que podem permanecer desfolhadas de quatro a cinco meses por ano. Estas florestas pluviais de encostas são constantemente interrompidas por campos abertos, principalmente na medida em que aumenta a altitude. Também os níveis pluviométricos são sensivelmente inferiores aos encontrados na parte oriental da Serra do Mar, atingindo uma média de 1.000 mm por ano no Vale do Paraíba do Sul.³⁴



Floresta primária
Fonte: SOS Mata Atlântica

Algumas espécies da flora do domínio da Mata Atlântica são bastante conhecidas, sendo que outras se encontram em ameaça de extinção. Dentre as últimas podemos citar o gravatá (*Billbergia alfonsoi joannis*), o

³³ MARTINS, Fernando Roberto. 1993, *Estrutura de uma Floresta Mesófila*, op. cit.

³⁴ FERRI, Mário Guimarães. 1980, *Vegetação Brasileira*, op. cit.

pinheiro-do-Paraná, (*Araucária angustifolia*), o jequitibá (*Cariniana ianeirensis*), a brauna preta (*Melanxylon brauna*), o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), a pimenteira (*Jacquinia brasiliensis*), além de vários tipos de bromélias e diversas outras plantas.³⁵ Hoje restam menos de 8% do total da mata original encontrada pelos colonizadores europeus no século XVI. Além disso, a maior parte destas ilhas de florestas que foram preservadas se encontram separadas umas das outras, dificultando o fluxo genético entre as diversas espécies de plantas e animais. Tudo isso sem relacionar outros obstáculos, como aqueles oferecidos pelas diversas formas intervenção antrópica.

I.1.2 A fauna

Desde o primeiro contato com a Mata Atlântica os observadores europeus extasiavam-se com a imensa diversidade da fauna da região, presente em diversos biomas como restingas, manguezais, pinheirais, matas de baixadas, de encostas, etc... Muitas destas paisagens sofreram alterações entre períodos secos e úmidos, num processo evolucionário que vem se definindo desde o Pleistoceno. Nas fases de maior umidade pôde ser verificada uma expansão das florestas, ocorrendo exatamente o inverso nas épocas secas geralmente associadas a fases de resfriamento do planeta. Nestes períodos as áreas florestadas desenvolviam-se de forma isolada, formando verdadeiras ilhas desta vegetação ao longo do território. Como os animais vivem em *habitats* ligados a formações vegetais específicas, este isolamento geográfico teria levado a diferentes processos evolutivos, o que explicaria a diversidade e exuberância da fauna encontrada na Mata Atlântica. Com o retorno do período úmido e a expansão e união entre os diversos trechos de matas isoladas, houve também a união das respectivas faunas viabilizando a formação de espécies novas.

Com exceção de poucos animais maiores, como a anta ou tapir (*Tapirus terrestris*) e a onça pintada ou jaguar, a fauna da Mata Atlântica é caracterizada pelo predomínio de animais de pequeno porte. Como exemplo podemos citar alguns ratos-do-mato (*Cricitidae*), beija-flores, pássaros de porte pequeno e diverso, além de outros minúsculos vertebrados, incluindo peixes, que apesar do pequeno tamanho possuem uma importância ecológica tão grande quanto os maiores vertebrados.³⁶

Estas florestas pluviais tropicais com vegetação muito densa são o abrigo de várias espécies de animais bastante características. Ao restringir a circulação do ar no seu interior, diminuindo a possibilidade de faro dos animais e, conseqüentemente, a sua sensibilidade ao cheiro das presas e dos inimigos (em geral trazido pelo vento), a compactação das matas favorece a presença de animais vocalizadores, de audição aguçada. Entre eles, os primatas e as aves – bugios, macacos-prego, surucuás, maritacas. (...) A grande quantidade de cipós e o pequeno espaçamento entre as árvores condicionam o porte dos animais. Ao dificultar a locomoção rápida, essas florestas favorecem o desenvolvimento de animais de hábitos arbóreos, entre os quais os de cauda, como os primatas, os gambás e tamanduá-mirim; e os de dedo opositor, como os mutuns, jacus e papagaios. (...) Os locais mais abertos formam o habitat de mamíferos de grande porte, como a onça-pintada, um predador que precisa de bastante espaço para sobreviver. E, ainda, de outros animais, como a anta, a paca, a ariranha, a preguiça, a lontra, o tatu-canastra, o ouriço-preto, o guariba, gaviões, papagaios...³⁷

Parte destas espécies ainda pode ser encontrada em áreas preservadas de Mata Atlântica, contudo com a devastação e a substituição das formações florestais a fauna também vem sendo alterada e reduzida drasticamente. Algumas espécies têm migrado para outras áreas ou perdido parte de sua população, sendo que outras com seu número intensamente reduzido encontram-se seriamente ameaçadas de extinção.

A composição florística e a fauna das florestas de Mata Atlântica que conhecemos hoje, representam uma tímida parcela do que existia, ainda no século XIX. Relatos de cronistas e viajantes nos dão conta da

³⁵ PARIS, Mary Lou. 1992, *Dossiê Mata Atlântica*, op. cit. p. 38.

³⁶ CORTESÃO, Judith et al.1990, *Mata Atlântica*, op. cit. p. 132.

³⁷ PARIS, Mary Lou. 1992, *Dossiê Mata Atlântica*, op. cit. p. 31.

presença, relativamente comum de animais como onças pardas, onças pintadas, antas e algumas espécies de veados. Estes últimos eram caçados por alguns fazendeiros cantagalenses, que tinham esta prática como lazer. A floresta primária, que podia ser encontrada em Cantagalo ainda na metade do oitocentos, foi alvo de importantes modificações antrópicas, que se desenvolveriam em dois momentos significativos. O primeiro deles seria representado pela mineração de ouro, que ocorreu ainda no final do século XVIII, de início com os garimpeiros clandestinos e depois com os trabalhos de mineração de caráter oficial. O segundo e mais importante movimento de transformação das paisagens naturais da região, viria com o desenvolvimento das fazendas de café, que se formariam ali ao longo de todo o século XIX. Os cafezais como “soldados verdes” ocupariam a serra cantagalense, modificando de forma bastante radical os biomas destes mares de morros.

I.2 - O garimpo clandestino de ouro e o início da ocupação dos Sertões do Macacu.

A Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro de 1767³⁸, elaborada pelo sargento-mor Manuel Vieira Leão, indica os primeiros caminhos por onde foi iniciado o “desbravamento” da serra fluminense. Ela demonstra também como toda aquela região encontrava-se descolonizada, ainda no final do século XVIII. No centro da carta nota-se o “Caminho Novo” com suas variantes e alguns arraiais como Pati do Alferes e Paraíba do Sul, além de vários outros povoados e fazendas. Também pode ser vista a estrada para São Paulo, passando por São João Marcos. Ao norte, onde fica a região de Cantagalo, numa área ainda não colonizada e coberta por florestas, percebe-se a referência a aldeia de índios Guaralhos, próxima à Macaé. Também naquele trecho da carta observa-se uma frase marcante e expressiva: “*Certão ocupado por índios bravos.*”³⁹

A freguesia de Cantagalo foi criada através de portaria de 09 de outubro de 1786. Por meio de alvará com data de 09 de março de 1814, é elevada a categoria de vila, recebendo o nome de Vila de São Pedro de Cantagalo. Finalmente, em 02 de outubro de 1857, torna-se cidade por força da lei provincial número 965.⁴⁰

A principal razão pela qual toda esta região das *Minas do Canta Gallo*, situada a noroeste da província do Rio de Janeiro, só seria colonizada de forma mais intensa em finais do século XVIII, estava ligada às decisões das autoridades da colônia que, em 1765, determinaram a evacuação “daqueles sertões”. A justificativa para esta atitude estava na informação de que grupos de garimpeiros clandestinos, vindos da capitania das Minas Gerais, haviam se instalado naquela área para retirar ouro de forma ilegal. Isto gerava preocupação para o governo colonial que temia a sonegação do quinto, ou 20% do total do ouro apurado, que deveria ser recolhido aos cofres públicos sob a forma de imposto. Não havia, entretanto, unanimidade com relação à decisão de isolar “os sertões”. Em ofício encaminhado às autoridades portuguesas no ano de 1781, o Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza demonstrou um certo ceticismo para com as medidas tomadas por seu antecessor, que visavam reprimir o garimpo clandestino⁴¹. Segundo o novo Vice-Rei, isolar toda a área não seria uma medida de controle eficiente para este tipo de atividade. Dentre ações previstas para a evacuação dos colonos, constavam a demolição de casas e de sedes de fazendas.

³⁸ Cartas Topográficas da Capitania do Rio de Janeiro, mandadas tirar pelo Conde da Cunha, Capitão General e Vice-Rei do Estado do Brasil, feita pelo Sargento Mor Manoel Vieira Leão, 1767, BN, op. cit.

³⁹ Ver mapa em anexo na pág. 15.

⁴⁰ DIAS, Acácio Ferreira. 1942, *Terra de Cantagalo*, op. cit.

⁴¹ “Ofícios de Luiz de Vasconcelos e Souza dirigido a Martinho de Mello e Castro, dando providências contra os extraviadores das minas de ouro nas Caxoeiras do Rio Macacu, que se espalhavam pelos sertões, a fim de se apossarem do ouro, 25 de agosto de 1781”, BN, manuscritos, op. cit.

CARTAS Topográficas da Capitania do Rio de Janeiro, mandadas tirar pelo Conde da Cunha, Capitão General e Vice-Rei do Estado do Brasil, feita pelo Sargento Mor Manoel Vieira Leão, 1767. Fundação Biblioteca Nacional, Setor de Documentos Cartográficos, referência: ARC, 25, 11, 5.



CARTA Geographica da Província do Rio de Janeiro, copiada no Real Archivo Militar. Lisgoa, 1823.
Fundação Biblioteca Nacional, Setor de Documentos Cartográficos, referência: ARC, 12, 2, 12.



nte fui certificado que sua Majestade, por conta que a este respeito deu o Vice-Rei Conde da Cunha,

que succedeu aos mesmos Governadores internos, havia mädado prohibir com toda força este descobrimento, determinando positivamente que se praticasse todas os meios para se extinguir até as memórias, do que então se tinha intentado e que houvesse uma grande vigilância por Ministros e Officiaes Militares, para que se evitasse qualquer contravenção, como tudo consta na Carta de Offício de trinta e um de janeiro de mil setecentos e sessenta e cinco (...) Em execução d'aquella Real Ordem mandou o sobredito Vice Rei Conde da Cunha demolir as casas dos povoadores, e evacuar as suas fazendas, que ficavam mais proximas ás serras, que podiam dar entrada para aquelles sertões; de sorte que, ficando aquellas visinhanças desertas, por isso mesmo vieram a ficar mais abertas e promptas para se entrar pelos mesmos Sertões, sem que houvesse quem vigiasse e delatasse qualquer intento dos que pretendessem extraviar oiro d'aquelles lugares prohibidos.⁴²

Em offício enviado ao Conde dos Arcos, no ano de 1806, o capitão Francisco Duarte Malha⁴³ faz um balanço da situação da região das novas minas do Cantagalo, registrando também o estágio em que se encontrava a ocupação da mesma.

Se verifica ter o Certão de largo de Norte a Sul 6 léguas, e meia, e de Leste ao Oeste, ou do Oriente ao Ocidente 21 léguas; mas para a cultura só 9, logo tem o Certão de superfície 58 léguas, e 1/2; hora dando-se como se tem dado no interior cismarias de meia légua, só deve conter 117 moradores, e deste número se deve inda diminuir o que se tem dado no interior do Certão. (...) Em todos esses rios, e seus braços tem havido mais, ou menos trabalhos minerais, de que houveram em todos os tempos denúncias; e cujo motivo se fizeram evacuar as Fazendas estabelecidas naquele certão; porém sempre o ponto de contato foi o Cantagallo. (...) H é um terreno montuoso de huma continuada penedia, e só com algumas pequenas vargens dos rios de quem hé banhado, porém todos de pouca água, sendo os mais notáveis os rios Grande e Negro.⁴⁴

Por volta da década de 1760, alguns colonos vindos da capitania das Minas Gerais teriam penetrado na região dos sertões do Macacu, para ali desenvolver um garimpo clandestino. Este grupo, que tinha como líder um português de nome Manoel Henriques, conhecido como Mão de Luva situou-se no local próximo ao riacho das Lavrinhas, onde hoje fica a praça central da cidade de Cantagalo. Aproximadamente vinte anos depois, no ano de 1786 quando foram descobertos, os garimpeiros já eram em número estimado de duzentas pessoas incluindo mulheres e crianças⁴⁵. A certeza de que os integrantes do “bando de Mão de Luva” não seriam apenas figuras de um romance da época, mas sim personagens da história cantagalense, pode ser encontrada no grande número de cartas e officios expedidos pelas autoridades em finais do século XVIII, dando conta de providências tomadas a respeito dos mesmos. Um bom exemplo destes registros pode ser encontrado no offício de Luiz de Vasconcelos e Souza, Vice-Rei do Brasil, a Mantinho de Mello e Castro, expedido em 14 de setembro de 1786, prestando contas da repressão realizada contra os garimpeiros clandestinos.⁴⁶

Por força das minhas instâncias communicando-me o dito General pela carta e papel de que remetto as cópias dos números 6 e 7 o tempo, em que mandava fazer a entrada para o sertão bem persuadido das forças que n'elle haviam pela disfarçada correspondência que com os mesmos contrabandistas tinha o próprio commandante José Dias Lopes de quem se fiou para esta particular indagação, que se achava na guarda e porto chamado do Cunha, que estabeleceu no novo caminho que francamente abrio nos limites d'esta capitania, mandei pela tropa que já tinha disposto segurar e guarnecer todos os postos que tinham communicação para o interior do sertão, reservando e dando as

⁴² Ibid.

⁴³ Este documento manuscrito, considerado inédito, consta dos arquivos do IEB / USP, código 29,1,A8.

⁴⁴ MALHA, Francisco Duarte. 1806, *Offício a D.Marcos Noronha e Brito, Conde dos Arcos, dando informações sobre as Minas de Cantagalo, situadas a nordeste da cidade do Rio de Janeiro, em 07 de outubro de 1806*. IEB/USP, manuscrito, op. cit.

⁴⁵ DIAS, Acácio Ferreira. 1942, *Terra de Cantagalo*, op. cit.

⁴⁶ *Offícios Luiz de Vasconcelos e Souza a Martinho de Mello e Castro, dando providências contra os extraviadores das Minas de Ouro nas Cachoeiras do Rio Macacú em 14 de setembro de 1786*, BN, op.cit.

precisas ordens para que se devia internar e ocupar os lugares d'aquelle novo desobrimento, logo que me chegasse a notícia de se achar inteiramente evacuado dos mesmos contrabandistas. Pela que me deu o dito general na carta que remetto a cópia debaixo de número 8, fiquei tendo a certeza de se haver effectuado a pretendida diligência, prendendo-se e segurando-se o principal chefe Mão de Luva que ahi se achava com seus parciais.⁴⁷

Ainda com relação à presença dos “faiscadores”, que retiravam ouro do local clandestinamente, encontra-se outra referência num ofício expedido pelo Vice-Rei, Luiz de Vasconcelos e Souza, em 20 de agosto de 1789, publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em abril de 1842. Neste documento se pode constatar de modo evidente os intensos trabalhos de mineração realizados na região, antes da distribuição oficial das *datas*.

Nesta ocasião se viram patentes os vestígios que indicavam as grandes usurpações que ali se haviam feito muito a salvo, por se encontrar aquele terreno inteiramente escalado, aberto e profundado em diversas partes, em que se haviam empreendido serviços e escavações minerais, de modo que sem maior experiência se podia conceituar de que aqueles dois descobertos conhecidos, davam muito pouca esperança de utilidade, ainda que de todo a não perdiam os que só se fiavam das vozes e do rumor vago, que se haviam espalhado das suas grandes riquezas, adquiridas sem maior trabalho, indústria e diligência.⁴⁸

Após a captura do grupo, foram designados para o local alguns destacamentos policiais para reconhecer e fiscalizar a região, impedindo principalmente a entrada de novos contrabandistas que pudessem desenvolver outros trabalhos de mineração clandestinos. Neste momento, são abertas as primeiras estradas para o novo arraial de Cantagalo que na verdade não passavam de estreitas trilhas, constantemente reabertas em alguns trechos pelos próprios viajantes. Elas chegavam ao novo arraial passando por onde hoje ficam os municípios de Nova Friburgo e de Macaé.⁴⁹

No ano seguinte, em junho de 1787, chegou ao Arraial o desembargador Manuel Pinto da Cunha e Souza, designado pelo Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos e Souza para instalar no local uma Casa do Registro do Ouro para a arrecadação do quinto, cobrado pela Real Fazenda sobre o total do metal apurado. A partir daí constituiu-se a Superintendência Geral das Novas Minas do Macacu, uma vez que as autoridades acreditavam existir no local uma grande quantidade de ouro. Já no dia 21 do mês de julho, daquele mesmo ano, foram distribuídas as primeiras *datas*, ou terras minerais, nos córregos da Lavra Velha e das Novas Minas dos Sertões do Macacu. A denominação de Cantagalo data também de junho de 1787, segundo edital expedido pelo desembargador Manoel Pinto da Cunha e Souza, que antepôs este nome ao *das Novas Minas dos Sertões de Macacu*, para logo depois denominar-se Arraial de Cantagalo.⁵⁰

No relatório do Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos e Souza, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo IV, páginas 25 a 30, percebe-se a surpresa das autoridades com o grande número de pretendentes ao recebimento das lavras pois, devido as dificuldades oferecidas pelas estradas e caminhos que levavam a Cantagalo, esperava-se um número bem menor de pessoas.

Apresentou-se no dia que foi destinado para repartição das *datas* maior concurso de pretendentes do que se devia esperar, pela dificuldade dos caminhos e das estradas, que apenas se principiavam a praticar e abrir com bastante trabalho: procedendo-se as sortes estabelecidas no Regimento, depois de tirados as de Sua Majestade, e do estado, foram repartidos por todos, segundo o mínimo de escravos

⁴⁷ Ibif.

⁴⁸ *Ofício do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza sobre as Novas Minas dos Sertões do Macacú*, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, abril de 1842, Tomo IV, páginas 25 a 30, op. cit.

⁴⁹ ERTHAL, Clélio. 1992, *Cantagalo: da Miragem do Ouro ao Explendor do Café*, op. cit. p. 68.

⁵⁰ DIAS, Acácio Ferreira. 1942, *Terra de Cantagalo*, op. cit. p. 48.

que apresentavam, os descobertos conhecidos dos correjos da Lavra Velha e do Cantagallo, de que os contrabandistas se haviam apoderado, até o tempo em que foi evacuado aquele sertão.⁵¹

Numa outra carta do Superintendente Geral das Novas Minas do Sertão de Macacú, Manuel Pinto da Cunha e Souza, ao Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza, datada de 21 de julho de 1787, ficam explícitos os níveis de ocupação da região das novas minas, havendo também referências à ausência de pastos, o que significa a predominância absoluta de “matas virgens” ainda naquele momento. Um outro traço que chama a atenção, é que a quase totalidade dos gêneros alimentícios eram trazidos de lugares distantes, denotando um precário desenvolvimento de lavouras nas proximidades.⁵² Esta quase ausência de colonos herdeiros da cultura européia, ainda em finais do século XVIII e início do XIX, foi um dos fatores que levaram ao recorte da região de Cantagalo como objeto de estudo deste trabalho. A serra cantagalense funcionaria como uma amostragem recente e relativamente bem documentada, do modo como se deu a apropriação de parte significativa dos recursos naturais fluminenses ao longo do oitocentos. Muitos documentos demonstram esta fase embrionária do processo de colonização da região, ainda em finais do dezoito.

Será muito para estimar, que o trabalho que V.Exa me participa ter havido para aumentar a tropa que anda nos transportes para este sertão, tenha produzido o esperado efeito, porque o que temos apenas poderá servir para conduzir os mantimentos que necessita o armazém deste arraial. Para o qual segundo o atual estado das reservas, que distribui acento a oitenta e cinco praças, são necessários cento e trinta e nove alqueires de farinha, que precisam para sua condução de trinta e cinco bestas, quarenta e seis alqueires de feijão que precisam de quinze bestas e oitenta e sete arrobas de carne e peixe secos que precisam de 20 bestas, que fazem o número de sessenta e um. A qual se devem acrescentar mais trinta para a condução de noventa alqueires de milho, que tanto é preciso para se sustentarem as primeiras e as que o conduzem, pois cada uma gasta um alqueire na entrada e subida neste sertão, por onde ainda não há nem pastos suficientes e nem a fazer. Em noventa e um que serão as que podem achar-se prontas nas tropas que servem, tirando as doentes e cansadas.⁵³

Em outra carta redigida em 22 de setembro de 1786 pelo Tenente-Coronel e Comandante das Novas Minas do Sertão do Macacu, Manoel Soares Coimbra, endereçada ao mesmo Vice-Rei, sobre o envio de cabeças de gado para região, também é possível perceber como era a paisagem da região de Cantagalo, ainda no final do século XVIII.

Respeito a introdução de gados (...) na fazenda do córrego já se acha hum curral que sendo do agrado de V.Exa. o mandaria eu acrescentar este sítio do córrego, até o rio Grande e o mais abundante de pastos, o que se não encontra aqui, por ser quase tudo mato virgem e só poderão conservar pequenas porções de dez até doze rezes, ficando sempre o maior número naqueles lugares, que deixo dito, para dali virem vindo as que se houvessem de matar, a proporção dos pastos que se encontram aqui.⁵⁴

Alguns viajantes, como George Gardner, igualmente deixaram através de seus relatos importantes impressões acerca da paisagem que encontraram nas montanhas fluminenses naquele período. As informações de Gardner datam de sua viagem feita através da província do Rio de Janeiro no ano de 1836.

Este vale tem pouco menos de um quarto de milha quadrada e é coberto em ambas as margens da corrente, mas particularmente na do oeste, por florestas virgens, com árvores de grandes proporções. A estrada que partia de Piedade para Minas Gerais, através da Serra dos Órgãos, mal estava praticável. A região percorrida [era], em máxima parte, primitiva, coberta de matos virgens e abundante em fetos e

⁵¹ Ibid.

⁵² Cartas, correspondências e documentos relativos às Novas Minas de Macacú do Rio de Janeiro, de que era Superintendente Geral Manuel Pinto da Cunha e Souza, 1786-1790, BN, manuscritos, op. cit.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ COIMBRA, Manoel Soares. 1786, *Carta de 02 de junho de 1786 escrita do Registro da Fazenda do Cônego*. In Cartas, correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral, Manoel Pinto da Cunha e Souza, 1786-1790, BN, manuscritos, op. cit.

palmeiras. (...) A estrada corria sempre paralela ao rio, através de esplêndida floresta, formada por grandes árvores, de troncos em geral direitos, por vezes sem galhos até a altura de mais de cem metros. Cavalgando estrada a dentro, senti grande pesar ao refletir que nestas regiões se cortam e queimam léguas quadaradas de tais florestas para plantio do café. (...) Devido ao mau estado das estradas, era já seis horas da tarde quando chegamos a Cantagalo, embora a distância a vencer fosse de apenas quatro léguas. A região é de bastas selvas e, em geral, plana.⁵⁵

Esta nova corrida do ouro, desta vez permitida pelas autoridades governamentais, daria início à colonização oficial dos Sertões do Leste, ou de Macacu, uma região até então de acesso proibido e cercada por densa e rica cobertura florestal, como é possível perceber nos diversos documentos da época. Essas serras do leste, que eram habitadas por algumas tribos indígenas, como os Puris, os Coroados e os Botocudos, somente a partir de finais do século XVIII e início do XIX, seriam submetidas a mudanças antrópicas mais intensamente relacionadas ao modelo civilizatório ocidental. A notícia da existência de ouro no recém-criado Arraial de Cantagalo causaria grande agitação na corte. No dia 21 de julho de 1787, segundo edital distribuído no mês anterior, teve início a distribuição de *datas*, terras para mineração, nos principais córregos do lugar. Num primeiro momento foram distribuídas trinta e três datas, e no mês seguinte, mais cinquenta. Aqueles que as recebiam eram comunicados para que comesçassem a lavrá-las num período de, no máximo, quarenta dias podendo perder o direito às mesmas caso isso não viesse a ocorrer. A extensão dos lotes doados era em média de trinta braças em quadra, aproximadamente 4.350 m², precisando contar cada pretendente com 12 escravos, no mínimo, para a realização do trabalho.⁵⁶ Fazia-se agora, de forma oficial, aquilo que os garimpeiros clandestinos já realizavam há aproximadamente vinte anos e cujos sinais estavam ainda marcados no solo e na floresta. Somente a distribuição oficial de terras reservava uma área equivalente à aproximadamente 361 Km², ou seja, quase a metade da área do atual município de Cantagalo, que teria os seus solos revolvidos e suas árvores arrancadas em busca de ouro. Sendo que grande parte destes terrenos ficavam próximos aos rios e córregos da região, o que tornava o impacto ambiental destas ações ainda mais intenso.



Lavagem de ouro

⁵⁵ GARDNER, George. [1842], *Viagens no Brasil, Principalmente nas províncias do Norte e nos Distritos do Ouro e do Diamante durante os anos de 1836-1841*, op. cit. p. 440.

⁵⁶ DIAS, Acácio Ferreira. 1942, *Terra de Cantagalo*, op. cit.

Fonte: Freireyss, G.W. Viagem ao interior do Brasil, op. cit.

Os procedimentos utilizados para extração de ouro e de diamantes no Brasil, em finais do século XVIII, eram bastante rudimentares. Muitas vezes foram os próprios escravos que introduziram técnicas e instrumentos de trabalho, que possibilitaram um melhor desempenho nas atividades de *maneio das lavras*. Dentre as ferramentas utilizadas para o garimpo, naquele momento, se incluem a bateia, o almocafre e as canoas, que em pouco tempo tornaram-se comuns nos serviços de extração mineral.⁵⁷



Lavagem de diamantes

Fonte: Freireyss, G.W. Viagem ao interior do Brasil, op. cit.

O tipo de ouro encontrado de forma mais comum, em quase todo o território brasileiro e também nas novas Minas de Cantagalo, era o ouro aluvional ou de aluvião, que se apresentava sob a forma de pequenos grãos e em folhetas, sendo raros os grãos maiores. Era, a princípio, facilmente encontrado em leitos de córregos, sendo a sua extração feita por turmas de escravos, que trabalhavam com água pelos joelhos nos leitos dos riachos, recolhendo cascalho e lavando-o nas bateias. Com o passar do tempo ocorria o escasseamento do metal no leito dos rios, passando os arrendatários a dragar os riachos maiores com caçambas de madeira, ou a desviar os córregos menores sobre suas margens para melhor peneirar o seu leito. O termo “lavras”, ao invés de minas, surge a partir de uma analogia destes processos com algumas práticas agrícolas, nas quais a terra é amplamente revolvida.⁵⁸

Os impactos ambientais provocados pela atividade mineradora em Cantagalo, no final do século XVIII e início do XIX, foram bastante intensos, principalmente nas planícies próximas aos córregos aluviais. A lavagem constante de suas margens assoreou riachos e córregos, tornando-os caudalosos e rebaixados. Também se encontrava ouro na base de algumas montanhas, entre um e dois metros de profundidade em

⁵⁷ ERTHAL, Clélio. 1992, *Cantagalo: da Miragem do Ouro ao Explendor do Café*, op. cit.

⁵⁸ DEAN, Warren. 1977, *A Ferro e Fogo - A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, op. cit.

rochas friáveis⁵⁹. Nestes casos, a floresta era queimada e a mineração acabava por ocupar o lugar das lavouras. Outra técnica, conhecida como mineração em grupiarias, era utilizada para a exploração de depósitos auríferos localizados nas encostas dos morros, em alturas não superiores a 20 metros do nível das águas. Nestes casos os riachos eram desviados através de canais até os pontos mais altos, onde a água era represada e depois lançada num sulco aberto na encosta, arrastando o cascalho para o fundo do vale de onde teria início a apuração do ouro. O efeito deste tipo de mineração, que também foi executada em Cantagalo, foi substituir a floresta por uma imensa paisagem escavada, onde ao lado das pequenas crateras encontravam-se montes cobertos por pobre vegetação. Por todos os lados, eram encontrados os vestígios das lavras: vastas extensões de terra revolvida e montes de cascalho.⁶⁰ Os impactos da mineração sobre os diferentes biomas assumiram proporções bastante significativas.

Modernos levantamentos na região [das Minas Gerais], sugerem que os mineiros obtinham talvez um grama de ouro a partir de um metro cúbico de material contendo ouro e ganga e que esta camada tinha, em média, cinquenta centímetros de profundidade. Dessa forma, o volume total de ouro obtido durante o século XVIII teria revirado 4 mil km² da região da Mata Atlântica. Isso sugere a destruição de cerca de 20% da faixa aurífera que se estendia por 450 quilômetros entre Diamantina e Lavras, em uma faixa de largura variável, a cerca de trinta quilômetros a oeste. As lavras nessa zona teriam se concentrado ao longo dos leitos dos riachos; causando dano, portanto, principalmente às associações de plantas higrófilas - isto é, que buscam umidade.⁶¹

Particularmente nas *Minas do Cantagallo*, o pequeno fôlego da produção aurífera não permitiu uma exploração muito longa. O pouco ouro que se conseguia extrair não gerava impostos suficientes sequer para pagar os salários do superintendente e demais funcionários. Iniciada oficialmente em 1786, a exploração da área duraria pouco mais de dez anos. Já em 1803, as autoridades perceberiam que as despesas geradas com o empreendimento eram superiores aos impostos arrecadados através do quinto. O não provimento do lugar do Desembargador Intendente Geral do Ouro das Novas Minas de Cantagalo, Manoel Pinto da Cunha e Souza, após seu falecimento no ano de 1804, dava provas do pouco interesse governamental com a manutenção desta estrutura administrativa onerosa, montada com o objetivo de controlar os trabalhos de mineração. Mais que isso, o desinteresse das autoridades pelas novas minas demonstrava a pequena expectativa, frente à possibilidade de se extrair ouro em grande quantidade daquele local⁶². De acordo com a Tesouraria Geral da Superintendência, as despesas feitas com as minas de Cantagalo, de 1786 até 1802, foram da ordem de 79:409\$797, sendo as receitas arrecadadas com o quinto no mesmo período de 16:713\$175.⁶³

Ainda neste artigo intitulado “Notícias e Reflexões sobre as Minas de Cantagalo” escrito em 1805 por autor desconhecido, e publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XII, página 518, podemos perceber claramente os planos do governo imperial para a região.

Do que fica exposto se vê que as referidas minas não podem pagar ordenado de sua superintendência, o qual por provisão do real erário de 2 de julho do corrente ano se mandou satisfazer pelo rendimento delas, e que é preciso socorrer a este estabelecimento com uma providência tal que, tirando-se dele por parte da Real Fazenda a utilidade de que é suscetível como terreno mineralizante, se aumente também a população, cresça a respectiva lavoura, sempre mais pingue do que as especulações minerais máximo em uma capitania marítima como esta, e em um terreno virgem, como se reputa o daquelas minas.(...) Sempre seriam mais úteis a S.M. e ao público as lavouras de café, açúcar e a criação de gados nas sesmarias dos sertões de Macacú.⁶⁴

⁵⁹ Rochas friáveis são aquelas cuja composição mineral não as torna muito duras, possibilitando que se fragmentem com facilidade.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ Ibid. p. 114.

⁶² REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XII, pg.518. Notícias e Reflexões sobre as Minas de Cantagalo escritas no fim do anno de 1805, IHGB, op. cit.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Ibid. p. 520.

A pequena dimensão das jazidas de ouro de Cantagalo, em finais do século XVIII e início do XIX, limitou a extensão dos impactos ambientais causados pela mineração. Levando-se em consideração o total do quinto, ou os 20% arrecadados como impostos pelo governo, que foi de 174 marcos, 6 oitavas e 8 grãos,⁶⁵ chega-se a conclusão de que o total de ouro extraído oficialmente no período deve ter atingido a quantidade aproximada de 870 marcos, 30 oitavas e 40 grãos. Adicionando-se a esse total, provavelmente uma igual quantidade do metal, vendida clandestinamente para fugir à tributação, mais o montante obtido com a mineração clandestina do período anterior, realizada pelos integrantes do bando de Mão de Luva, que exploraram a região por um período que se estima em vinte anos, chega-se à cifra, aproximada, de 500 kg de ouro extraídos. Segundo pesquisas realizadas na Universidade Federal do Espírito Santo⁶⁶, para cada grama de ouro apurado com as técnicas da época, seria revolvido 1 m³ de solo, o que permite deduzir que uma grande volume de terra foi escavada na região de Cantagalo, nos anos da mineração.

Iniciava-se assim o avanço sobre as áreas não colonizadas e sobre a floresta dos Sertões do Macacu. As datas haviam deixado suas marcas na paisagem, como expressões da cultura exótica que chegava para ficar e lançar as suas raízes. Não obstante, as mudanças no meio físico e na paisagem não parariam por aí: a ação de pequenos posseiros e agricultores livres e, principalmente, a cultura do café em breve iriam imprimir alterações antrópicas, de cunho ocidental, ainda mais profundas em todos os biomas da região.

⁶⁵ Ibid. p. 518.

⁶⁶ DEAN, Warren. 1977, *A Ferro e Fogo - A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, op. cit.



Lavagem de ouro (perto de Itacolomi)
Fonte: Freireyss, G.W. Viagem ao interior do Brasil, op. cit.

CAPÍTULO II

PEQUENOS AGRICULTORES LIVRES E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA SERRA FLUMINENSE DO SÉCULO XIX

Florestas espessas e matas de corte em abundância são inimigas do camponês sedentário que luta contra a sua invasão, enquanto o cultivador itinerante que desmoita uma clareira, queima-a para enriquecer o solo que cultiva alguns anos, até à exaustão, antes de permitir a sua reconquista pelas árvores, sabe que a floresta é indispensável para seu sistema de cultivo de queimada: sem floresta, não há recuperação e, portanto, não há cultivo. O contraste é completo entre o cultivador africano que planta seus cafezais e cacauais dentro de uma floresta protetora, e o camponês europeu que isola cuidadosamente seu terreno cultivado da floresta que, pensa ele, “come” seus cultivos. Para este último, como para o egípcio e os gregos antigos, a floresta dá medo: é o domínio da natureza não controlada, o antro de populações marginais e de feras selvagens contra as quais se deve defender.⁶⁷

II.1 – *Posseiros livres e pobres na região das Minas do Santa Gallo.*

Diz João Gomes Silva, que sendo senhor e possuidor de umas posses de terras citas no lugar denominado Boa Vista, a mais de sete annos sem constrangimento de pessoa alguma onde igualmente tem várias benfeitorias de casa de vivenda, cafezais e mais outras constantes (...) Acontece, porém, que no dia 26 do corrente mês [outubro] passou Francisco Rosa d’Almeida com três escravos e um camarada a rossar uma porção de capoeiras com quatro mil pés de café que se achão plantados entre as mesmas.(...) Sendo o suplicante pobre e sem recursos de obstar semelhante violação, vem perante este requerer embargo do serviço efetuado na dita roça.⁶⁸

O processo de embargo mencionado acima funciona como uma pequena amostra de parte da realidade do espaço rural, na região de Cantagalo em meados do século XIX. É importante recordar que a região das *Minas do Santa Gallo* ou *sertões do Macacú*, naquele momento, abrangia uma área muito maior que a do atual município, compreendendo toda a extensão de terras situadas entre as Serras do Mar e dos Órgãos e tendo ao norte como fronteira o rio Paraíba do Sul.

Durante o oitocentos, além das diversas fazendas de café, um grande número de posses e situações foram constituídas nesta região. Só na área do atual município de Cantagalo o número destas pequenas propriedades que obtiveram registros junto as suas paróquias era de setecentos e setenta e nove, segundo consulta aos *Registros Paroquiais de Terras*⁶⁹. Estes dados demonstram a existência, *naqueles sertões*, de um grande contingente de trabalhadores mestiços, livres e pobres situados entre os extremos da pirâmide social brasileira do final do século XVIII e início do XIX. Não eram nem escravos nem senhores de escravos, mas sim posseiros que se fixavam nas fronteiras das grandes fazendas plantando e criando animais para o próprio consumo, ao mesmo tempo em que destinavam parte de suas culturas para o mercado, o que pode ser percebido pela existência de pequenas plantações de café em muitas destas propriedades. A comprovação da

⁶⁷ MENDRAS, Henri. 1978, *Sociedades Camponesas*, op. cit. p. 20.

⁶⁸ Processo de Embargo, 1850. Autor: João Gomes da Silva. Réu: Francisco Rosa d’Almeida, op. cit.

⁶⁹ Registros Paroquiais de Terras, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, coleção 148, op. cit..

presença destes trabalhadores na serra fluminense desfaz algumas teses, acerca da composição e dos papéis sociais desempenhados pelos diversos setores da população brasileira no período colonial e no império. Numa visão que tem predominado no meio historiográfico mais tradicional e que pode ser identificada em trabalhos de autores considerados clássicos como Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, as referências à presença de trabalhadores pobres e livres, no período colonial e no império, eram feitas como se sua importância social fosse absolutamente irrelevante. Na visão Freyre, eles foram definidos como a uma “rala e insignificante lambugem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos [da sociedade brasileira]”⁷⁰. Para Caio Prado Júnior, a sociedade brasileira naquele período, com exceção de “seu núcleo central organizado, cujo elemento principal é a escravidão” se constitui por “uma nebulosa social incoerente e desconexa”⁷¹. Contudo, a análise de documentos da época permite algumas conclusões diferentes. Ao contrário do que se tem afirmado, nos processos judiciais, principalmente de embargo e manutenção de posse do século XIX, assim como nos relatos de muitos viajantes europeus que passaram pela serra fluminense durante o oitocentos, podem ser verificadas inúmeras referências à existência de um grande número de posses e conseqüentemente de posseiros presentes naquela área. O que as fontes também permitem perceber é que além da presença física, esta população pobre e não escrava, possuía papéis sociais muito bem definidos.

A permissão para a ocupação da região das *Minas do Canta Gallo*, dada pelo governo do vice-rei Luis de Vasconcelos e Souza em 1786, após a prisão do grupo de garimpeiros clandestinos chefiados por Mão de Luva⁷², estimularia uma grande onda migratória para “aqueles sertões”, sendo que a fixação da população a terra seria feita de diferentes formas. Diversos sítios, situações, posses, chácaras, fazendolas e fazendas passam então a se constituir na região. Por sua vez, o modo como eram demarcados os limites destas propriedades dava margem a muitas irregularidades e disputas, surgindo a partir daí inúmeros conflitos pela posse da terra, que eram resolvidos nos tribunais e fora deles.⁷³ Em muitas destas propriedades, além de alimentos para o mercado interno da então Província do Rio de Janeiro, foram constituídas imensas plantações de café, aproveitando-se para isso da grande fertilidade dos solos proporcionada pela presença de vegetação primária que era abundante em toda aquela área. A cultura cafeeira traria grande prosperidade para Cantagalo, embora pelo curto espaço de apenas algumas décadas. A análise destas grandes unidades produtivas, assim como seus impactos sobre o meio físico e a paisagem da região, é feita de modo mais aprofundado na terceira unidade deste trabalho.

⁷⁰ FREYRE, Gilberto. 2000, *Casa-Grande e Senzala*, op. cit. p. 46.

⁷¹ PRADO JÚNIOR, Caio. 1967, *História Econômica do Brasil*, op. cit. p.342.

⁷² Ver capítulo I.

⁷³ Para uma análise aprofundada sobre os conflitos pela posse da terra ocorridos na província do Rio de Janeiro, durante o século XIX, consultar MOTTA, Márcia Maria Menendes. 1998, *Nas Fronteiras do Poder, conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*, op. cit.



Clareira na mata virgem.

Fonte: Freireyss, G. W. Viagem ao Brasil, op. cit

As relações estabelecidas com a natureza pelas diversas famílias de agricultores livres e pobres, que também habitavam a serra fluminense, não tem sido muito contempladas no que diz respeito ao conhecimento de suas práticas agrícolas, seu modo de vida e sobretudo a maneira como se apropriavam dos recursos naturais da região. Estes protocamponeses⁷⁴ também passaram a ocupar significativas extensões de terras na região do *Canta Gallo*, já a partir do final do século XVIII. Sem dúvidas eles também provocariam mudanças antrópicas significativas nos diversos biomas daquela área.

É importante também ressaltar que os colonos que migraram para os *sertões do Macacú* em finais do século XVIII, carregavam em sua bagagem cultural conhecimentos que somavam às práticas de cultivo desenvolvidas no Brasil, uma série de outras trazidas da Europa. À própria visão da natureza presente entre os povos ameríndios, foi acrescentada outra, marcada pelo ideário cristão, que considerava o homem não como parte da natureza e sim como transcendente à ela. “Já então *natural* começa a opor-se a *humano* e o homem toma consciência de um destino original, que já não é forçosamente decalcado do modelo da natureza”⁷⁵. Num processo que se inicia com o próprio movimento humanista e depois se aprofunda com a concepção cartesiana do mundo e o próprio Iluminismo, temos a construção de um distanciamento entre o homem e a natureza. Esta passa, cada vez mais, a ser caracterizada como objeto, sendo destacada do humano tal qual uma fotografia que pode ser analisada a distância e com certa imparcialidade. A idéia de homem e mundo natural integrados como num grande organismo, presente na concepção aristotélica, passa a ser substituída por uma concepção mecânica da natureza, a partir da modernidade. Dominá-la seria uma espécie de destino manifesto da civilização com seu saber científico e tecnológico. Uma nova ética passa então a ser construída. Nela cultura e natureza passam a ser percebidas separadamente.⁷⁶

A concepção organicista será substituída pela idéia de uma natureza sem vida e mecânica. Com a concepção mecânica o objeto perde suas qualidades.(...) A consequência disso é a perda da sensibilidade estética, dos valores e da ética. A natureza é desantropomorfizada. (...) É na base desta cisão radical entre sujeito e objeto que se pautará praticamente todo o conhecimento científico subsequente. O sujeito é o cogito e o mundo, seu objeto. É na base desse dualismo que encontramos a gênese filosófica da crise ecológica moderna, pois a partir desta cisão a natureza não é mais que um objeto passivo a espera do corte analítico. Os seres humanos retiram-se da natureza.⁷⁷

Sem dúvidas as práticas agrícolas que contribuíam de um modo mais acelerado para o esgotamento dos recursos naturais de Cantagalo, em grande parte representados pela cobertura florestal, vinculavam-se às grandes propriedades. Isto não significa, por outro lado, que outros setores da população rural, como os pequenos e médios agricultores livres, possuísem um relacionamento plenamente harmônico com o mundo natural. Suas práticas de manejo com a terra também compreendiam queimadas em áreas florestadas, para o estabelecimento de novas lavouras. Contudo, existe aí uma diferença de ordem quantitativa de grande relevância relacionada aos diferentes tamanhos das propriedades.

Para os grandes proprietários a sensação de que os recursos a sua disposição eram inesgotáveis, apresentava-se de um modo muito mais intenso que para as outras parcelas da população rural. Os pequenos e médios agricultores, por outro lado, em diversos momentos envolvidos com problemas relacionados à própria legalização de suas posses, tinham necessariamente que desenvolver um sentido maior de preservação da terra que ocupavam. A “saúde” da terra, para estes homens, estava diretamente ligada a sua própria qualidade de vida, sendo que as relações que mantinham com o meio físico possuíam um sentido razoavelmente maior de integração e preservação, representando um tipo de manifestação cultural própria e alternativa a *plantation*. Este trato com a terra, mesmo com a limitação proporcionada pela instabilidade da propriedade sobre a mesma, demonstrava a acumulação de um saber agrônomo ancestral, transmitido através de gerações e formador de uma espécie de cultura plebéia, para usar uma expressão de Thompson.

⁷⁴ A expressão protocampesinato é aqui construída em analogia àquela feita por Ciro Flamarion Cardoso, em seu obra *Escravo ou Camponês, o protocampesinato negronas Américas*, obra citada. Aqui ela se justifica pela instabilidade no acesso a terra.

⁷⁵ LENOBLE, Robert. 1969. *História da Idéia de Natureza*, op. cit. p.187.

⁷⁶ Ibid. p.185.

⁷⁷ GRUN, Mauro. 1996, *Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária*, op. cit. p. 29 e 35.

Espero que a cultura plebéia tenha se tornado um conceito mais concreto e utilizável, não mais situado no ambiente dos “significados, atitudes, valores”, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência. Desse modo, assim espero, a “cultura popular” é situada no lugar material que lhe corresponde.⁷⁸

Estes pequenos agricultores encontram-se mais integrados a este conhecimento tradicional, em certa medida, herdado dos antepassados ameríndios. Esta herança pode ser percebida por meio de determinadas práticas culturais como o uso terapêutico de folhas e raízes da flora nativa e também a partir do cultivo de plantas domesticadas pelos índios como o milho, a mandioca e o fumo de rolo, dentre outras. Além do mais, havia a necessidade de se equilibrar a produção da área cultivada de modo a, por um lado, atender as necessidades do próprio sustento e o da família e, por outro, desenvolver culturas de valor comercial como o café.

A análise de alguns processos judiciais do século XIX, como os de Embargo e Manutenção de posse e os Inventários Post-Mortem, assim como dos relatos de viagem, permite o acesso a certas características do modo de vida desta parcela da população rural do Brasil oitocentista, evidenciando algumas das formas com que se relacionavam com a natureza. Não se trata aqui de desenvolver uma visão romântica, que apontaria no sentido de uma existência harmônica entre estes pequenos agricultores e o meio ambiente. Embora causando impactos ambientais comparativamente menores que os grandes fazendeiros, estes pequenos posseiros também provocavam mudanças importantes na paisagem. Alterações estas que eram proporcionais a sua capacidade de transformação dos recursos do meio físico do seu entorno.

No Processo de Embargo de 1850, mencionado no início do capítulo, cujo autor era João Gomes da Silva e o réu Francisco Rosa d’Almeida, encontramos informações acerca da existência de quatro mil pés de café plantados entre a capoeira, na propriedade que era o motivo do litígio. Em outra ação judicial, o processo de Inventário Post-Mortem de 1869, cujo inventariante era Maria Alexandrina da Costa Guimarães e o inventariado José Joaquim da Costa Guimarães⁷⁹, encontramos referências a um cafezal com aproximadamente vinte e cinco mil pés de café, além de uma horta, uma plantação de quinhentos e vinte alqueires⁸⁰ de milho, outra com vinte alqueires de arroz, mais uma área de pastos destinada à criação de suínos e bovinos. Sem falar na existência de um engenho de cana, que nos indica a possibilidade também da existência desta cultura. Todas estas benfeitorias encontravam-se numa propriedade cujos limites atingiam quarenta alqueires. Neste caso, como em muitos outros, podem ser verificados diferentes propósitos no processo produtivo destas propriedades, uma vez que parte da produção e da própria organização da produção são destinadas ao mercado de consumo.

O plantio de pés de café entre a capoeira foi uma prática desenvolvida na Venezuela durante o século XIX, havendo interesse das autoridades do império em difundi-la no Brasil. Neste sentido, alguns números da Revista do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura publicaram a informação com o intuito de divulgá-la entre os produtores rurais⁸¹. Para os grandes fazendeiros esta prática não se mostrava muito vantajosa, na medida em que ao plantar-se as mudas de café entre a capoeira, dificultava-se o trabalho dos feitores que vigiavam os escravos. Para os pequenos produtores, ao contrário, este era um modo eficiente de proteger a muda, que no início da vida é bastante sensível ao sol, ao mesmo tempo em que o terreno era protegido contra a erosão e o desgaste precoce.

⁷⁸ THOMPSON, E. P. 2002, *Costumes em comum, estudos sobre a cultura popular tradicional*, op. cit. p. 17.

⁷⁹ Inventário Post-Mortem, 1869. Inventariante: Maria Alexandrina da Costa Guimarães. Inventariado: José Joaquim da Costa Guimarães, op. cit.

⁸⁰ Alqueire aparece aqui como medida de capacidade para grãos e artigos secos, equivalendo a 32,27 litros (Simonsen, 1957).

⁸¹ REVISTA Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, junho de 1874, op. cit.

A presença desta população de agricultores mestiços, livres e pobres na serra fluminense, em meados do século XIX, representa a existência de uma espécie de “brecha camponesa”⁸² naquela região. Este conceito desenvolvido por Cardoso, procura designar o surgimento de atividades econômicas que não se enquadravam na dinâmica das *plantations*, desenvolvidas no interior de sociedades escravistas. Por sua vez, a designação desta população enquanto camponeses, esbarra em novas dificuldades representadas principalmente pelo alto nível de instabilidade que possuíam no tocante a posse da terra. Este fato também possuía consequências ambientais importantes, na medida em que a incerteza sobre a posse da terra implicava em menor interesse pela preservação da capacidade produtiva daquele espaço.

Em nossa opinião, uma estrutura camponesa se define, do ponto de vista econômico, por quatro características, sobretudo: 1) acesso estável a terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar – o que não exclui, em certos casos e circunstâncias, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar; 3) economia fundamentalmente de auto-subsistência, sem excluir por isto a vinculação (eventual ou permanente) ao mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas.⁸³

A itinerância das grandes plantações de café tornava constante o assédio sobre as terras dos pequenos agricultores. Suas posses, que em muitos casos eram mantidas por duas ou às vezes mais décadas, acabavam sendo questionadas na justiça através de diversos processos de embargo, como demonstram os registros históricos. Isto quando estes não eram simplesmente expulsos pela força das armas, o que geralmente não deixava indícios nos documentos oficiais. Notadamente, esta falta de estabilidade no acesso a terra, permitiria o uso do termo *protocamponês*⁸⁴ como forma de designação desta parcela da população da serra fluminense. Neste sentido, a expressão possuiria significado diferente daquele empregado por Cardoso, que assim designava os escravos – e não agricultores livres – que tinham acesso a um lote de terra como usufruto, onde poderiam cultivar os alimentos para o seu próprio sustento. O trabalho nestes lotes era realizado em um ou dois dias da semana, quando os senhores os liberavam das atividades nas plantações das grandes fazendas.

⁸² CARDOSO, Ciro Flamarion S. 1987, *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas*.

⁸³ Ibid. , p. 56.

⁸⁴ Ibid. , p. 114.



Fazenda de mandioca, propriedade do Sr. v. Langsdorff, na subida da Serra da Estrela
 Fonte: Freireyss, G. W. Viagem ao Interior do Brasil, op. cit.

II.2- Cultura e Adaptação Ambiental

Um dos posicionamentos teóricos que envolvem as relações entre cultura e meio ambiente a partir de uma visão extremada, ficou conhecido como *determinismo geográfico* e é caracterizado pela idéia da ação mecânica das forças do meio natural sobre a sociedade humana, que se colocaria de forma quase passiva frente as externalidades ambientais.⁸⁵ Deste ponto de vista surgem conceitos equivocados, como aqueles que relacionam maior desenvolvimento intelectual a grupos humanos que se desenvolveram em climas mais frios ou, ao contrário, visões como aquelas presentes entre alguns viajantes europeus do século XIX, como Charles Ribeyrolles, que ao passarem pelo Brasil definiam seus habitantes, na maioria, como *indolentes* e *avessos ao trabalho*, atribuindo como uma das causas deste comportamento o calor excessivo dos trópicos⁸⁶. No outro extremo encontra-se a posição que define a cultura como agindo de forma autônoma e seletiva sobre o meio físico. Neste caso o meio ambiente assumiria um papel meramente passivo, comportando-se como um palco onde se desenvolveria a história humana.

Mais recentemente uma outra perspectiva tem se colocado, apontando no sentido de um diálogo e de uma reciprocidade entre cultura e meio ambiente. Por um lado a cultura influenciaria o meio ambiente, através dos instrumentos que emprega e da orientação por determinado modo vida, determinando a importância de algumas condições externas em detrimento de outras. Por outro seria também influenciada pelo meio físico, na medida em que as diversas sociedades e grupos humanos se adaptam às condições externas de maior

⁸⁵ SAHLINS, Marshall D. 1966. *A Cultura e o Meio Ambiente: o estudo de Ecologia Cultural*, op. cit. p. 101.

⁸⁶ RIBEYROLLES, Charles. 1876, *Brasil Pitoresco*, op. cit.

importância, a fim de otimizar suas possibilidades de sobrevivência.⁸⁷ De forma conclusiva é possível se pensar numa dialética na interação entre natureza e sociedade, na qual ambas possuiriam sentidos recíprocos de dinamismo e influência, no que se refere às transformações registradas nas diversas civilizações através da história. Deste modo as diferentes formações sócio-culturais seriam, *também*, adaptações ecológicas.

Sendo os efeitos das características ambientais condicionais, não podemos deduzir, como os deterministas geográficos, a configuração de uma cultura a partir da do ambiente. Este, entretanto, nunca é um elemento passivo: a distribuição natural dos recursos governa, na verdade, o desenvolvimento das tecnologias e das populações; (...) Trata-se de um processo dialético: as culturas entram em relação com as condições externas, e são moldadas por essas condições. Além do que as condições duplas, apresentam aspecto duplo. As sociedades estão colocadas, tipicamente, em campos de *influência cultural*, bem como de *influência natural*, sofrendo modificações providas tanto de uns como de outros.⁸⁸

O meio físico, ou ambiente natural, ou habitat é o espaço em que se forja a cultura, se simboliza a natureza e se constroem os diversos cenários da vida em sociedade. É onde se escreve a história e se deixam as marcas das mais variadas civilizações. O que se define como ambiente é, na verdade, o resultado de relações complexas que articulam múltiplos processos de ordem física, biológica, econômica, política e cultural.⁸⁹

Este conceito de ambiente vem ressignificar o sentido do habitat como suporte ecológico e do habitar como forma de inscrição da cultura no espaço geográfico. O habitat tem sido considerado como o território que fixa ou assenta uma comunidade de seres vivos e uma população humana, impondo suas determinações físicas e ecológicas ao ato de habitar. Neste contexto, uma visão ambiental das formas de ocupação do território destaca os processos organizadores do habitat através do organismo que o habita, da cultura que o significa, da práxis que o transforma. O habitat é habitado pelas condições ecológicas de reprodução de ma população, mas, por sua vez, é transformado por suas práticas culturais e produtivas. O habitat é suporte físico e trama ecológica; mas também é referente de simbolizações e significações que configuram identidades culturais e estilos étnicos diversos. (...) Assim, o habitat se define ao ser habitado; e esse habitar cria hábitos e define sentidos existenciais que conduziram a coevolução das culturas com seu meio, através de formas de apropriação de seu ambiente. O habitat é pois o território habitado, engendrado pela coabitação das populações humanas com seu meio, por suas formas de fazer amor com a natureza. (...) O habitat é suporte e condição, ao mesmo tempo que é ressignificado e reconstruído pela cultura.⁹⁰

Esta adequação das diferentes culturas as realidades ambientais em que se desenvolvem foi percebida, mesmo nas entrelinhas e através de diferentes visões etnocêntricas, por diversos autores que refletiram e realizaram trabalhos sobre a formação da cultura brasileira. A presença de um olhar etnocêntrico⁹¹ na abordagem desenvolvida por muitos dos clássicos de nossa produção erudita e acadêmica pode ser identificada, de forma muito comum, na tendência destes em considerar e mesmo de afirmar a superioridade ou inferioridade de determinadas culturas e raças, em relação a outras. O etnocentrismo manifestado diante das diferenças culturais impede que a diversidade existente entre os grupos humanos seja encarada como um fenômeno natural, que seria o resultado das relações das diferentes culturas entre si e com o seu meio físico. Mais do que isso, estas reações impediram muitos daqueles que dissertaram sobre a formação da sociedade brasileira, de compreender a engenhosidade de alguns costumes e práticas produtivas, como formas eficientes de adaptação ao seu entorno ecológico. As práticas de cultivo dos povos ameríndios, definidas como *primitivas* por muitos autores, podem ser apontadas como um bom exemplo deste raciocínio. Segundo Claude Lévi-Strauss, poderíamos entender o conceito de etnocentrismo como sendo

⁸⁷ SAHLINS, Marshall D. 1966. *A Cultura e o Meio Ambiente: o estudo de Ecologia Cultural*, op. cit. p. 101.

⁸⁸ Ibid. p.101.

⁸⁹ LEFF, Enrique. 2001, *Saber Ambiental – Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*, op. cit. p. 283.

⁹⁰ Ibid. p. 285.

⁹¹ LÉVI-STRAUSS, Claude. 1952. *Raça e História*, op. cit. p. 19.

A atitude mais antiga e que repousa, sem dúvida, sobre fundamentos psicológicos sólidos, pois que tende a reaparecer em cada um de nós quando somos colocados numa situação inesperada, consiste em repudiar pura e simplesmente as formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas mais afastadas daquelas como que nos identificamos.⁹²

Alguns autores ao se referirem a formação sociocultural brasileira, deixam transparecer como os próprios colonizadores europeus, mesmo com o seu sentimento de superioridade diante dos povos dominados, passaram a adquirir hábitos culturais e a utilizar expressões do vocabulário de grupos indígenas brasileiros como estratégia de adaptação ao novo território. Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e Fronteiras*, se refere a algumas alterações na língua portuguesa como consequência das relações entre brancos e índios, desenvolvidas no início do processo colonizador. Segundo o autor, muitas palavras indígenas foram incorporadas ao português na colônia, devendo a sua inclusão justamente a ausência de termos equivalentes, na língua do colonizador, que pudessem designar de modo adequado a realidade apresentada pelo novo mundo.⁹³ Grande parte das expressões incluídas referiam-se a termos técnicos relacionados à vida rural, como armadilhas para caça e pesca e outros utensílios domésticos como *sambará*, *jacá*, *xuá*....espécie de cesto ou bolsa utilizado para guardar e transportar objetos. Estes fatos demonstram que os colonos europeus acabaram assimilando bem mais que apenas o vocabulário da cultura ameríndia.

Também em *Caminhos e Fronteiras* encontramos comentários sobre os “primitivos métodos de lavoura” dos povos indígenas que teriam sido *melhorados* e tornados mais eficazes com a introdução de ferramentas européias como a foice e a enxada. Na visão do autor, os novos instrumentos, embora mais eficazes, não foram capazes de alterar o *conservantismo* das práticas produtivas dos índios, que, segundo ele, encontravam-se arraigadas ao mais profundo conservantismo resistindo ao *progresso tecnológico* oferecido pelos europeus.

Em nenhum caso parece lícito dizer que as ferramentas chegaram a alterar de modo substancial os usos da terra. Em realidade o sistema de lavoura dos índios revela quase sempre singular perseverança, assegurando-se vitória plena, a ponto de ser adotado pelos adventícios. Os quais a primeira geração na colônia, pareciam, não raro, ignorantes dos hábitos de seus ancestrais, ao contrário da raça subjugada, que se mostrou de um conservantismo e misoneísmo a toda prova. Isso foi especialmente verdadeiro com relação aos produtos vegetais importados, que não trocava pelos nativos, mesmo onde tudo parecia favorecer uma receptividade maior.⁹⁴

Filtrando-se o olhar eurocêntrico, o que pode ser percebido na narrativa é uma demonstração da maior adaptabilidade das práticas produtivas ameríndias, em relação ao meio físico tropical. Ao criticar a relutância dos índios, mesmo domesticados, em adotar o cultivo do trigo e desse modo tentar ressaltar o *atraso* de sua agricultura, ao mesmo tempo em que reconhece que os colonos lusos pareciam ignorar suas práticas agrícolas ancestrais, Sérgio Buarque de Holanda, acaba demonstrando o quanto algumas plantas que foram domesticadas pelos povos da América pré-colombiana, como o milho e a mandioca, eram mais eficazes que aquelas trazidas da Europa, no que se refere a sua capacidade de suprir as necessidades calóricas destas populações. Isto sem falar no menor dispêndio de energia e na menor quantidade de trabalho que eram necessários para o seu cultivo e beneficiamento. A mesma racionalidade ecológica foi desenvolvida em relação aos animais trazidos pelos europeus. Para os povos do novo continente não fazia sentido derrubar a floresta para se criar gado bovino, uma vez que a quase totalidade das proteínas consumidas por estas comunidades era obtida por meio da caça e da pesca. Ao contrário, animais que podiam se adaptar com facilidade as condições de vida das aldeias, como as galinhas e outras aves domésticas, tiveram sua criação difundida entre os índios de modo muito rápido, ainda no século XVI⁹⁵. Não se devem compreender estas práticas culturais como relacionadas a qualquer tipo de *indolência* ou aversão ao trabalho por parte dos povos

⁹² Ibid. p.19.

⁹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. 2001, *Caminhos e Fronteiras*, op. cit. p. 156.

⁹⁴ Ibid. p. 168.

⁹⁵ Ibid. p. 170.

ameríndios, na verdade trata-se de uma racionalidade produtiva que visa utilizar, de modo otimizado, os recursos dos biomas em que viviam estas comunidades.

Esta ligação entre cultura e meio físico não tem sido muito contemplada na historiografia tradicional, que costuma perceber as sociedades humanas como que *pairando* sobre a biosfera. Para alguns autores, contudo, esta influência do meio físico aparece como um dos fatores determinantes para as formações socioculturais. Podemos perceber abordagens deste tipo nos trabalhos de Gilberto Freyre. Em *Casa-Grande e Senzala*, o autor procura definir a sociedade brasileira e, conseqüentemente a sua cultura, como estruturada sobre três pilares principais: a miscigenação, a monocultura latifundiária e a influência dos trópicos. A partir deste ponto de vista, a definição dos colonos europeus como *luso-brasileiros* passa a se constituir num importante princípio conceitual para a abordagem teórica que Freyre realiza sobre o Brasil.⁹⁶ Ao ressaltar a importância do meio ecológico para a formação da cultura, ele afirma que para se transportar uma cultura de um continente para o outro seria necessário que se transportasse com ela o meio físico.⁹⁷

O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, representado pela casa-grande, foi um sistema de plástica contemporização entre as duas tendências. Ao mesmo tempo que exprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à atrasada, uma imposição de formas européias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente. A casa-grande de engenho que o colonizador começou, ainda no século XVI, a levantar no Brasil – grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, coberta de palha ou de telha-vã, alpendre na frente e dos lados, telhados caídos num máximo de proteção contra o sol forte e as chuvas tropicais – não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata. Desde esse momento que o português, guardando embora aquela saudade do reino que Capistrano de Abreu chamou de “transoceanismo”, tornou-se luso-brasileiro; o fundador de uma nova ordem econômica e social.⁹⁸

A chegada dos europeus ao novo mundo trouxe inúmeras mudanças, tanto ao nível da cultura quanto com relação à paisagem e ao meio natural. Índios, negros e brancos interagiram e compartilharam experiências culturais, algumas vezes de modo voluntário e outras por meio de imposição, sendo que o modo de vida dos colonizadores portugueses, bem como a sua ideologia, passariam a predominar tanto no que se refere a organização da sociedade como também na forma como esta conceberia o mundo natural e utilizaria seus recursos.

II.3 – A Expansão Cultural e Biológica da Europa

Do século XVI ao final do XIX, dezenas de milhões de pessoas deixaram a Europa com destino a outros continentes. Este padrão de migração num único sentido trouxe um grande alívio no que se refere às pressões demográficas para as nações do Velho Mundo, porquanto sendo controladoras das rotas de migração, elas tiveram a possibilidade de realizar um movimento de exportação de força de trabalho sem precedentes na história da humanidade. Contudo, esta travessia dos oceanos pelas populações que deixaram o Velho Continente não foi feita de forma solitária. Os europeus foram acompanhados em suas viagens por uma grande quantidade plantas, animais e agentes patógenos que provocariam mudanças profundas nas sociedades e na

⁹⁶ FREYRE, Gilberto. 2000, *Casa-Grande e Senzala*, op. cit. p. 48.

⁹⁷ Ibid. p. 47.

⁹⁸ Ibid. p. 48.

paisagem do Novo Mundo.⁹⁹ Alterações que podem ser comparadas àquelas proporcionadas alguns séculos mais tarde pela industrialização com suas máquinas, trilhos e locomotivas. Todavia, além da bagagem física, uma vasta herança cultural também foi trazida pelos colonizadores para os novos continentes. Nela estavam implícitas visões da natureza e formas específicas de utilização dos recursos naturais, em cuja essência estava contida a idéia de que tudo no meio físico existe para atender as necessidades humanas, o que era reforçado pelos próprios princípios teológicos da cristandade.¹⁰⁰ Conseqüentemente, nestas novas culturas que seriam construídas em lugares diferentes do planeta, a idéia de civilização passa ser confundida com a necessidade de conquista e sujeição do mundo natural.

Junto com seus ideais mercantilistas, as expedições européias trouxeram para a América uma gama de novos habitantes, cuja dimensão das mudanças que provocaram nos diversos biomas não é fácil de ser mensurada. Plantas como os nabos, as mostardeiras, a menta, a camomila, a chicória, o espinafre, o pêssego, a laranja, a cana, o café, além de animais como o cavalo, o boi, o porco, a cabra, o carneiro, as galinhas, os gatos e cães domésticos, dentre outros, acompanharam os homens em seus navios na travessia dos oceanos. Na medida em que encontravam condições favoráveis para a sua reprodução, os novos habitantes América passaram a ocupar, de modo privilegiado, amplas áreas dos novos continentes, moldando as novas paisagens segundo o modo de vida do conquistador. O historiador Alfred Crosby chega a afirmar que “se os europeus tivessem chegado ao Novo Mundo e a Australásia dispondo da tecnologia do século XX, mas sem animais, não teriam provocado uma mudança tão grande quanto a que causaram.”¹⁰¹ Ainda nesta obra o autor faz referência à tese de que o bioma americano denominado pampa, na América do Sul, teria começado a ser alterado em finais do século XVI, quando animais de pasto da Europa, como bois e cavalos, chegaram e se propagaram por ali em enormes rebanhos, consumindo os capins mais altos e outras plantas mais delicadas que eram nativas daquela área.¹⁰² Contudo, além das plantas e dos animais do Velho Mundo, outros tripulantes também embarcaram nos navios portugueses e espanhóis em direção a América: eram os germes e agentes patógenos,. Responsáveis pela devastação de inúmeras aldeias indígenas – algumas tiveram 100% de sua população eliminada pelo vírus da varíola¹⁰³ – seguramente eles se constituíram em facilitadores em relação ao processo colonizador e à dominação demográfica, na medida em que eliminavam fisicamente as populações locais.

A varíola é uma doença com botas de sete léguas. Seus efeitos são aterrorizantes: febre e dor; o aparecimento rápido de pústulas que às vezes destroem a pele e transformam a vítima numa massa hedionda de sangue; uma estorrecedora taxa de mortalidade, que chega a um quarto, metade ou mais das vítimas nas variedades mais violentas. As pessoas ainda saudáveis fogem, deixando os doentes para trás a enfrentar uma morte certa, e geralmente levando consigo a doença. O período de incubação da varíola é de dez a catorze dias, longo o suficiente para que o portador percorra longas distâncias a pé, de canoa ou, mais tarde, a cavalo, até alcançar pessoas que nada sabem da ameaça que ele representa e lá infectá-las inspirando outros recém-infectados com o vírus a fugir para infectar novos inocentes, e assim por diante.¹⁰⁴

Como pode ser percebido, a imposição dos costumes e do modo de vida dos povos colonizadores implicou em profundas alterações para as populações dos novos continentes e também em mudanças ecológicas significativas para o meio físico no seu entorno. Não obstante, além das mudanças físicas, um novo comportamento frente ao mundo natural começa a ser construído nestas regiões. Nele a idéia de que a natureza havia sido criada, com exclusividade, para uso e serviço do *homo sapiens* passaria a estar muito presente, ainda mais levando-se em consideração que, ao nível do ideário europeu do século XVI, *o homem era o fim de todas as obras de Deus*.

⁹⁹ CROSBY, A. 1994, *Imperialismo Ecológico: A Expansão Biológica da Europa*, op. cit.

¹⁰⁰ THOMAS, Keith. 1989. *O Homem e o Mundo Natural, mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*, op. cit.

¹⁰¹ CROSBY, A. 1994, *Imperialismo Ecológico: A Expansão Biológica da Europa*, op. cit. p. 156.

¹⁰² Ibid. p. 145.

¹⁰³ Ibid. p. 175.

¹⁰⁴ Ibid. p. 180.

O médico George Cheyne, em 1705, explicou que o Criador fez o excremento dos cavalos ter bom cheiro porque sabia que os homens estariam sempre na vizinhança deles. Todo animal estava, pois, destinado a servir algum propósito humano, se não prático, pelo menos moral ou estético.¹⁰⁵

Não é objetivo deste estudo a realização uma análise das correntes filosóficas que teriam funcionado como matrizes do pensamento europeu em relação ao mundo natural, numa espécie de construção da história da idéia de natureza na Europa, a semelhança do que foi feito por Robert Lenoble. A tarefa que está sendo proposta é a de compreender parte do *sentido subjetivo* do comportamento dos colonos lusos e seus descendentes, no que se refere ao modo como utilizavam os recursos do meio físico e como concebiam a natureza. Ao expandir sua cultura, os povos europeus levaram a outras regiões a sua própria concepção sobre o mundo natural e sobre o papel do homem em sua interação com os outros seres do planeta. Isto assume particular importância, na medida em que estes indivíduos passaram a ocupar territórios cuja oferta de recursos naturais era muito maior que aquela que se verificava na Europa, com seu clima temperado. Esta sensação de uma oferta ilimitada destes mesmos recursos naturais incentivou a sua utilização de modo perdulário, sem que isto fosse percebido, no momento, como um dano maior para a sociedade ou para paisagem.¹⁰⁶ A imensa disponibilidade de solos, florestas virgens, reservas minerais, caça, pesca, somada a idéia de que Deus teria criado tudo isto para exclusivo usufruto da humanidade, legitimava esta espécie de *vocação* humana para subjugar e dar um sentido antrópico a toda e qualquer paisagem.



Rio Paraíba do Sul

Fonte: Freireyss, G. W. Viagem ao Interior do Brasil, op. cit.

¹⁰⁵ THOMAS, Keith. 1989. *O Homem e o Mundo Natural, mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*, op. cit. p. 24.

¹⁰⁶ PÁDUA, José Augusto. 2002, *Um Sopro de Destruição, pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, op. cit.

A própria agricultura, que consiste em domesticar e dar condições de reprodução privilegiadas a algumas plantas foi agregada a idéia de separação ou exclusão em relação ao mundo natural. Preparar o solo para a lavoura, para os camponeses europeus, significava limpá-lo, conquistá-lo à floresta ou ao campo selvagem eliminando dele todos os arbustos, samambaias e demais ervas.¹⁰⁷ Na verdade além das plantas, se buscava também domesticar as paisagens, que deveriam assumir formas cada vez mais regulares e simétricas.

A prática de plantar cereais ou outros vegetais em linhas retas não era apenas um modo eficiente de aproveitar espaços escassos; também representava um meio agradável de impor a ordem humana ao mundo natural desordenado. No reinado de Henrique VIII, Richard Harris teria plantado mais de cem acres com árvores frutíferas em Teynham, Kent, “de modo tão belo que não somente estão em linha reta, mas parecem ser do mesmo tipo, forma e aparência, como se tivessem sido feitas do mesmo molde ou forjadas de um único padrão”¹⁰⁸

É importante ressaltar, porém, que mesmo com este sentido subjetivo de não integração com a *natureza selvagem*, os agricultores da Europa cultivaram seus campos por milênios, sem desgastar a terra numa intensidade que inviabilizasse a continuidade da sua produção. Técnicas como a aragem e a adubação dos terrenos e mesmo o plantio em curvas de nível eram há muito conhecidas e tinham como função manter a fertilidade dos solos cultivados. Por que então este cuidado com a preservação da capacidade produtiva dos terrenos não foi trazida para as demais regiões, tocadas pela colonização européia e, mais especificamente, para o Brasil? Uma das explicações para esta *negligência* em relação ao uso dos recursos naturais pode ser relacionada à idéia, já mencionada acima, da oferta ilimitada destes mesmos recursos. Para o historiador e cientista político José Augusto Pádua seria possível a identificação de, ao menos, quatro variáveis centrais que poderiam ser apontadas como motivadoras deste caráter ambientalmente devastador da ocupação colonial do território brasileiro: a terra farta, as técnicas rudimentares utilizadas na lavoura, a escravidão e uma idéia de permissividade no que se refere ao uso predatório dos recursos da natureza.

A primeira variável relacionou-se com a percepção de que o território do Brasil apresentava uma fronteira para sempre aberta ao avanço da produção econômica e da ocupação social. Os colonizadores portugueses, acostumados às limitações ecológicas de sua região de origem, viam a mata atlântica como um universo que jamais se consumiria. (...) Era “fácil” abandonar as antigas lavouras desgastadas e apropriar-se de novos espaços em bosques recentemente arrasados. A imagem de uma terra sempre disponível para o avanço horizontal da produção minimizava a importância do cuidado ambiental. À medida que os solos agrícolas e pastoris tornavam-se estéreis, a fronteira avançava em direção às florestas e aos campos ainda intactos¹⁰⁹.

Ainda de acordo com Pádua, as técnicas produtivas utilizadas no Brasil, de modo quase generalizado, eram extensivas e assumiam um sentido de descuido frente a capacidade de reposição dos recursos do mundo natural. O grande número de queimadas, realizadas em grandes extensões e sem as devidas precauções para o seu controle, pode ser apontado como um símbolo desta mentalidade. Na verdade a técnica de cultivo dos povos ameríndios, a coivara – caracterizada pela roça e queima em pequena escala – foi apropriada e utilizada indevidamente pelos colonizadores que queimavam áreas muito maiores. “A queima das florestas e campos foi praticamente o único método de preparo da terra para o plantio e a criação adotado no país até o final do século XIX”. Sem qualquer dúvida estes métodos predatórios, em relação ao meio físico, estavam associados à idéia da eterna existência de uma nova fronteira agrícola a ser aberta.

¹⁰⁷ MENDRAS, Henri. 1978, *Sociedades Camponesas*, op. cit. p. 20.

¹⁰⁸ THOMAS, Keith. 1989. *O Homem e o Mundo Natural, mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*, op. cit. p. 304.

¹⁰⁹ PÁDUA, José Augusto. 2002, *Um Sopro de Destruição, pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, op. cit. p. 73.

Uma outra variável apontada pelo autor, ainda relacionada ao fator tecnológico, se refere à presença do braço escravo. A dinâmica produtiva escravista que será mais bem demonstrada no terceiro capítulo deste trabalho, que trata da agronomia das grandes fazendas de café, possuíam, no Brasil, uma tendência intrínseca a adotar matrizes tecnológicas e organizativas que constituíram um tipo de produção agrícola de caráter rudimentar e extensivo, com uma forte tendência predatória sobre os recursos do meio físico. Tudo isto relacionado

a idéia de que a terra era “para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente”. Tal imagem deve ser considerada à luz da mentalidade ambígua implantada pelo colonialismo português frente ao mundo natural no Brasil – uma mentalidade que, em suas complexas manifestações, calcou-se ao mesmo tempo no elogio retórico e no desprezo prático. A cultura luso-brasileira não se cansou de louvar a riqueza e a fertilidade dessas terras, que enunciavam a perspectiva de uma produção econômica relativamente fácil e abundante.¹¹⁰

Este sentido de uso pouco cuidadoso nas formas de se relacionar com a natureza e seus recursos também esteve presente na conduta da maior parte dos viajantes europeus, que passaram pelo Brasil no século XIX. O príncipe Adalberto da Prússia, ao caminhar pelas margens do Rio Paraíba do Sul no ano de 1842, após inúmeros elogios à paisagem das florestas brasileiras, que segundo ele poderiam ser definidas como lugares “onde se pode ver o grande e o sublime com o original, o belo com o gracioso unidos num todo harmonioso”, não hesitou em atirar em um grupo de papagaios, simplesmente para poder contemplar mais de perto as cores de suas penas.

Não muito longe de Banqueta, Herr Theremin chamou a minha atenção para os gritos dos papagaios. Eu nunca ouvira uma gritaria tão estridente de pássaros. É tão forte, que no princípio, facilmente enganados, voltamos para todos os lados, imaginando-os muito perto de nós, até que por fim, depois de muito procurar, descobrimos apenas visíveis a uma altura incrível. Quando fomos pelas aprazíveis margens do rio Grande, um grande bando destes pássaros pousou numa alta árvore perto do rio. Apeamos-nos, carregamos nossas espingardas, aproximamos-nos cautelosamente de debaixo da árvore e disparamos uma salva contra o bando. Dois caíram no rio que infelizmente depressa os levou consigo. Teríamos pelo menos tido oportunidade de admirar de perto sua bela combinação de cores.¹¹¹

Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e Fronteiras*, também faz referência à racionalidade ecológica dos povos ameríndios, ressaltando a sua diferença para as práticas ambientais européias. A partir da análise de alguns relatos de cronistas, ainda do século XVI, ele se refere ao modo particular como as galinhas, que foram rápida e amplamente assimiladas pelas culturas nativas, eram tratadas pelos índios.

O curioso é que, adotando embora a ave forasteira, os índios não se utilizavam dela à maneira dos brancos. Os ovos particularmente passariam por venenosos entre os tupinambás, segundo testemunho de um viajante quinhentista. Outro depoimento da mesma época fala do escândalo que provocavam, entre esses índios, certos cristãos, quando devoravam quatro e cinco ovos numa refeição. Pois cada ovo, diziam, corresponde a uma galinha, e uma galinha dá para alimentar duas pessoas.¹¹²

Ao pesquisar a região de Cantagalo, foi possível perceber como parte desta ideologia de *além mar* esteve presente nas atitudes de posseiros e pequenos agricultores livres e pobres, em sua relação com a natureza. A descrição de suas práticas de cultivo, bem como de uma parte do seu modo de vida, que foram apreendidos dos relatos de viagens e dos processos judiciais, permitiu perceber a presença de níveis de sustentabilidade não tão elevados em sua cultura, o que se apresentou como um resultado surpreendente em relação a pesquisa realizada. Para que esta afirmação não se torne demasiadamente imprecisa, é necessário esclarecer que se considera como um indicador elevado de sustentabilidade a capacidade de uma cultura ou grupo em utilizar recursos da natureza, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de continuar a

¹¹⁰ Ibid. p. 76.

¹¹¹ PRÍNCIPE Adalberto da Prússia [1847], 2002, *Brasil: Amazonas – Xingu*, op. cit. p. 123.

¹¹² HOLANDA, Sérgio Buarque de. 2001, *Caminhos e Fronteiras*, op. cit. p. 170.

utilizá-los. Ao se levar em consideração as características dos solos das áreas de clima tropical, cuja fertilidade é proporcionada pelo *humos* deixado pela cobertura florestal, é possível perceber que as práticas agrícolas desenvolvidas nas pequenas propriedades da serra cantagalense, em função da própria instabilidade do acesso a terra, possuíam também uma tendência a itinerância, não havendo indícios de práticas de adubação ou pousio destinadas a recuperação do potencial produtivo do terreno cultivado. É importante também ressaltar, que não se pretende no espaço deste trabalho construir uma teoria acerca do funcionamento das sociedades camponesas no Brasil oitocentista. Na verdade o objetivo da pesquisa foi analisar o comportamento e a relação com os recursos do mundo natural dos diferentes setores população, garimpeiros, posseiros e grandes fazendeiros, que ocuparam a região das *Minas do Canta Gallo*, em finais do século XVIII e início do XIX..

II.4 – A presença camponesa nos Sertões do Macacú

De acordo com a professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley, o termo campesinato se refere a uma forma particular de agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e desenvolver cultura.¹¹³ Por sua vez, o conceito de agricultura familiar pode ser entendido como aquele que se refere a um tipo de produção agropecuária, no qual a família é simultaneamente proprietária e força de trabalho da unidade produtiva. É importante ressaltar, no entanto, que nem sempre a produção camponesa deve ser considerada sinônimo de produção para subsistência, visto que em algumas vezes a adaptação da unidade de produção familiar a um determinado contexto socioeconômico, a obriga a realizar mudanças significativas no modo de produzir, fazendo com que parte do trabalho produtivo passe a se destinar, por exemplo, ao mercado de consumo. Segundo Wanderley as sociedades camponesas possuíam como traços característicos uma relativa autonomia frente ao conjunto da sociedade, funcionando como pontos de interseção entre os conhecimentos tradicionais, transmitidos pelas sucessivas gerações, e a sociedade global. Este sistema tradicional de produção camponesa tem sido aperfeiçoado ao longo do tempo procurando combinar um grande número de atividades agrícolas com a criação de animais.

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc...¹¹⁴

Em muitas regiões as sociedades camponesas elaboraram técnicas que permitiram tornar estáveis as suas relações com o meio físico, o que pôde ser alcançado em função de um nível de conhecimento satisfatório dos recursos naturais, somado ao desenvolvimento de métodos adequados para a sua exploração sistemática. Contudo, o que algumas fontes nos permitem afirmar é que estes agricultores pobres e livres em muitos outros casos buscaram alternativas econômicas que os integrassem à economia local e regional, o que poderia ser feito por meio da venda de produtos alimentares para o mercado interno, ou através do comércio de outros produtos destinados à exportação, como acontecia com o café na serra fluminense.

Esta dupla preocupação – a integração ao mercado e a garantia do consumo – é fundamental para a constituição do que estamos aqui chamando de “patrimônio sócio-cultural”, do campesinato brasileiro. A este respeito, parece claro que a referência a uma “agricultura de subsistência”, tão freqüente na literatura especializada, pode esconder os propósitos mais profundos dos agricultores. Nada indica que o campesinato brasileiro se restrinja, em seus objetivos, à simples obtenção direta

¹¹³ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. 1996, *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*, op. cit.

¹¹⁴ Ibid. p. 7.

da alimentação familiar, o que só acontece quando as portas do mercado estão efetivamente fechadas para eles. Pelo contrário, a experiência do envolvimento nesta dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico, que pôde ser transmitido através de gerações sucessivas. (...) É este saber que fundamenta a complementação e a articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência.¹¹⁵

Esta adequação às necessidades do mercado, como forma de se elevar a renda familiar, acabava por comprometer a lógica de produção que preservava o saber agrônomo ancestral da comunidade e conservava a terra para uso das futuras gerações. Não obstante, se for levada em consideração a particularidade histórica da região de Cantagalo, onde a principal cultura destinada ao mercado era o café, um produto preferencialmente voltado para comércio exterior, obtém-se a evidência de que houve, na verdade, uma *distorção amplificada* das bases da antiga unidade de produção camponesa. Não se pretende aqui desenvolver um ponto de vista que vincule, de um modo mecânico, a produção campesina a um tipo de produção de subsistência, não obstante é preciso que sejam ressaltadas as particularidades agrônômicas do café e o modo como esta cultura era desenvolvida no século XIX. A chamada *rotina da lavoura cafeeira*¹¹⁶, não implicava em maiores cuidados com adubação e recuperação dos solos, o que aliado à presença do braço escravo e de uma imensa fronteira agrícola ainda por ser conquistada, fazia com que estas pequenas e médias unidades de produção familiar passassem a se assemelhar a *pequenas células da plantation tradicional*, principalmente no que se refere ao trato com a terra e os recursos do meio físico. Em praticamente todos os inventários post-mortem de proprietários rurais analisados e também num número considerável de processos judiciais de embargo e manutenção de posse, relativos a propriedades rurais, na comarca de Cantagalo, do século XIX, encontram-se referências à presença de cafezais. Isto ocorre mesmo nas menores e mais remotas áreas de posse, o que pode ser bem ilustrado pelo processo de João Gomes da Silva, com data de 1850, citado no início deste capítulo. Outros exemplos deixam transparecer a mesma situação:

No processo de inventário post-mortem de Manoel Antonio de Azevedo, do ano 1852,¹¹⁷ que possuía uma situação a margem do riacho do Quilombo, em Cantagalo, e pode ser considerado um pequeno agricultor, são relacionados os seguintes bens: uma casa de madeira roliça coberta de tabatinga, com um só quarto barreado; um monjolo pequeno descoberto; dezesseis cabeças de porcos; um cavalo velho; uma espingarda; um forno de ferro; duas foices; um taco de cobre; um salim de banda; um freio arriado; dois machados velhos; três escravos e *mil pés de café*.

Outro inventariado de nome José Joaquim da Costa Guimarães, cujo processo data de 1869¹¹⁸, era dono de um sítio de quarenta alqueires de terras com as seguintes benfeitorias: uma casa de vivenda com escada de madeira e varanda; um paiol coberto; um engenho de cana com cobertura movediça; um pasto regular valado e cercado; uma horta pequena; um terreiro cercado; seis enxadas usadas; seis foices usadas; dois machados diferentes; oito mil pés de café em bom estado; nove mil pés de café de seis anos; oito mil pés de café de quatro anos; setecentos alqueires de fruta de café pendente e guardadas; quinhentos e vinte alqueires¹¹⁹ de milho; vinte alqueires de arroz; trinta e seis porcos; um boi e duas vacas. Não possuía escravos.

Também no inventário post-mortem de Carlota Florentina da Silva, com data de 1850¹²⁰, além dos bens semoventes, estavam relacionados uma porção de terras de doze alqueires; oito mil pés de café em bom

¹¹⁵ Ibid. p. 20.

¹¹⁶ DRUMMOND, José Augusto. 1997, *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*, op. cit.

¹¹⁷ Inventário Post-Mortem, 1852. Inventariante: Joaquina Amélia Pontes. Inventariado: Manoel Antonio de Azevedo. Op. cit.

¹¹⁸ Inventário Post-Mortem, 1869. Inventariante: Maria Alexandrina da Costa Guimarães. Inventariado: José Joaquim da Costa Guimarães. Op. cit.

¹¹⁹ Alqueire aqui também se refere ao volume de grãos.

¹²⁰ Inventário Post-Mortem, 1850. Inventariante: José Alves da Silva. Inventariado: Carlota Florentina da Silva. Op. cit.

estado; seis mil pés de café novos; uma casa de vivenda; um paiol; uma casa principiada. Não possuía escravos.

Todas estas pequenas unidades produtivas, de certo modo estavam inseridas no processo de produção e comercialização de café. No caso do terceiro inventário, cuja propriedade de apenas doze alqueires pertencia a Carlota Florentina da Silva, temos quase uma miniatura de uma grande fazenda de café, na qual a monocultura deste produto ocupava quase todo o espaço disponível para a lavoura. A conclusão que pode ser obtida deste processo é que, sem dúvidas, uma parte significativa do café produzido em Cantagalo, provinha de pequenas propriedades e era cultivado por agricultores livres e pobres, que muitas vezes ocupavam a terra na condição de posseiros. Além disso também pode ser concluído que o trato com a terra realizado por grande parte destes pequenos agricultores, não diferia de modo tão significativo daquele empregado pelos grandes proprietários, que além de não investirem na recuperação da fertilidade dos solos avançavam continuamente sobre áreas de floresta primária. Em termos de conclusão, é possível afirmar que estes pequenos camponeses livres e pobres tiveram uma cota significativa de responsabilidade na destruição da cobertura florestal de Mata Atlântica que cobria a serra cantagalense ainda no século XIX. No caso específico dos posseiros, a instabilidade sobre a propriedade da terra, que estimulava o sentido nômade e itinerante das lavouras, contribuiu de modo decisivo, paralelamente as oportunidades de melhoria da renda familiar oferecidas pelo mercado, como um outro fator de estímulo ao uso de práticas não sustentáveis no manejo dos solos e demais recursos naturais da região.

No Brasil e também especificamente na região de Cantagalo, o incremento da cultura camponesa encontrava-se intimamente vinculado a processos sociais mais amplos, que se relacionavam a própria história da agricultura brasileira. Dentre eles assume um papel relevante a influência econômica e social da grande propriedade, cujas características, no século XIX, compreendiam a presença do braço escravo e o contínuo avanço sobre as áreas de fronteira agrícola. Shepard Forman afirma que o camponês do Brasil colonial estava organizado em regimes familiares que produziam colheitas comerciais para o mercado exportador e gêneros alimentícios para consumo doméstico, oferecendo trabalho e fidelidade a algum membro da classe proprietária em troca de uma parcela de terra para cultivo, o que acabava por criar uma relação de dependência junto aos grandes fazendeiros, por meio de diferentes vínculos socioeconômicos.¹²¹

II.5- A população livre e pobre da serra fluminense na visão de viajantes estrangeiros.

Os relatos de viajantes estrangeiros têm sido utilizados de modo bastante intenso como fontes historiográficas, todavia são necessários alguns cuidados importantes para que a apreensão das informações contidas nestes documentos permita a construção de uma visão fidedigna sobre o mundo e o tempo que estes cronistas procuravam retratar. O fato de serem estrangeiros permitia que notassem determinados aspectos da realidade cotidiana da sociedade oitocentista brasileira, que passariam despercebidos a população local já familiarizada com a realidade sócio-cultural do dia-a-dia. Estes relatos representam uma contribuição relevante para a pesquisa histórica, na medida em que funcionam como lentes de aumento, permitindo a visualização de parcelas da vida social que, do contrário, teriam se mantido *invisíveis* para os pesquisadores.

Um outro ponto de grande importância a ser considerado na análise dos relatos se refere às questões ligadas à diversidade cultural e à problemática da alteridade. As relações estabelecidas com o *outro* precisam ser observadas a partir de um julgamento de valor – se este é considerado igual ou inferior – do conhecimento e da distância que são estabelecidos em relação a ele¹²². Não obstante, é preciso levar em consideração a presença de um olhar etnocêntrico entre estes europeus que descreviam a sociedade, os costumes e o modo de vida da população brasileira nos tempos do Império. Era a visão do “civilizado” diante do “atrasado” e do

¹²¹ FORMAN, Shepard. 1979. *Camponeses: sua participação no Brasil*, op. cit.

¹²² TODOROV, Tzvetan. 1983. *A Conquista da América e a Questão do Outro*, op. cit. p. 183.

rústico, ou seja, é sempre importante perceber que se está lidando com o *olhar do outro* nas narrativas dos viajantes do século XIX. Tendo em mente estas ressalvas, é possível identificar nas crônicas algumas características importantes da vida dos setores pobres e livres da população rural da província do Rio de Janeiro. Neste sentido, torna-se importante ressaltar algumas diferenças relacionadas ao período e ao tipo de viagem, que se tentava empreender. Nota-se, por exemplo, diferenças significativas entre os relatos produzidos nas primeiras décadas do século XIX, em comparação a outros feitos na segunda metade daquele século, quando as fazendas de café já haviam se enraizado de forma consistente e generalizada. Também podem ser percebidas diferenças entre os viajantes que empreendiam suas jornadas com objetivos comerciais e aqueles conhecidos como naturalistas, assim chamados por terem como objetivo catalogar e identificar espécies da flora e da fauna brasileiras. São igualmente diferentes as visões daqueles que eram simpáticos e os que se opunham à ordem escravocrata.

Um outro aspecto importante resgatado através dos relatos e que foi bastante utilizado neste trabalho, se relaciona as constantes referências feitas pelos viajantes aos meios de subsistência da população livre e pobre do interior do Brasil. O sociólogo Antonio Cândido, que desenvolveu importantes reflexões a respeito da sociologia dos meios de subsistência, ao estudar o “caipira” paulista e a transformação de seu modo de vida, considera a alimentação como um dos mais importantes recursos vitais, na medida em que sua satisfação se constitui numa necessidade inadiável. Com efeito a alimentação e o modo de vida possuem um forte e consistente vínculo, que engloba normas, símbolos e representações coletivas¹²³. Assim sendo, as informações transmitidas pelos cronistas sobre pequenas lavouras, hortas caseiras e principalmente sobre o tipo de planta que se encontrava cultivada de forma predominante são bastante valiosas, na medida em que revelam parte importante das práticas culturais destes pequenos agricultores, ilustrando também as relações ecológicas estabelecidas por estes grupos sociais com os biomas em seu entorno.

A alimentação ilustra o caráter de seqüência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores da sua solidariedade profunda e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da Natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador. (...) Sendo condição de vida, ela é pressuposto de toda a vida social, que já tem sido interpretada como decorrência direta da satisfação de necessidades, entre as quais ela se destaca¹²⁴.

Como se pode perceber são muitas as variantes relacionadas às informações contidas nos relatos dos viajantes do oitocentos, o que torna necessário uma análise mais individualizada deste material. Dos viajantes pesquisados foram citados apenas os que passaram na região de Cantagalo e nas proximidades, de modo a tentar registrar o seu olhar sobre os posseiros livres e pobres apenas daquela região. Foram pesquisados viajantes ingleses, franceses e alemães sendo, entretanto, citados apenas aqueles que passaram pela região de Cantagalo e sua proximidades. Outro critério para a escolha das citações foi o cuidado para que estas não se tornassem repetitivas, assim sendo foram escolhidos aqueles cronistas que deixaram registros significativos e relacionados com o desenvolvimento da pesquisa. Dentre os viajantes ingleses que passaram *por aqueles sertões* foram destacados John Mawe e George Gardner, dentre os alemães o Barão João Tiago von Tschudi, o naturalista Hermann Burmeister e o príncipe Adalberto da Prússia. Também foi citado o viajante sueco G.W. Freireyss.

John Mawe foi um comerciante inglês, que veio ao Brasil com o principal objetivo encontrar oportunidades comerciais vantajosas, contudo, além de sua busca por bons negócios ele também possuía uma grande curiosidade em conhecer aspectos da vida dos habitantes do interior do país. Em seus relatos intitulados *Viagens ao Interior do Brasil*, escritos a partir de sua viagem pelo interior do território brasileiro, realizada no início do século XIX, mais precisamente entre 1807 e 1811, nos transmite imagens reveladoras sobre o modo de vida destes setores livres e pobres da população no interior da província do Rio de Janeiro. Filtrando-se o olhar europeu, no etnocêntrico, sobre o modo de vida e os costumes dos habitantes da serra fluminense do oitocentos, é possível verificar em seus relatos uma eficiente adaptação destes pequenos

¹²³ CANDIDO, Antonio. 1975. *Os Parceiros do Rio Bonito, estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, op. cit.

¹²⁴ Ibid. p. 28.

agricultores às condições do meio físico da região. Também pode ser percebido um maior sentido de sustentabilidade no modo de vida destas famílias fluminenses do interior, no início do século XIX, se comparadas a outras que ocupavam o mesmo espaço na segunda metade daquele século. Isto se justifica pelo aumento significativo verificado na produção de café, a partir da década de 1840, o que acarretava mudanças no modo de vida destes *protocamponeses*¹²⁵, que acabavam por assumir algum tipo de relação de parceria com os grandes fazendeiros, como acontecia em outras regiões do Brasil¹²⁶. A primeira ressalva apresentada pelo autor é dirigida a ausência de vacas leiteiras, que são substituídas por cabras. Vale lembrar que a criação de caprinos requer um espaço muito menor e, conseqüentemente, um menor impacto sobre as áreas florestadas, sem contar que o leite fornecido pelas cabras é mais rico em gordura e proteínas.

A região parece criar muito pouco gado; não há vacas leiteiras, nem se consagra qualquer atenção especial à extração de produto alimentar tão essencial à subsistência de uma família pobre, criam-se algumas cabras e o único leite que se consome é o que elas fornecem. A alimentação usual dos habitantes é a seguinte: para o almoço, uma variedade de leguminosa chamada feijão, cozido, e depois misturado com farinha de milho. Para o jantar, feijão cozido com carne de porco gorda, e algumas folhas de repolho, uma espécie de pirão feito com carne de porco derramada num prato de farinha, sendo comido com a mão, que é muito apreciado. Para a ceia, umas pobres hortaliças, também cozidas com porco. Galinhas que aqui se criam em quantidade, são servidas, em geral cortadas em pedaços e ensopadas. Quase não se bebe vinho, mesmo entre as classes mais elevadas, mas há frutas em grande abundância, principalmente bananas e laranjas, que constituem parte considerável da alimentação comum¹²⁷.

Mesmo ao criticar a ausência de alguns hábitos alimentares da Europa entre população serrana fluminense, Mawe deixa transparecer a existência de uma dieta rica em termos nutricionais entre povos da região. Em sua composição estavam incluídos carboidratos, proteínas e outros nutrientes contidos nas carnes, no milho, nas frutas e legumes, ou seja, um nível de consumo de alimentos plenamente capaz de suprir as necessidades calóricas destes setores da população. O acesso a terra lhes garantia a subsistência de modo satisfatório e o uso de práticas agropecuárias de baixo impacto ambiental permitia a manutenção da floresta, com o recurso, ainda, à caça como forma de suplementação alimentar.

Ouro viajante, o naturalista sueco G.W. Freireyss, cuja viagem às terras brasileiras se deu em 1814, em seus relatos intitulados *Viagem ao Interior do Brasil*, ressalta a presença generalizada da caça como prática cultural entre os habitantes das montanhas, hábito que só poderia ser mantido com a preservação da floresta.

A simplicidade dos costumes, a franqueza e obsequiosidade são qualidades características destes habitantes das montanhas. (...) A caça é ali muito abundante, apesar de serem muito perseguidos os veados, as antas, os porcos-do-mato etc..., sem que se notasse, segundo o testemunho dos habitantes, uma diminuição destes animais. (...) Esta paixão pela caça é de algum modo útil para o Brasil, porque resulta daí excelentes atiradores, que na ocasião em que o Brasil precisar da sua milícia, à qual todos os brasileiros pertencem, terá deles o maior auxílio e unidade.¹²⁸

Pode ser percebida em grande parte dos europeus que conheceram o Brasil, no século XIX, uma estranheza com relação às técnicas de cultivo desenvolvidas nas diferentes regiões do país. A idéia de espaços geometricamente organizados, com solos expostos e ausência de qualquer outro vegetal era contraposta a uma realidade na qual o preparo dos solos para o cultivo era feito pela técnica de *roça e queima*, uma herança ameríndia, sendo que a presença de outros vegetais em meio às lavouras, tinha o duplo sentido de servir como

¹²⁵ A expressão *protocamponês* é utilizada em analogia aquela empregada por Ciro Flamarion Cardoso em *A Brecha Camponesa*. No caso específico deste trabalho ela se relaciona a ausência de estabilidade no acesso a terra.

¹²⁶ FORMAN, Shepard. 1979. *Camponeses: sua participação no Brasil*, op. cit.

¹²⁷ MAWE, John. [1812], *Viagens ao Interior do Brasil*, op. cit. p. 98.

¹²⁸ FREYREYSS, G. W. [1815], 1982, *Viagem ao Interior do Brasil*, op. cit. p. 20 e 116.

cobertura viva¹²⁹ para o solo, impedindo a incidência direta dos raios sol e das chuvas torrenciais, além de dificultar a propagação de pragas e outros parasitas naturais. A idéia européia de uma área cultivada de forma “limpa” e “organizada”¹³⁰ não possuía a mesma representação nas Américas. Mawe deixa transparecer a sua contrariedade com estes fatos em parte de sua narrativa. Em seu olhar, as práticas de cultivo e os hábitos alimentares diferentes daqueles que conheceu em seu país eram inadequados.

Penetramos uma bela região descampada, cuja fertilidade se evidenciava pelo vigor com que aí cresciam o fumo e outras plantas, mas jazia estado de abandono e as poucas famílias nela espalhadas aparentavam o mais baixo nível de indolência e miséria. (...) A população destes magníficos vales é deploravelmente raquítica e pobre; notei um ar doentio, em geral, nos olhares das mulheres e crianças, o que pode ser atribuído à sua alimentação miserável e à vida inativa¹³¹

O médico inglês George Gardner, que também era um estudioso de botânica e história natural chegou ao Brasil em 1837 e por alguns meses coletou e fez observações sobre a fauna e flora das matas brasileiras, as quais ficaram registradas em seus relatos intitulados *Viagem ao Interior do Brasil*. Demonstrando tolerância com a ordem escravista, Gardner, afirmava que os brasileiros estão longe de serem senhores duros e que, “salvo em casos raros, eram sempre atenciosos e bons com os escravos”¹³². Como viajante naturalista, sua maior preocupação estava voltada para a catalogação de plantas e animais de nossas florestas e de um modo semelhante a grande parte dos europeus que visitaram o Brasil naquele período, aos descrever fazendas, plantações e modos de vida da população, dirigia a maior parte de sua atenção para os seus compatriotas e indivíduos que resolveram sair da Europa e tentar a vida no Brasil. Em geral não havia muitas referências a população pobre local, o que acabava sendo revelado nas entrelinhas, principalmente nos períodos de trânsito de uma localidade para outra.

Em sua passagem pela serra fluminense, Gardner hospedou-se na fazenda de um inglês chamado Mr. Heath, “cuja a propriedade tem a extensão de sessenta e quatro milhas quadradas e tem a maior parte ainda coberta de mata virgem, [possuindo] pastagens, pequenas roças de milho e feijão, um grande pomar e horta.”¹³³. A informação de que a maior parte da área da fazenda era, ainda, coberta por florestas primárias, permite perceber que o café apenas começava o seu avanço sobre as montanhas do Rio de Janeiro, na década de 1830. Durante sua estada nesta fazenda, Gardner fez freqüentes visitas a um pequeno proprietário de nome Joaquim Paulo. Embora não tenham sido feitas descrições sobre as medidas da propriedade e nem sobre os tipos de cultivo nela desenvolvidos, ao descrever o que foi servido no jantar, o autor permite o acesso a valiosas informações sobre a dieta da família e, provavelmente, a parte do que era plantado naquele sítio.

O jantar era substancial e bem preparado, mas todos os pratos conforme o costume do país, eram muito temperados com alho. Cobria a mesa uma toalha limpa, em que numa das pontas se amontoava uma porção de farinha de mandioca, e, na outra, de farinha de milho. Sobre uma destas se colocava grande prato de feijão cozido, com um pedaço de toucinho no meio; enquanto sobre o outro havia um prato de galinha ensopada. Também havia porco assado e chouriço. De iguarias e de farinha cada um se servia por si. De vegetal, tínhamos um prato de palmito (*Euterpe edulis*), macio e delicioso, com sabor semelhante ao de aspargos.¹³⁴

A ausência de referências diretas, ao menos de modo mais constante, a população livre e pobre acaba sendo compensada por algumas informações sobre a paisagem, nas quais a presença destes grupos sociais é

¹²⁹ Entende-se como *cobertura viva* a ocupação do solo por ervas e outras plantas nativas, que são parcialmente mantidas pelos agricultores com o objetivo de impedir que o solo fique exposto aos raios do sol e as chuvas torrenciais, o que levaria a sua erosão.

¹³⁰ THOMAS, Keith. 1989. *O Homem e o Mundo Natural, mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*, op. cit.

¹³¹ MAWE, John. [1812], *Viagens ao Interior do Brasil*, op. cit. p. 92 e 100.

¹³² GARDNER, George. [1842], *Viagens no Brasil, Principalmente nas províncias do Norte e nos Distritos do Ouro e do Diamante durante os anos de 1836-1841*, op. cit. p. 240.

¹³³ Ibid. p. 36.

¹³⁴ Ibid. p. 41.

revelada de um modo indireto. Ao sair da fazenda de Mr. Heath, para se dar um exemplo, Gardner descreve a presença, ao longo da caminho, de grandes roças de milho, já quase maduro para colheita, e de pequenos arrozais nas faixas mais úmidas e baixas¹³⁵. A existência deste tipo de cultivo destinado ao consumo familiar, próximo a uma grande fazenda, pode revelar a presença de posseiros e pequenos proprietários, que em muitos casos mantêm algum tipo de vínculo com a grande propriedade¹³⁶. Poderia, por outro lado, igualmente representar a ação de um fazendeiro tentando aumentar os limites de sua propriedade através da posse de novas terras. Entretanto, como o dispositivo legal que legitimaria a posse da terra, com base no cultivo da mesma, só entraria em vigor com a Lei de Terras de 1850, em seu artigo quinto¹³⁷, a hipótese de posse articulada por pequenos agricultores adquire aqui maior consistência. Mesmo não se constituindo no principal foco da atenção dos viajantes estrangeiros, estes pequenos agricultores livres acabam por deixar registrada a sua presença nos relatos. Cabe, inclusive, a reflexão de que os contatos dos europeus que visitaram o império brasileiro com estas famílias de posseiros, trabalhadores e pequenos agricultores livres e pobres não foram tão raros assim, pois, caso contrário, a sua presença teria sido percebida e registrada com maior ênfase e riqueza de detalhes, como é feito com tudo aquilo que é novo e surpreendente. Na verdade é possível a dedução de que eram comuns os encontros com estes setores da população, que, no entanto, não despertavam muito o interesse dos cronistas. Em sua jornada em direção a Cantagalo, ao aproximar-se do Porto do Cunha, Gardner descreve com mais detalhes a presença destes *protocampones*¹³⁸. Chama a atenção a sua dificuldade em lidar com a alteridade, o que é revelado pela relutância em perceber o milho como um alimento capaz de atender a parte significativa das necessidades nutricionais humanas. Atitude que se explica pelo fato deste grão não fazer parte da dieta regular dos europeus.

Passamos por algumas casas pequenas pertencentes, quase todas, a gente de cor; (...) Por volta das três horas da tarde, quando percorríamos um tracto de espessa floresta, chegamos a um sítio de três ou quatro geiras de extensão, que nos pareceu ter tido as matas derrubadas recentemente, com uma casa no centro, feita de pau a pique e folhas de palmeiras. Chegando-nos, vimos que pertencia a um índio que tinha mulher e quatro filhos. Ocupavam-se na colheita de uma roça de milho, do qual prontamente compramos boa ração para nossos animais, embora para nós mesmos nada obtivéssemos de comestível¹³⁹.

Outro viajante europeu, o príncipe Adalberto da Prússia, também deixou suas impressões sobre alguns aspectos da vida no interior do Brasil, a partir de sua passagem pelo país de setembro de 1842 a janeiro de 1843. Segundo a sua própria narrativa, este europeu de origem germânica tinha como objetivo que sua jornada se constituísse em “simples viagem de recreio muito longo”,¹⁴⁰ não havendo a intenção de se realizar pesquisas científicas ou qualquer outra descrição de caráter mais especializado. Seu “diário de viagem” seria publicado em 1847 com o título *Brasil: Amazonas-Xingu*.

Embora não tendo o mesmo interesse de viagem que um naturalista, o príncipe prussiano mostrava verdadeiro fascínio pela floresta tropical. Sua curiosidade por espécimes da fauna e da flora tropicais foi manifestada em diversos momentos de sua narrativa. Era igualmente notória, ainda que comum entre a maior parte dos europeus que vieram ao Brasil no oitocentos, a forma peculiar de manifestação desta fascinação pela natureza da Mata Atlântica, na qual não se hesitava em matar pássaros e outros animais apenas para apreciar de perto sua beleza. Esta atitude, na verdade, refletia a idéia muito presente entre brasileiros e estrangeiros do século XIX, que consideravam abundantes e mesmo inesgotáveis os recursos das florestas tropicais do Brasil.

A chuva cessara; o sol começava a declinar para o ocaso e cavalgávamos entretendo-nos em agradável conversa com o nosso tão obsequioso e solícito hospedeiro, que na verdade não era

¹³⁵ Ibid. p. 42.

¹³⁶ FORMAN, Shepard. 1979. *Camponeses: sua participação no Brasil*, op. cit.

¹³⁷ MOTTA, Márcia Maria Menendes. 1998, *Nas Fronteiras do Poder, conflito e direito a terra no Brasil do século XIX*, op. cit. p. 142.

¹³⁸ Idem referência pg. 33

¹³⁹ GARDNER, George. [1842], *Viagens no Brasil, Principalmente nas províncias do Norte e nos Distritos do Ouro e do Diamante durante os anos de 1836-1841*, op. cit. p. 242.

¹⁴⁰ PRÍNCIPE Adalberto da Prússia [1847], 2002, *Brasil: Amazonas – Xingu*, op. cit. p. 12.

nenhum francês verboso, quando entramos numa verdadeira floresta encantada. As árvores com as belas flores, principalmente aquelas cuja rica floração lilás parecia colorir completamente a floresta, atraíam-nos como uma força mágica. Uma maranha de lianas pendia delas. Aqui e ali revestiam os esguios troncos grandes folhas em forma de escudos como um brilhante arnês verde escamas. Helicônia brotava ao lado de muitas outras espécies novas para olhos europeus, no solo pantanoso, e davam a esta floresta um encanto peculiar. (...) Neste ínterim despertou minha atenção um belo pássaro que tomei por um tucano; atirei e matei-o, mas infelizmente caiu no meio da mata cerrada onde, a despeito de todo o trabalho, não foi possível encontrá-lo.¹⁴¹

De modo ainda mais nítido que em outros viajantes europeus, o príncipe Adalberto da Prússia procurava registrar em seu diário de viagem, principalmente contatos com grandes fazendeiros e outros estrangeiros residentes no Brasil, principalmente os “honrados alemães”. Em sua narrativa, raras são as referências às populações livres e pobres do interior do Rio de Janeiro. Dentre os efêmeros registros a estes setores da população encontram-se algumas menções a bananeiras, casas esparsas e, surpreendentemente, a presença de pés de café em meio a capoeiras. A presença de pequenos cafezais esparsos percebidos com frequência e fora dos limites das fazendas, pode sugerir que uma parte do café produzido na região de Cantagalo fosse cultivada por pequenos agricultores, os quais provavelmente vendiam sua produção aos grandes fazendeiros por uma remuneração menor. De qualquer forma seriam necessários mais registros para que esta hipótese pudesse ser comprovada.

Entre as florestas virgens estendiam-se dois vales a pouca distância um do outro; o primeiro muito estreito, com capoeiras e plantações de bananeiras e café muito descuradas. (...) Dobramos aí à esquerda, e achamo-nos subitamente – podia ter decorrido uma hora desde que deixáramos a margem do Paraíba – sob as altas árvores no rio limítrofe de Minas Gerais, o rio da Pomba (...) A margem oposta um pouco mais alta, sobre a qual ficavam algumas casas de aspecto miserável, rodeadas de alguma lavoura, surgiu diante de nós.¹⁴²

Outro naturalista alemão, o zoólogo e professor Hermann Burmeister no relatório de sua viagem feita ao interior do Brasil entre 1850 e 1852, cujo título é *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, também deixa algumas pistas esparsas a respeito do modo de vida da população livre e pobre do interior do Rio de Janeiro. De modo semelhante ao príncipe prussiano, Burmeister tem a sua atenção voltada principalmente para o mundo natural na serra fluminense, o que fez com que seu olhar estivesse direcionado principalmente para a floresta e seus habitantes, humanos ou não. Também como outros viajantes deu mais ênfase a encontros com fazendeiros e outros europeus, que aos registros do modo de vida de posseiros e pequenos agricultores. Contudo, mesmo com a atenção voltada para um outro horizonte, em sua viagem de Nova Friburgo para Cantagalo, revela algumas marcas na paisagem que podem ser lidas como indícios da presença de pequenos agricultores livres. Ao sair da fazenda do Sr. Soares, seguindo caminho para Cantagalo, Burmeister se depara com um vale próximo ao rio São José, onde nota a presença de muitas plantações.

O vale alarga-se aos poucos, havendo nele grandes plantações de milho, que, nos terrenos mais baixos, cedem lugar aos cafezais. No nível do rio, os colonos cultivam arroz. Em sua parte superior, o curso é flanqueado por grandes rochas e belas florestas, interrompidas, cá e lá, por algumas roças com os troncos carbonizados dos velhos gigantes da mata. Foi aí que encontrei, também, uma planta cultural nova para mim, o *Panicum italicum* ou milho miúdo, assediada por grandes bandos de pardais. Esparsos pelo campo, jaziam grandes blocos de pedra com a superfície coberta por uma vegetação variadíssima e ornada, às vezes, de belas flores. Nos espaços livres, alastravam-se as aboboreiras com suas largas folhas e seus frutos agigantados.¹⁴³

¹⁴¹ Ibid. p. 109.

¹⁴² Ibid. p. 142.

¹⁴³ BURMEISTER, Hermann. [1853], *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, op. cit. p. 145.

A presença de tão significativas mudanças antrópicas na paisagem, sem casas ou qualquer outro tipo de habitação por perto, deixa em destaque a possibilidade desta ser uma área de posse, cujos pretendentes desenvolveram plantações com o objetivo de posteriormente legitimarem a propriedade sobre a mesma. Estes pretendentes poderiam ser, desde pequenos posseiros livres, até grandes fazendeiros dispostos a se apossar de áreas limítrofes a sua fazenda. Embora muitos dos grandes proprietários tenham sido também grandes posseiros na província do Rio de Janeiro, no século XIX¹⁴⁴, o plantio de gêneros de subsistência associado ao modo pouco preciso de como foi conduzida a derrubada da floresta, sugerem a ação de pequenos agricultores. Mais uma vez se percebe o café cultivado em pequenos lotes e junto a outras plantações, ainda que não sob a forma de consórcio ou intercalado aos outros vegetais. Se houvesse de fato a comprovação de ser esta uma área ocupada por pequenos posseiros, a hipótese de ser o café, em Cantagalo, também cultivado por lavradores livres encontraria aqui um reforço.

II.6- A cultura do milho na serra fluminense

Se perscrutarmos os usos das nossa províncias, acharemos que no beira-mar prefere-se a farinha de mandioca, que os sertanejos inclinão-se ao milho.¹⁴⁵

Em seu *Manual do Agricultor Brasileiro*, Carlos Augusto Taunay, define o milho como um dos vegetais mais úteis à humanidade.¹⁴⁶ Originário do continente americano foi assimilado pela cultura ocidental, passando a ser utilizado pelos europeus tanto para consumo humano, quanto para servir de ração aos seus animais. Segundo Fernand Braudel o milho teria sustentado o brilho de grandes civilizações na América Pré-Colombina como os incas e os astecas, sendo descoberto pelo Velho Mundo já na viagem de Colombo. Sua origem enquanto espécie envolve ainda controvérsias, sendo que pesquisas arqueológicas realizadas onde, hoje, fica a cidade do México registraram a presença de espécies ancestrais do milho moderno, datando de alguns milhares de anos.

Nas mais antigas camadas vêem-se desaparecer um a um todos os milhos modernos. Na mais antiga, há sete ou oito mil anos, só está presente um milho primitivo e tudo indica que não era ainda cultivado. Este milho selvagem é uma pequena planta. A espiga madura só mede de 2 a 3 cm, com uns cinquenta grãos somente, colocados na cavidade de brácteas moles. A espiga tem um eixo muito frágil e as folhas que a envolvem não formam um envelope persistente, de forma que os grãos deviam-se espalhar facilmente. O milho selvagem podia assim assegurar a sua sobrevivência, diferentemente do milho cultivado cujos grãos são prisioneiros de folhas que não se abrem quando chegam à maturidade. O homem tem de intervir.¹⁴⁷

Como já assinalado, o milho compôs a base de sustento alimentar das províncias do interior do império brasileiro. Consumido como grão, como canjica ou depois de moído e transformado em farinha, como fubá. O desenvolvimento da planta é rápido não exigindo muitos cuidados do agricultor, sendo possível a obtenção de até duas colheitas por ano no mesmo terreno. No *Manual do Agricultor Brasileiro*, escrito por Carlos Augusto Taunay em 1839, consta a orientação de que o milho deve ser plantado em covas que fiquem a uma distância de dois pés umas das outras. O terreno deve ser limpo de duas a três vezes, devendo o caule da planta ser apoiado neste momento. Segundo ainda o manual

¹⁴⁴ MOTTA, Márcia Maria Menendes. 1998, *Nas Fronteiras do Poder, conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*, op. cit. p. 142.

¹⁴⁵ TAUNAY, Carlos Augusto. 1839, *Manual do Agricultor Brasileiro*, Rio de Janeiro, op. cit. p. 48.

¹⁴⁶ Ibid. p. 50.

¹⁴⁷ BRAUDEL, Fernand. 1970, *Civilização Material e Capitalismo, séculos XV-XVIII*, op. cit. p. 132.

O resto da cultura e sua colheita é tão vulgar, que nos parece escusado explicá-lo aqui, observando somente que para a boa guarda deste grão precioso, é bom secá-lo o mais possível e guardá-lo abrigado da humidade, da poeira, dos ratos e dos insetos.¹⁴⁸

A necessidade de pouco trabalho para a manutenção da cultura do milho, a estimativa é que sejam necessários em torno de cinquenta dias por ano ou um dia em cada oito dependendo da estação para o cuidado com a plantação,¹⁴⁹ permitiu aos agricultores que se beneficiavam deste cultivo a obtenção de uma razoável disponibilidade de tempo para se dedicarem a outras atividades. No caso das montanhas fluminenses, este tempo ocioso acabaria por ser aproveitado por grandes proprietários de terras e fazendeiros para outras atividades, que consistiam desde trabalhos temporários nas fazendas¹⁵⁰, até a derrubada da floresta¹⁵¹ (Dean, 1997: 198).

Esta facilidade no cultivo do milho atribuiu a esta cultura uma outra função na região de Cantagalo durante o oitocentos: o papel de legitimador de novas posses de terras. O decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854, capítulo 9, artigo de nº 91, que visava regulamentar a Lei de Terras de 1850, determinava que todas as posses fossem devidamente registradas em suas respectivas freguesias¹⁵². Para efetivar estes Registros Paroquiais de Terras, os candidatos à posse das mesmas deveriam demonstrar que de fato as ocupavam e por conseguinte, que elas se apresentavam cultivadas. Para esta tarefa o milho era a *ferramenta* adequada, o que pode ser comprovado em muitos dos registros efetuados naquele período.

O abaixo assinado José da Costa Carneiro, senhor e possuidor de um sítio no lugar denominado Ribeirão das Pedras, na Freguesia de Santa Maria Magdalena em Cantagallo, em terras de posse que houve por ocupação primária a quinze anos, a qual tem confrontações ribeirão abaixo com a situação que foi de Luís Theodoro de Araújo e por um lado com a posse de “manso” hoje de José Joaquim de Andrade (...), cuja posse assim confrontada *possui quarenta alqueires*¹⁵³ *de planta de milho*, pouco mais ou menos. Freguesia de Santa Maria Magdalena, 28 de novembro de 1855. Arrogo de José da Costa Carneiro e Francisco de Castro e Souza [folha 1, registro 1].

Em outras freguesias pesquisadas a característica dos registros se mantém, ou seja, o milho é o principal “agente” de ocupação dos terrenos.

Luis Gomes da Cruz, em virtude do artigo 91 do decreto nº 318 de 30 de janeiro de 1854, declara que possui um sítio denominado Córrego, situado no Rio Negro, Freguesia de São Sebastião do Alto, termo de Cantagalo, o qual levará *trinta alqueires de planta de milho*¹⁵⁴ que divide com Antonio José Ricardo, Jacob Vanherven, (...) Por não saber ler, nem escrever pede ao Ilmo. Capitão Manoel José Pereira, que este por mim fizeste abaixo assinado. Freguesia de São Sebastião do Alto, 20 de fevereiro de 1856. Por Luiz Gomes da Cruz e Francisco Raposo Pereira.

Os exemplos poderiam se suceder. No município de Cantagalo foram pesquisados Registros Paroquiais de Terras nas freguesias de Santa Maria Magdalena, Santa Rita do Rio Negro, São Sebastião do Alto e Santíssimo Sacramento – livros 28 e 29, no período de 1854 a 1856. Em todas as freguesias examinadas havia a presença de um grande número de posses legitimadas a partir do cultivo de milho, o que se explica pela relativamente pequena quantidade de trabalho anual exigida para a manutenção desta cultura. Esta estratégia de ocupação e legitimação de posses sobre novas áreas de terras, permitia aos ocupantes dispor de tempo para realização de outras atividades.

¹⁴⁸ TAUNAY, Carlos Augusto. 1839, *Manual do Agricultor Brasileiro*, Rio de Janeiro, op. cit. p. 51.

¹⁴⁹ BRAUDEL, Fernand. 1970, *Civilização Material e Capitalismo, séculos XV-XVIII*, op. cit. p. 134.

¹⁵⁰ SPINDEL, Cheywa R. 1980, *Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira*, op. cit. p. 21.

¹⁵¹ DEAN, Warren. 1977, *A Ferro e Fogo - A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, op. cit. 198.

¹⁵² MOTTA, Márcia Maria Menendes. 1998, *Nas Fronteiras do Poder, conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*, op. cit. p. 161.

¹⁵³ Alqueire aqui significa medida de capacidade para grãos e artigos secos, representando 32,27 litros.

¹⁵⁴ Idem página 43.

Em se tratando de alterações antrópicas, a ação de pequenos posseiros e agricultores livres e pobres deixou sua marca na paisagem da serra fluminense. Como foi ressaltado no início deste capítulo, o sentido de sustentabilidade na relação destes grupos com seu entorno ecológico, acabaria prejudicado pela instabilidade no acesso a terra, o que dificultou a estruturação de uma cultura camponesa nas montanhas do interior do Rio de Janeiro do oitocentos. Junto com a ação desta parcela da população livre e pobre, um outro movimento que também se estruturava na serra fluminense daquele período, traria ainda mudanças mais intensas ao meio ecológico da região: eram as grandes fazendas de café que se estabeleciam na região dos Sertões do Macacú.

CAPÍTULO III

A GRANDE LAVOURA CAFEEIRA NA SERRA FLUMINENSE

III.1 – A Mata Atlântica sob os pés de café na região do Canta Gallo.

Nunca será demais repetir que, com a subida do café, chegavam afinal os grandes dias da Serra Fluminense, mantida até o séc.XIX como uma das mais selvagens e desconhecidas regiões brasileiras, ainda que próxima ao litoral. O motivo econômico que lhe faltara nos séculos precedentes para a entrada da cultura, por fim aparecera. E toda a impenetrabilidade e oposição do hirsuto matagal, com êle se tornaria impotente, para que uma vigorosa e esplêndida civilização, em breve, também ali estendesse o domínio do homem sobre a cordilheira. (...) Como foi penosa e lenta a infiltração da cultura nesse meio montanhoso e espessamente enflorestado. Nada porém, resiste ao café, o mais vertiginoso derrubador de selvas, a cujo embate todos os obstáculos se aniquilam. Continuamente novas fazendas rasgam a floresta. Multiplicam-se de ano a ano aos milhares as arrôbas de café e, com isto, (...) a Serra civilizar-se-ia com os seus numerosos focos culturais.¹⁵⁵

A maior parte da serra fluminense, com suas vastas florestas primárias do tipo mesófila, características do bioma conhecido como Mata Atlântica, foi poupada do cultivo comercial de cana-de-açúcar e de outras transformações antrópicas significativas até o início do século XIX. Clima e solos inadequados ao cultivo da cana, adicionados a disposição das autoridades governamentais de isolar a região situada para além da serra do mar, impediram o avanço sobre a floresta na região das Minas do Canta Gallo, até as primeiras décadas do oitocentos. A partir daí, um novo produto de *plantation* tropical iniciaria seu assalto sobre a densa cobertura florestal, situada sobre o relevo de mares de morros do vale do rio Paraíba do Sul. O café ou *coffea arábica*, planta originária da Etiópia, num espaço de umas poucas décadas se tornaria o principal produto de exportação do império brasileiro. A agronomia do café no século XIX, somado aos estímulos comerciais que envolviam o seu cultivo, transformava este arbusto num “devorador” de selvas, como afirmava Alberto Lamego. Além disso, para a cultura ocidental naquele momento a floresta representava um misto de temor e estorvo, que precisaria ser removido para dar lugar a “civilização”¹⁵⁶. O fascínio paradisíaco das matas contrastava com as ameaças reais e imaginárias que elas representavam. Deste modo, remover a floresta passaria a significar espécie de símbolo da construção do mundo civilizado, além de tornar mais fácil a extração dos recursos do território e abrir espaço para a implantação de lavouras.

As primeiras mudas e sementes de café teriam sido trazidas para o Brasil em 1727 pelo sargento-mor da armada portuguesa, Francisco de Mello Palheta, que as teria coletado na Guiana Francesa numa verdadeira operação de “pirataria” agronômica. Por volta da década de 1760 o café chegaria à cidade do Rio de Janeiro dando origem a várias plantações, destinadas ao consumo interno da colônia.¹⁵⁷

Uma delas cobria, por exemplo, as fraldas do demolido morro de Santo Antônio, ao longo da atual rua Evaristo da Veiga. Mais distantes do centro, havia fazendas nos atuais bairros de Santa Tereza, Botafogo, Humaitá, Lagoa, Jardim Botânico, inclusive nas encostas mais baixas dos morros do

¹⁵⁵ LAMEGO, Alberto Ribeiro. 1950, *O Homem e a Serra*, op. cit. p. 168.

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ DEAN, Warren. 1977, *A Ferro e Fogo - A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, op.cit. p. 194.

Corcovado e Gávea. Mesmo nos atuais bairros de Jacarepaguá e Campo Grande, entre 40 e 80 km do centro do Rio, havia, antes do ano de 1800, importantes fazendas de café. Algumas fazendas na Gávea, por exemplo, tinham já nessa época mais de 30 mil pés de café, prenunciando as enormes fazendas das décadas seguintes com centenas de milhares de plantas, na Serra do Mar e no Vale do rio Paraíba do Sul.¹⁵⁸

Os produtores de café logo notaram os efeitos positivos da altitude para os cafezais, uma vez que os pés-de-café se desenvolviam muito bem nas partes mais altas e montanhosas da cidade, onde se combinavam de modo adequado a exposição ao sol tropical, a intensidade de chuvas, a qualidade dos solos e, sobretudo, temperaturas mais amenas principalmente à noite. Para prejuízo da Mata Atlântica fluminense não era muito difundido entre os produtores brasileiros que o café podia ser plantado próximo a arbustos maiores, que lhe proporcionassem sombra durante o dia. Seguramente esta prática teria evitado a destruição de muitos quilômetros quadrados de florestas.¹⁵⁹

A serra no interior do estado com seu clima ameno e suas encostas florestadas, logo seria percebida como um local apropriado para o desenvolvimento da cultura do café.¹⁶⁰ Em pouco mais de meio século os cafezais ocupariam o lugar de inúmeros espécimes de árvores seculares que faziam parte da floresta tropical costeira do Brasil. Os grandes cafeicultores, que desenvolveram suas lavouras no Vale do Paraíba na segunda metade do século XIX, superariam em poder e riqueza os senhores de engenho do nordeste e todos os demais seguidores da elite social brasileira, passando a se constituir no principal pilar de sustentação política do segundo império. Sua imensa riqueza os permitiria consumir toda a sorte de artigos de luxo e também construir as suntuosas sedes de fazendas que passariam a fazer parte da paisagem e do cotidiano da serra fluminense no oitocentos. Em Cantagalo, este apogeu da produção cafeeira levou ao enriquecimento de alguns fazendeiros muito bem sucedidos como Antonio Clemente Pinto, Jacob Van-Erven, o médico francês de nome Trobaut, dentre outros. Eles são citados pelo Almanack Laemert¹⁶¹ do ano de 1850, como os donos de propriedades dotadas do que existia de mais sofisticado, em termos de beneficiamento do café no século XIX. Em suas fazendas e nas de mais dois fazendeiros cantagalenses, de nomes Rafael Ignácio da Fonseca Lontra e Eufrásia Lantiman Pope, os grãos de café eram tratados, de modo pioneiro, pelo sistema de estufas. Tamanha prosperidade, contudo, caminharia por uma estrada curta. O desgaste dos solos proporcionado pelo modo como o café era plantado, bem cedo tiraria o fôlego daqueles empreendimentos, o que já vinha sendo percebido por algumas vozes críticas, ainda no século XIX.¹⁶²

A lavoura de café trabalhada com braço escravo foi a atividade econômica que modificou de forma mais intensa a ecologia das terras fluminenses. As florestas primárias da região serrana do interior do estado, que haviam sido muito pouco alteradas após milhares de anos de ocupação ameríndia e mesmo durante a colonização européia nos séculos XVI, XVII e XVIII, foram quase totalmente destruídas em cerca de oitenta anos, entre meados do século XIX e início do XX, num processo de alteração antrópica da paisagem jamais visto. Numa estimativa otimista, calcula-se que entre 25.000 km² e 30.000 km² de cobertura florestal primária de Mata Atlântica, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais tenham desaparecido para dar lugar ao cultivo de café e às ferrovias destinadas ao escoamento de sua produção.¹⁶³ Warren Dean, ao abordar a história da Mata Atlântica brasileira, nos descreve como o café encontrou condições favoráveis para o seu desenvolvimento na região serrana fluminense.

¹⁵⁸ DRUMMOND, José Augusto. 1997, *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*, op. cit. p.97.

¹⁵⁹ Ibid.

¹⁶⁰ DEAN, Warren. 1977, *A Ferro e Fogo - A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, op.cit.

¹⁶¹ O Almanack Laemert foi um periódico publicado anualmente no município da corte no período de 1844 a 1889. Em suas páginas estão contidas informações sobre os diversos setores da vida social e econômica do Brasil imperial.

¹⁶² Para uma análise mais completa da crítica ambiental no século XIX ver PÁDUA, José Augusto. 2002, *Um Sopro de Destruição, pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, op. cit.

¹⁶³ DRUMMOND, José Augusto. 1997, *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*, op. cit. p. 95.

A planta, [a *Coffea Arabica*], encontrou na província do Rio de Janeiro um ambiente adequado, se não ideal, para o seu cultivo. Exige precipitação pesada de chuvas, de 1300 a 1800 milímetros por ano, porque transpira continuamente e, como uma árvore do sub-bosque, não tem nenhum mecanismo para armazenar ou conservar umidade. Submetida a uma estação seca em seu habitat nativo, retira umidade do solo a profundidade consideráveis - três metros ou mais - como reserva de água. O café foi a princípio plantado ao longo do litoral, onde pode ter sofrido um pouco com os ventos salinos oceânicos. Logo foi transferido para o planalto um pouco mais fresco, onde se dispõe de uma temperatura ótima de 20° a 24°C. A estação seca mais pronunciada do interior também é favorável porque o início das chuvas é o principal indutor da florescência e porque a floração promove o amadurecimento simultâneo dos frutos. A estação seca, de maio até agosto, quando se realiza a colheita, oferece outra vantagem competitiva, porque facilita a secagem dos grãos ao ar livre, um processo que, em outras circunstâncias, teria de ser realizado em fornos de lenha.¹⁶⁴

As mudas de café, após o plantio, levam em média cinco anos para atingir a maturidade, quando então começam a produzir em escala comercial. A partir daí, sua capacidade produtiva se mantém por um período que varia entre vinte e cinco a trinta anos. O cultivo dos cafezais era feito em terras anteriormente ocupadas por florestas, cujos solos encontravam-se extremamente férteis em função do humos, que é o produto da decomposição de matéria orgânica, geralmente restos de vegetais e alguns animais, que recobre o solo da

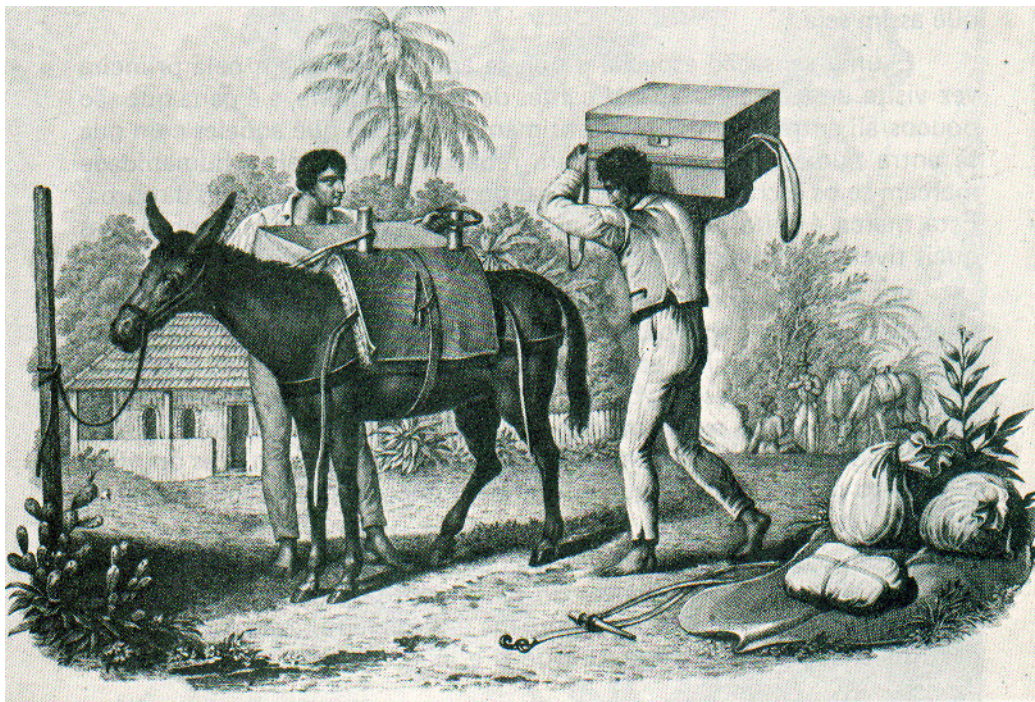
floresta, misturando-se a sua camada superficial. Aí se desenvolve uma grande população de fungos e musgos que são de vital importância para a nutrição de outros vegetais.¹⁶⁵

As derrubadas da floresta primária para o início do plantio eram feitas mediante queimadas, realizadas geralmente nos meses secos de junho ou julho, de preferência com a presença de ventos. O fogo penetrava mesmo nos trechos mais fechados e úmidos das matas, queimando muitas vezes por semanas, sendo que, na maior parte dos casos, os incêndios estendiam-se para muito além dos limites inicialmente estipulados. A extensão das queimadas atingia proporções tão elevadas que, em alguns casos o próprio município da corte, ou seja, a cidade do Rio de Janeiro tinha o céu coberto de fumaça. Segundo relatos da época, a névoa era tão densa que dificultava a penetração da luz solar.¹⁶⁶

¹⁶⁴ DEAN, Warren. 1977, *A Ferro e Fogo - A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, op.cit. 195.

¹⁶⁵ FERRI, Mário Guimarães. 1980, *Vegetação Brasileira*, op.cit. 78.

¹⁶⁶ DEAN, Warren. 1977, *A Ferro e Fogo - A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, op.cit. p. 200.



Carregamento de uma mula.

Fonte: Freireyss, G. W. Viagem ao Interior do Brasil.

Entretanto, para a quase totalidade dos fazendeiros a racionalidade no uso do fogo para a limpeza da terra justificava-se pela carência de mão-de-obra e pelo seu alto custo. Raciocínio este associado à crença na existência de um inesgotável estoque de terras a serem ocupadas. Na visão dos grandes produtores de café, existiriam sempre novas terras com matas virgens nas quais suas fazendas poderiam ser reestruturadas.

Depois da retirada da mata, os escravos removiam o entulho e preparavam as covas para o plantio do café, situando as plantações nas encostas mais altas da propriedade. Embora provocando maior erosão, as mudas eram plantadas em linhas retas, perpendiculares aos pés dos morros e dispostas em fileiras verticais com um espaço aproximado de dois a três metros entre cada uma delas. Essa forma de plantio era extremamente inadequada às condições climáticas da região, que é marcada pela presença de fortes chuvas torrenciais. Torna-se curioso observar que algumas técnicas agrícolas menos impactantes, como o plantio em curvas de nível, já eram conhecidas há alguns séculos pelo ocidente. Este retrocesso técnico em relação a práticas agrícolas já existentes poderia ser explicado pela intenção de se facilitar o trabalho dos feitores na sua tarefa de vigiar os escravos, ou teriam o objetivo de facilitar o trabalho no período das colheitas. Plantar os pés de café de forma enfileirada no sentido vertical das encostas provocava forte erosão nos terrenos das propriedades, tornando os solos improdutivos. A camada superficial dos solos das encostas, onde se localiza a sua camada “viva” e o humos florestal, quando expostos diretamente à ação de chuvas mais intensas são arrancados e carregados morro abaixo. A erosão provocada por este processo acabava expondo as raízes dos cafezais e matando vários espécimes.¹⁶⁷ Outra consequência deste processo seria o acúmulo de sedimentos nas várzeas, o que ocasionava o assoreamento dos rios e córregos que estivessem próximos às plantações.

¹⁶⁷ DRUMMOND, José Augusto. 1997, *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*, op. cit. p. 105.

A exaustão e a erosão dos solos fazia com que os produtores de café, que adotavam estas práticas de cultivo se vissem obrigados a abandonar suas plantações depois de, aproximadamente, vinte a vinte e cinco anos. Após este período, os solos tornavam-se pobres em nutrientes e inadequados para a manutenção da vitalidade dos cafezais. Depois de abandonados, os terrenos ocupados pelos antigos cafezais eram tomados pela erosão, ficando quase toda a área coberta por uma pobre vegetação constituída de gramas, capins e samambaias. Entretanto, a lógica da itinerância fazia com que o curto espaço de vida das plantações não causasse muita preocupação para os grandes fazendeiros, uma vez que eles acreditavam poder contar sempre com novas terras, cobertas com florestas primárias, para “colonizar”.¹⁶⁸ Esta prática os levou a consumir uma parte significativa dos recursos naturais da região, representados pela biomassa das florestas de Mata Atlântica, sem nenhum cuidado com a sua reposição.



Pouso de uma tropa de mulas

Fonte: Freireyss, G. W. Viagem ao Interior do Brasil

Parte das áreas das plantações abandonadas era tomada por capoeiras, isto é, invadidas espontaneamente por espécimes da flora nativa, num processo de recuperação por sucessão natural. Isto só ocorria, entretanto, em trechos pouco afetados pela erosão, onde também houvesse nas proximidades remanescentes de florestas nativas. Na maior parte dos casos, o lugar dos antigos cafezais era invadido por um tipo de vegetação rasteira e não lenhosa, tornando a diversidade biológica do novo bioma extremamente pobre, se comparada a da cobertura florestal original.¹⁶⁹ Este modo de cultivar o café era considerado tecnicamente correto, pela maior dos que se consideravam especialistas na agronomia deste produto, no século XIX.

¹⁶⁸ Ibid. p. 127.

¹⁶⁹ Ibid. p. 138.

III.2 - A agronomia do café na província do Rio de Janeiro

A análise de alguns documentos relacionados a agronomia do café, produzidos no século XIX, vem demonstrar que as práticas definidas como a “rotina da lavoura cafeeira” compreendiam um conjunto de representações culturais e de atitudes conscientes relacionadas a uma determinada forma de utilização e transformação dos recursos naturais. Estes procedimentos foram sistematizados por autores, que procuravam transmitir as experiências de alguns grandes fazendeiros, a partir da análise das formas de cultivo realizadas em suas propriedades. A maior parte das orientações técnicas sugeridas, como plantar as mudas de café em linhas retas nas encostas, levavam a um processo de intenso desgaste dos solos, sobretudo por que se tratava de regiões com forte incidência de chuvas torrenciais. Estas concepções agronômicas possuíam como embasamento a idéia da natureza, representada como uma inesgotável fonte provedora de recursos, não havendo motivos para a adoção de qualquer tipo de cuidado com a preservação dos mesmos.

Um destes autores foi o padre João Joaquim Ferreira de Aguiar, sócio e conselheiro da *Sociedade Promotora da Civilização e Indústria da Villa de Vassouras*, que escreveu a sua *Pequena Memória sobre a Plantação, Cultura e Colheita do Café*, após morar cinco anos na Fazenda do Desengano Feliz, em Valença, na província do Rio de Janeiro. Aguiar concluiu seu trabalho, com base em observações empíricas sobre o processo de cultivo do café. Nesta elaboração das práticas das “*plantações de grande vulto*”, ele anteciparia a sistematização de parte da filosofia de trabalho presente na empresa agrícola cafeeira do século XIX. Logo no início de sua obra, pode ser percebida a orientação para o plantio das mudas de café nas encostas.

Me convenço de que são sempre preferíveis as terras novas e barrentas com mistura de alguma arêa ou saibro, as encostas dos montes voltadas ao Poente, e até montes assaz altos e ingremes, na falta de pequenos oiteiros, a que vulgarmente chamão - meias laranjas - : os terrenos baixos de planícies crião bem os cafezaes, mas estes de ordinário dão pouco fructo, assim como os voltados para o nascente a que chamão - Noruega. (...) os cafezaes plantados nas derrubadas do mato virgem, conjuntamente com o milho, feijão e mandioca, são os que crescem com mais força e dão fructo mais cêdo, ou do terceiro anno em diante: convêm porêr notar que os troncos e raízes das arvores derrubadas, e que escapárão ao fogo, difficultão a plantação.¹⁷⁰

As técnicas de cultivo sugeridas por Aguiar são semelhantes às originárias na Europa e que tinham como característica a exposição dos solos e a organização geométrica das áreas de cultivo. Seguindo estes princípios, ele dá orientações no sentido de que a área dos cafezais seja capinada periodicamente, mantendo “limpos” os espaços entre os pés de café, o que tornava os solos ainda mais vulneráveis a lixiviação.¹⁷¹ Em outro trecho de sua narrativa é possível perceber que o motivo principal pelo qual os cafezais eram plantados de forma alinhada nas encostas, não era o de atender a qualquer necessidade de ordem fisiológica da planta,

¹⁷⁰ AGUIAR, João Joaquim Ferreira de (sacerdote). 1836, *Pequena Memória sobre a Plantação, Cultura e Colheita do Café*, op. cit. p. 6.

¹⁷¹ Ibid. p. 10.

ou otimizar a sua produtividade. Na verdade, este alinhamento obedecia às exigências administrativas da própria fazenda, possibilitando aos feitores um melhor controle sobre o trabalho dos escravos.

Os trabalhadores devem colocar-se no alinhamento dos cafezeiros, encarregando-se cada um da colheita de huma fileira, começando pelo mais alto do oiteiro e seguindo sempre a sua fileira até chegar à sua base; he isto necessario, tanto para que não fiquem arvores por colher, como para que os Feitores possam melhor observar o trabalho.¹⁷²

Outro exemplo, mais elaborado e difundido, dessa literatura destinada a sistematizar o trabalho na lavoura de café no século XIX, pode ser encontrado no trabalho do Barão de Pati do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, intitulado *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, publicado inicialmente em 1847 e reeditado em 1878, com o acréscimo de artigos de outros autores. Em seu trabalho, Werneck orienta como encontrar terras de “boa qualidade” para o plantio do café, a partir da presença de algumas espécies de árvores na floresta primária. Ele cita algumas espécies que funcionariam como indicadores, definindo se o terreno era apropriado para a lavoura de café. As melhores áreas para o cultivo desta planta, segundo Werneck, seriam aquelas nas quais poderiam ser encontradas madeiras como “o óleo-vermelho, o jacarandatã, o roxo, o guarabu, a guarapoca, a catinga-de-porco, a canela-de-sassafrás, o cedro, o jequitibá, a laranjeira, o arco-de-pipa, o pau-paraíba, a canela-de-veado, a sucupira, e o tenguassiba.”¹⁷³

As orientações de Werneck, sobre as formas de avaliação da qualidade das terras tinha um caráter empírico, sendo que sua visão sobre a seleção dos terrenos para se plantar café, que integrava o que podemos chamar de “práticas da rotina da lavoura cafeeira”¹⁷⁴, restringia o valor das florestas a conveniência de sua utilização imediata para a lavoura. Embora, tecnicamente, fosse correto vincular a presença de matas virgens às boas condições para a cafeicultura, a importância da cobertura florestal em muito extrapolaria a este benefício. Já a partir da segunda metade do século XIX, o papel relevante das florestas como fator vital para a manutenção da própria atividade agrícola, seria percebido mais claramente, o que se tornou mais evidente nos debates que foram travados a respeito do assunto. Dando continuidade as suas sugestões técnicas de caráter agrônomo, Werneck orienta como devem ser dispostos os pés de café, depois de feita a escolha da área que seria cultivada.

Sua plantação [de café] dever ser feita em meias-laranjas ou morros, as várzeas não são os melhores terrenos para a sua duração. São mais abundantes os do nascente, do poente e do norte. Os voltados ao sul abundam muito em folhagem, crescem muito as árvores e dão pouco fruto, porém em compensação aturam mais, e sempre verdes e robustos, carecendo por consequências dar-lhe mais largura do que se dá aos outros (...) [O terreno] deve ser limpo todos os anos três vezes de enxada, sendo a primeira em março ou abril, a segunda em setembro ou outubro, para se lhe plantar milho, que deve levar em quanto ele não tem coberto toda a terra; a terceira, em novembro ou dezembro pouco mais ou menos. Tudo isto difere conforme a circunstância do clima em que está a fazenda, visto que estas limpas devem ser na proximidade da colheita e da época em que ele deita a flor, e em que o grão quer sazonar-se.¹⁷⁵

A obra de Werneck, portanto, pode ser vista como mais uma difusora das práticas tradicionais da grande lavoura cafeeira escravista. Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, projetos mais sensíveis às questões ambientais seriam apresentados. Para estes novos autores, a degradação do meio físico provocada pelas técnicas tradicionais de cultivo

¹⁷² Ibid. p. 12.

¹⁷³ WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (Barão de Pati do Alferes). [1847], *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, op. cit. p.47.

¹⁷⁴ Esta expressão era muito difundida em diversos artigos e trabalhos que tratavam de questões sobre a agricultura. Era empregada principalmente pelos críticos das práticas mais tradicionais de cultivo do café.

¹⁷⁵ WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (Barão de Pati do Alferes). [1847], *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, op. cit. p.66.

do café já se apresentava de modo mais nítido, o que os levou a incluir reflexões de caráter ambiental no conteúdo de seus trabalhos.

III.3 - As fazendas de café na região de Cantagalo

Em poucas décadas os cafezais substituiriam a Mata Atlântica em grande parte da região das Minas do Canta Gallo, provocando as mais profundas e extensas mudanças ambientais motivadas por ação antrópica, já verificadas nos ecossistemas da serra fluminense. A constatação de que esta planta exótica se desenvolvia mais adequadamente longe do mar, em regiões com clima mais ameno, incentivou a proliferação de fazendas ao longo da serra fluminense. Já nas décadas de 1830 e 1840, elas se instalariam, de modo acelerado, nos municípios de Nova Friburgo, Cantagalo, Cordeiro, Madalena, Paraíba do Sul, Bom Jardim e São Sebastião do Alto.¹⁷⁶ O povoamento da região de Cantagalo, que se dá oficialmente a partir de 1786, assumiria um novo impulso, aproximadamente quatro décadas depois, com a chegada da *coffea arabica*. O café se apresentaria como uma nova fonte de enriquecimento relativamente rápido, estimulando consideravelmente a migração para a serra fluminense.

A idéia de que as terras na região das *Minas do Canta Gallo* eram férteis e apropriadas ao cultivo de diferentes produtos, inclusive o café, foi muito difundida já a partir do início do século XIX. Os comentários a este respeito se tornaram freqüentes nos noticiários agrícolas e em outras publicações relacionadas à agricultura. Ainda no início daquele século o Padre Luis Gonçalves dos Sanctos registraria seus comentários sobre a região do “Canta Gallo”, ao se referir à instalação da colônia suíça em Nova Friburgo.

Quanto a qualidade deste terreno (...) a terra he de pasmosa fertilidade, tudo alli pega de estaca, qualquer ramo de árvore cortado, e mettido na terra espontaneamente pega; (...) nelle se mencionou a nova colonia de suissos, que se projecta estabelecer no districto de Canta-Gallo.¹⁷⁷

Em relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro em 1836, o seu presidente, Joaquim José Rodrigues Torres, também exalta a fertilidade da região de Cantagalo, defendendo maiores investimentos naquela área da província. Ele justificou o seu pedido em função do grande crescimento da produção de café no local e a conseqüente importância que isto representava para a economia do país. O pronunciamento de Torres dava um sentido oficial a informação de que aquela área era fértil e apropriada a nova empresa agrícola, que se desenvolvia no Brasil.

Huma verdade porém, senhores, reconhecida hoje he, que o grande número de estradas, que em todos os sentidos cortão a Província, e o mau estado da mór parte dellas, não permite occuparmo-nos de reparal-as simultaneamente. (...) Quais são porém as estradas, cujos reparos devem por agora ser preferidos? (...) A fertilidade e riqueza do termo de Cantagallo, e o progressivo crescimento, que ali vai adquirindo a cultura do café, são, além d’outros, motivos

¹⁷⁶ ERTHAL, Clélio. 1992, *Cantagalo: da Miragem do Ouro ao Explendor do Café*, op. cit.

¹⁷⁷ SANCTOS, Luis Gonçalves dos (padre). 1825, *Memórias para servir a História do Reino do Brasil, Divididas em Três Épocas: da Felicidade, Honra e Glória, Escritos na Côrte do Rio de Janeiro no ano de 1821*, op.cit. p. 333.

para procurarmos facilitar os transportes, e comunicações hoje tão diffíceis com aquella parte da Província..¹⁷⁸

O próprio Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, ao mencionar a instalação das colônias suíças em Nova Friburgo, em artigo publicado em 1852, também fez significativos comentários sobre a fertilidade das terras da região de Cantagalo. Esta tão anunciada fertilidade das terras cantagalenses, na verdade, pode ser atribuída a presença de florestas cobrindo ainda a maior parte daquela área, mesmo em meados do século XIX. Como já foi mencionado anteriormente, a presença de florestas tropicais, com seus solos cobertos de humos, era considerada como um indicador de fertilidade para os terrenos, o que tornava também viável a produção cafeeira.

Era impossível que o aspecto do terreno de Cantagalo não agradasse aos seus primeiros habitantes: de configuração ondulada, coberto de ricas matas virgens, e regado de inúmeros rios (...) os quais todos pelo declive que correm oferecem as mais vantajosas proporções e facilidades para o estabelecimento de moinhos, (...) de clima salubre e terra corável de todas as produções tropicais, são as condições do solo abençoado(...), as riquíssimas terras de cultura donde presentemente se exportam por ano para cima de 400.000 arrobas de café.¹⁷⁹

Estas afirmações sobre a fertilidade dos solos de Cantagalo funcionaram como um atrativo para algumas ondas migratórias, como aquela composta de indivíduos provenientes da colônia suíça de Nova Friburgo, criada por D.João VI em 1820. A partir de 1821, em função de uma série de dificuldades resultantes principalmente da qualidade das terras recebidas, cujos solos eram pedregosos e impróprios para a agricultura, um significativo percentual de colonos suíços migrou em direção às “terras quentes” de Cantagalo, expressão utilizada para se referir a sua menor altitude.

Durante os anos seguintes, esse fluxo de saída para as terras de Cantagalo não diminuiu, ao contrário se acentua. Em maio de 1822, uma parte dos colonos toma a direção de Cantagalo. Alguns lá compram terrenos ou, enquanto aguardam, trabalham em fazendas brasileiras. (...) Qual é a extensão do fenômeno? Em outras palavras, quantos colonos suíços estabeleceram-se em terras cantagalenses durante o primeiro período de Nova Friburgo? É difícil afirmar com exatidão, mas é possível fazer uma estimativa. (...) Os percentuais de presença em um ou outro desses territórios são significativos. Mais de 50% dos adultos vivem na região original, enquanto 42% optaram por Cantagalo.¹⁸⁰

A grande lavoura de café no Município de Cantagalo possuía características bastante semelhantes às das demais fazendas do Vale do Rio Paraíba do Sul. Algumas diferenças significativas, entretanto, podem ser atribuídas às práticas de alguns fazendeiros cantagalenses, que assumiram posturas consideravelmente progressistas no que se refere à adoção de máquinas e outros equipamentos destinados ao beneficiamento do café. Por outro lado, em Cantagalo também predominava a grande propriedade cultivada com braço escravo e suas técnicas de cultivo baseadas na itinerância, o que levava os cafezais a um verdadeiro assalto sobre a floresta primária e mesmo algumas áreas de capoeiras mais antigas.

¹⁷⁸ TORRES, Joaquim José Rodrigues. 1836, Falla com que o Presidente da Província do Rio de Janeiro abriu a Primeira Sessão da Primeira Legislatura da Assembléa Legislativa da Província do Rio de Janeiro, op. cit.

¹⁷⁹ SINIMBÚ, João Lins Vieira Cansansão de. 1852, *Notícia das Colônias Agrícolas Suíça e Alemã, Fundadas na Freguesia de São João Baptista de Nova Friburgo*, op. cit. p.3.

¹⁸⁰ NICOULIN, Martin. 1996, *Emigração e Colonização Suíça no Brasil - 1817/1827*, Fundação Biblioteca Nacional, op. cit. p. 225.



Sede da fazenda Areias em Cantagalo, construída no século XIX.

Os relatos de alguns viajantes europeus que passaram pela região, nos transmitem algumas informações relevantes sobre o modo como estas propriedades estavam estruturadas. O príncipe Adalberto da Prússia, que percorreu a província do Rio de Janeiro em 1842 esteve em contato com um grande fazendeiro da região, o médico francês de nome Troubas, naquele ano. O Dr. Troubas juntamente com seus três irmãos era proprietário da Fazenda da Aldeia, considerada uma das mais importantes propriedades de Cantagalo. Em seus relatos o conde prussiano nos transmite um pouco da experiência viveu durante sua estada na fazenda

O café exige as melhores terras, sobretudo do lado exposto ao sol, e em geral planta-se nas terras das florestas queimadas de novo; só em casos excepcionais plantam-no em velhas capoeiras, isto é, com pelo menos vinte anos, cujas cinzas servem como único adubo. Dá bons frutos durante dez até quinze anos; depois cortam-se, brotam novamente da raiz, e dois anos depois voltam a frutificar abundantemente. Calcula-se, em geral, um negro para cada 1000 a 1500 pés de café; na Aldeia constam-se 170 sem os filhos, que tinham de cuidar de 250.000 pés. De como esta cultura é lucrativa, atesta-o a circunstância de já ter sido quase recuperada a soma de 110 mil réis, por quanto os três cavalheiros, o Dr. Traubas, o antigo negociante de vinhos David e o negociante de artigos de modas Henry, do Rio de Janeiro, compraram há cerca de cinco anos esta fazenda com mais ou menos 130 negros.¹⁸¹

As descrições da permanência do príncipe prussiano na fazenda do Sr. Troubas nos permitem perceber o nível de sofisticação técnica com que o café era beneficiado na Fazenda da Aldeia, o que a inclui entre as mais bem estruturadas da região Cantagalo. Entretanto, este aprimoramento nos processos de limpeza e secagem dos grãos de café não era acompanhado de nenhum tipo de cuidado mais elaborado, no que se refere ao uso dos recursos naturais dos ecossistemas em seu entorno. Continuava-se a queimar as florestas primárias, enquanto eram utilizadas máquinas a vapor para secar o café.

¹⁸¹ PRÍNCIPE Adalberto da Prússia [1847], 2002, *Brasil: Amazonas – Xingu*, op. cit. p. 129.

Assim que o café é colhido pelos negros, as bagas são postas a secar no terreiro, um pátio diante da casa – uma espécie de eira de barro batido – em seguida levam-nas em grandes caixas para os pilões movidos por água, e por fim para as máquinas de limpar café, por onde passam duas vezes. Só então o café está pronto para ser carregado pelas tropas e transportado. (...) Além destas instalações, mostraram-me também as malogradas máquinas a vapor para secagem do café, e algumas instalações necessárias para a manutenção dos negros, que quase não se podem separar do conceito de fazenda.¹⁸²

O relato de outro viajante, o naturalista alemão Herman Burmeister, que esteve na província do Rio de Janeiro em 1851, também nos dá uma idéia do aspecto de uma dessas propriedades, denominada Fazenda Santa Rita, pertencente a Jacob von Erben. Segundo o Burmeister, ele havia recebido duas cartas de apresentação para serem entregues ao Sr. von Erben: uma do ministro Sinimbu e outra do Sr. Antonio Clemente Pinto, o mais importante fazendeiro da região, o que lhe valeu uma boa acolhida.

Pelas colinas, estendiam-se, cortados por longas alamêdas de laranjeiras, os cafezais através dos quais passamos. Ao fundo, viam-se os diferentes edifícios da fazenda, todos eles bem dispostos e construídos, testemunhando a riqueza do dono e o cuidado da pessoa encarregada da administração. Assim chegamos ao pátio da fazenda, onde, depois de anunciados, fomos amavelmente recebidos pelo Sr. von Erben (...) sócio do Sr. Clemente Pinto, havia vários anos.¹⁸³

Em outro trecho de sua narrativa Burmeister fala da agronomia do café, descrevendo as etapas do seu plantio e colheita neta propriedade, o que permite perceber a semelhança entre a forma de organização de algumas etapas da produção, encontradas na fazenda Santa Rita, em Cantagalo, e as de outras fazendas do mesmo gênero espalhadas por diversas regiões do Vale do Rio Paraíba do Sul. Aqui como em outras propriedades o café de modo em fileiras no sentido perpendicular as encostas, de preferência em áreas de floresta primária

O cafeeiro é um arbusto de 10 a 12 pés de altura, de tronco reto e claro, cujos ramos se espalham por todos os lados, vergando para o chão e assumindo, assim, a forma piramidal do teixo (...) O fruto é uma baja redonda, do tamanho de uma avelã, e encerra, em sua polpa, duas sementes cinzentas: os grãos do café. (...) Os arbustos são plantados em filas retas, à distancia de 5 ou 6 pés um do outro, o que lhes assegura plena liberdade de crescimento e expansão; a passagem livre, que fica entre eles, trata-se de mantê-la sempre e completamente limpa.¹⁸⁴

Se por um lado o plantio e a colheita do café eram realizados na Fazenda Santa Rita de um modo muito semelhante aos de outras fazendas da serra fluminense, o mesmo não acontecia com a forma como os grãos de café eram ali beneficiados. Além de terreiros de gesso, onde permanecem na primeira etapa da secagem, os grãos são levados a um moinho, depois a um forno de secagem e posteriormente aos pilões. É importante notar todos estes aparelhos eram movidos a vapor ou a energia hidráulica. Esta sim era uma diferença significativa para outras fazendas.

O terreiro é um amplo pátio calçado com grandes Lages ou gesso. Ao lado dele, acham-se as habitações, de cujas janelas pode-se, facilmente, vigiá-lo. É ali que os grãos ficam até secarem por completo, sendo, então, levados para um moinho provido de ralos mais finos, que os liberta das últimas parcelas de polpa ainda aderentes. De lá, passam para o forno de secagem, num edifício bastante sólido e, cuja instalação se pode comparar à dos nossos aparelhos de calefação. Situado no

¹⁸² Ibid. p. 129.

¹⁸³ BURMEISTER, Hermann. [1853], *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, op. cit. p. 154.

¹⁸⁴ Ibid. p. 155.

andar térreo, este forno põe o ar por ele aquecido em circulação pela casa toda. A corrente quente passa por cima e através de peneiras nas quais os grãos se encontram espalhados em camadas finas. De 40 a 50 dessas peneiras são colocadas, umas sobre as outras, à distância de 6 polegadas. Retirados dali, os grãos entram para o pilão, espécie de máquina batedora, que separa os últimos detritos e, finalmente, passam para o moinho de pó, cujos jactos de ar deixam-nos completamente limpos. É este o último tratamento ao qual é sujeito o grão antes do acondicionamento em sacos grossos, de 4 arrobas. Estes sacos metidos em cestos primitivos são carregados, no lombo de muares, até o rio ou o porto de embarque mais próximo. (...) A fazenda Santa Rita ocupava 260 escravos e fornecia, quando em plena safra, 400 arrobas diárias de grãos de café limpos.¹⁸⁵

A narrativa de Burmeister sobre o funcionamento desta, que em suas palavras seria uma das maiores e mais bem equipadas fazendas de café do Brasil, chama a atenção também para um outro aspecto da sua estrutura produtiva: a oposição entre a sofisticação dos processos mecânicos de beneficiamento do café e a precariedade das técnicas de cultivo, que inviabilizavam de um modo definitivo os solos da propriedade para novas plantações. O mais intrigante é que este era um fato constatado para as partes envolvidas, na medida em que, já na segunda metade do século XIX, o valor das fazendas era calculado levando-se em conta também à presença de florestas primárias na propriedade. Falando um pouco sobre a agronomia do café na Fazenda Santa Rita, Burmeister registra a seguinte impressão:

As plantas novas provêm das sementes lançadas à sombra dos arbustos mais velhos. Quando atingem a altura de 1 pé, são transplantadas com muito cuidado e com a terra que as rodeia, evitando-se tocar em suas raízes extremamente delicadas. Depois de três anos, dão os primeiros frutos. O melhor rendimento, porém, consegue-se após o quinto ano, continuando a planta em pleno vigor por mais cinco ainda, passado os quais começa a diminuir sua capacidade produtiva até atingir o vigésimo ano. Deixa-se então morrer o arbusto velho, dando-se, desta forma, um descanso a terra. É nesse período que as novas plantas são colocadas nos intervalos das antigas, que vão sendo retiradas. O mais aconselhável, todavia, é preparar-se uma plantação completamente nova, usando-se, de preferência, terra ainda não explorada, coberta de mata virgem. Abatida e queimada, a floresta oferece ótimo adubo para o café. Os arbustos, ainda que novos, em terreno já batido, nunca darão um rendimento tão bom quanto em terra virgem. A riqueza de uma fazenda de café consiste, pois, menos na grande extensão dos cafezais, do que nas terras disponíveis para a futura plantação da rubiácea.¹⁸⁶

Um outro viajante alemão, o naturalista Johann Jakob von Tschudi, que passou pela região de Cantagalo em 1857, também deixou algumas descrições sobre a agronomia do café no século XIX, na província do Rio de Janeiro. De modo diferente dos dois primeiros autores, Tschudi fala desta planta de um modo mais generalizado, não se baseando na experiência cultivo de uma ou outra propriedade, embora tenha tido contato com o fazendeiro cantagalense de nome Th. Peckolt, durante a sua permanência na região. Deste fazendeiro, o naturalista alemão recebeu informações de análises realizadas sobre a influência de diferentes tipos de solo, na qualidade do café. O que também demonstra como era sofisticado o procedimento de alguns proprietários, em algumas etapas do cultivo deste produto.

A natureza do solo influi grandemente sobre a qualidade do café. O Dr. Th. Peckolt, em Cantagalo, informou-me que fez a análise comparativa de três amostras de café, a saber: 1º de solo calcáreo; 2º

¹⁸⁵ Ibid. p.155 e 156.

¹⁸⁶ Ibid. p. 155.

de solo de gneiss; 3º de solo rico de quartzo. A quantidade de cafeína em 100 gramas de café sujeito a uma secagem a 100º C foi a seguinte: 1º) 0,954 gr; 2º) 0,548 gr; 3º) 0,958.¹⁸⁷

Do mesmo modo que nos outros relatos, chama a atenção o descompasso existente entre o sentido sofisticado presente em determinadas etapas da produção cafeeira e o caráter rudimentar de sua forma de cultivo. O princípio agrônômico da “rotina da lavoura cafeeira” de plantar os pés de café alinhados nas encostas dos morros também estava presente em Cantagalo, fazendo com que a fertilidade dos solos das antigas áreas florestadas fosse utilizada até o seu completo esgotamento, sem nenhum cuidado com a sua reposição.

Os cafezais no Brasil são feitos em antigas roças, nas terras em que se derrubou a mata, ou se a queimou, porque o solo é mais forte. O cafeeiro esgota em tal grau a terra, que não costumam utilizá-la quando os arbustos envelhecidos nela não produzam mais. Os fazendeiros me asseguraram que seria trabalho completamente inútil tirar as plantas velhas, a fim de aproveitar o terreno para outras culturas. Isto só se faz passados muitos anos, quando o antigo cafezal já se transformou em capoeira, que é novamente queimada. Em tais capoeiras encontra-se, às vezes, um ou outro cafeeiro, que se caracteriza pela sua forma e o verde escuro da folhagem. Trata-se ou de indivíduos excepcionalmente resistentes que sobreviveram, ou de pés nascidos de alguma semente, que puderam crescer ali, sob condições especiais. Uma capoeira onde já existiu um cafezal, não se usa mais para o mesmo fim, pois a terra já cansada não dá tão bons resultados como o terreno virgem.¹⁸⁸

A região de Cantagalo oferecia condições físicas adequadas para o cultivo do café. O clima ameno, sem a presença de geadas ou excesso de umidade e com a incidência de chuvas regulares, numa região cujos solos eram cobertos por grandes extensões de florestas primárias, reunia nesta área as condições consideradas como apropriadas ao desenvolvimento de grandes plantações deste produto. Já na metade do século XIX, em Cantagalo, os vales dos rios Negro, Grande, Paquequer e Ribeirão das Areias, antes florestados, encontravam-se ao menos parcialmente ocupados pelas plantações de café. As terras cantagalenses passavam a ser ocupadas de modo mais intenso pelos cafezais, que seguiam sua marcha em direção as freguesias de Santa Maria Madalena, São Francisco de Paula, Duas Barras, Santa Rita do Rio Negro, Carmo, Sumidouro e São Sebastião do Alto.¹⁸⁹

Assim como no restante do Vale do rio Paraíba do Sul, em Cantagalo, uma grande fazenda de café funcionava como uma comunidade quase auto-suficiente, apoiada no braço escravo. Aos escravos cabiam a responsabilidade e o peso do cultivo dos campos e da realização das colheitas, assim como o cumprimento da quase totalidade dos serviços braçais não especializados da propriedade. Acima da massa escrava, encontravam-se os agregados, geralmente brancos e mestiços, que executavam as tarefas administrativas ou as que exigissem qualquer tipo de especialização, como as atividades dos ferreiros, dos feitores, dos carpinteiros, dos artífices, dos pedreiros, etc... No topo desta pirâmide, encontrava-se o fazendeiro e sua família, cujo poder e prestígio geralmente extrapolava os limites da sua propriedade, sendo sua autoridade praticamente absoluta no interior da

¹⁸⁷ TSCHUDI, Johann Jakob von. [1866], *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, op. cit. p. 39.

¹⁸⁸ Ibid. p. 38.

¹⁸⁹ ERTHAL, Clélio. 1992, *Cantagalo: da Miragem do Ouro ao Explendor do Café*, op. cit.

fazenda.¹⁹⁰ As sedes das fazendas de café eram construções suntuosas, que procuravam demonstrar, em sua riqueza e grandiosidade, o poder e o prestígio de seus proprietários. Geralmente situavam-se em locais pouco acidentados, com água suficiente para a lavagem do café e para a movimentação das máquinas. A plantação dos cafezais consistia na primeira e mais importante tarefa a ser executada pelos escravos, no processo de instalação das fazendas.

Em 1850 o município de Cantagalo já tinha 111 fazendas de café, das quais 6 com terreiros de pedra, estufas de secagem e engenhos de pilões pertencentes, respectivamente, a Antônio Clemente Pinto, Eufrásia Lantmann Poppe, Jacob Van Erven, Rafael Ignácio da Fonseca Lontra e às firmas Clemente & Bellieni e Troubat & Clemente. Outras doze, embora ainda não providas de engenho e estufa, já possuíam terreiros de pedra bem cuidados. Em 1853 o número de fazendas subiu para 210, com 86 delas dotadas dos requisitos necessários ao beneficiamento do produto. Em 1854 essas cifras ascenderam a 309 e 94, respectivamente; em 1857 subiram para 381 e 105; em 1858 para 393 e 139; em 1860 para 733 e 181. A partir da meados da década de 1860, contudo, o número de estabelecimentos registrados no Almanak Laemert começa a decair. Em 1870, o total de fazendas no município de Cantagalo, excetuando-se as freguesias de Carmo e São Sebastião do Alto, aparece com a cifra de 202, sendo 49 fazendas com engenho e terreiro de pedra, 68 fazendas sem engenho e 85 fazendas de lavradores em menor escala. No ano de 1882 o número de propriedades, somente no município de Cantagalo, atinge o total de 144, sendo 47 fazendas com engenho, 61 fazendas sem engenho e 36 propriedades de lavradores. Estes números, além de mostrar um decréscimo no total de estabelecimentos, divulga um dado novo que se refere à presença de propriedades menores no município.¹⁹¹

Esta diminuição, significativa do número de fazendas e propriedades rurais, publicadas no Almanak Laemert entre 1870 e 1882, além de qualquer relação com os preços do café no mercado internacional, pode ser atribuída à limitação da capacidade produtiva dos estabelecimentos da região, provocada pelo esgotamento da fertilidade dos terrenos. Alguns indícios, que podem comprovar esta hipótese, podem ser encontrados na diversificação de investimentos feita por alguns fazendeiros cantagalenses. O sr. Jacob van Erven, proprietário da Fazenda Santa Rita, uma das maiores de Cantagalo, resolveu transferir parte de seus recursos para a montagem de uma loja, no Rio de Janeiro, que revendia máquinas para a lavoura. Denominada *Van Erven Irmãos – Engenheiros*, este estabelecimento teve o seu anúncio publicado, durante todo o ano de 1882, no Jornal O Voto Livre, órgão liberal, que circulava semanalmente em Cantagalo. Também no ano de 1885, no exemplar do Almanak Laemert, encontra-se um anúncio da loja dos irmãos Van Erven. Dentre as máquinas oferecidas por este estabelecimento, que ficava na Rua Gonçalves Dias, nº 56, no município da Corte, chamam a atenção o *Ventilador Duprat* e o *Secador de Café Peres*, fabricado pelo Sr. João Antonio de Andrade Silva Peres, também de Cantagalo.¹⁹² Estas máquinas foram premiadas com o diploma de mérito pelo júri da Exposição Industria da Corte, realizada em 1881.¹⁹³ Um secador como este, capaz de processar 800 alqueires de grãos por vez, era vendido por 9:000\$000. Para se ter uma idéia do real valor da máquina, uma casa de sobrado com 156 m2, próxima a estação de Macuco era oferecida no mesmo dia pela quantia de 8:000\$000.

Os grandes cafeicultores da região de Cantagalo podem ter assumido algumas posições mais progressistas no que se refere a modernização dos processos de beneficiamento do café em suas propriedades, contudo esta mesma postura não era identificada em suas concepções agronômicas. Em função do modo como realizavam as

¹⁹⁰ Para uma análise mais aprofundada sobre a organização de uma fazenda de café escravista ver STEIN, Stanley J. 1985, *Vassouras, um município brasileiro do café 1850-1900*, op. cit.

¹⁹¹ Estas informações estão contidas no ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Laemert, 1850 a 1882. Município de Cantagalo.

¹⁹² O anúncio, com a venda do Secador de Café, foi publicado em Cantagalo no jornal O Voto Livre de 26 de fevereiro de 1882, BN, periódicos.

¹⁹³ Ibid.

suas plantações, os recursos naturais da região foram utilizados e geraram capitais volumosos, porém sem que houvesse qualquer esforço no sentido de permitir que pudessem ser aproveitados pelas gerações futuras. Via de regra, nenhuma atitude que visasse manter o potencial produtivo das áreas cultivadas era tomada de forma consistente, seja através da adubação dos terrenos, seja por meio da adoção de sistemas de rodízio de culturas, que permitissem o descanso e a recuperação dos solos.

III.4 – Um fazendeiro cantagalense contra a rotina

A pluralidade dos cafezais do município de que tratamos, envelheceu já por tal forma, que estes arbustos ou nada mais dão, ou pouco produzem. A aparência de galhadas secas na extensão dos morros dá a esses plantios um aspecto desanimador. (...) Parece que a terra mirrara, e não tem mais propriedade vegetativa na sua crosta externa endurecida. (...) A mão da pesada fatalidade da rotina cega, parece comprimir essas montanhas, e torná-las a imagem de ruínas - a morte de lavoura.¹⁹⁴

Luiz Corrêa de Azevedo era irmão de um dos grandes fazendeiros de café do município de Cantagalo, Accacio Américo Corrêa de Azevedo, proprietário da fazenda Bemposta. Em artigo publicado no ano de 1878, intitulado *A cultura do café*, este autor afirma suas concepções agronômicas que possuem expressiva diferença com os princípios da chamada *rotina*, tão arraigada entre os grandes proprietários do século XIX. Azevedo chama a atenção para os importantes impasses ambientais que começavam a se configurar, em função do modo perdulário como eram utilizados os recursos naturais na região de Cantagalo. O modo como a maior parte dos grandes fazendeiros, se apropriavam dos recursos naturais da região refletia uma lógica econômica refletia uma lógica econômica, na qual o os recursos do meio físico eram encarados como reservas ilimitadas de capital. Esta idéia de abundância destes mesmos recursos fazia com que fossem considerados desnecessários, quaisquer esforços no sentido de preservar estes recursos. Por esta lógica, era mais lucrativo derrubar novas extensões de florestas primárias, que destinar tempo de trabalho para a recuperação ou preservação da fertilidade dos solos já utilizados na lavoura.

¹⁹⁴ AZEVEDO, Luiz Corrêa de. [1878], *Da cultura do café*, op. cit. p.189.



Fazenda Bemposta em Cantagalo de propriedade da família Azevedo.

As afirmações de Azevedo possuíam um sentido de forte oposição à conduta perdulária da maior parte dos cafeicultores cantagalenses, do século XIX, sendo que suas críticas não se limitavam ao enfoque econômico destas questões. Ao escrever seus artigos, este autor, deixa bem clara a sua percepção de que os mais graves problemas que envolvem a agricultura cantagalense, naquele momento, relacionavam-se aos limites ambientais existentes para a manutenção da produção, os quais davam já sinais de esgotamento.

O município de Cantagalo, esse fertilíssimo torrão de café, sem igual no Brasil, afidalgou-se na importância de seu pessoal - formou moradas esplêndidas - construiu senzalas vastas - ajardinou terreiros - acrescentou máquinas de beneficiar café -, endividou-se na obtenção de tudo que dá gozo social dentro de casa, forneceu-se de ótimos carros para viagens, mas descuro os plantios importantes de seus cafés, colheu, colheu, sem nunca cessar, mas também sem nunca indenizar o terreno dos frutos que prelevava. Tirar e nunca repor! Mau princípio de economia é este!.¹⁹⁵

Parte de sua obra é dedicada sugestões de caráter agrônomo, nas quais ele demonstra como, por meio da poda e da adubação, é possível prolongar a vida útil dos cafezais, permitindo que ainda produzam por mais vinte a vinte e cinco anos, aproximadamente.¹⁹⁶ Em outro momento, entretanto, ele faz duras críticas a esta *cultura esgotadora*¹⁹⁷, presente na prática de cultivo dos cafeicultores tradicionais.

A imoralíssima máxima de - eu fiz isto - quem vier depois faça o que entender - deve ser riscada do espírito dos que sentem que a generosidade é um sentimento que enobrece e torna o homem recomendável à estima de seus semelhantes. (...) Grita-se, e com razão, contra o fanatismo em

¹⁹⁵ Ibid. p. 188.

¹⁹⁶ Ibid. p. 196

¹⁹⁷ Esta expressão vem de PÁDUA, José Augusto. 2002, *Um Sopro de Destruição, pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, op. cit.

crenças; pois bem, com muito mais razão se deve arcar contra a rotina que é o fanatismo da velha lavoura.¹⁹⁸

As posições inovadoras de Azevedo destoavam das atitudes e princípios, presentes entre a grande maioria dos fazendeiros de Cantagalo e de outras regiões da província do Rio de Janeiro, contudo suas críticas e alertas não eram fatos tão isolados assim. Outros autores, ainda no século XIX, também apresentavam a suas críticas a este comportamento cultural, que consumia os recursos do meio físico de forma perdulária e não sustentável.

III.5 – Outras críticas agronômicas e ambientais a rotina de cultivo dos grandes cafeicultores fluminenses.

Em meados do século XIX, encontramos autores que questionavam as práticas da chamada “rotina” da lavoura de café, em outras regiões da província do Rio de Janeiro. Um deles foi Agostinho Rodrigues Cunha, em cuja obra, intitulada *Arte, Cultura e Preparação do Café*, de 1844, fez críticas às técnicas utilizadas no cultivo do café. Em suas afirmações ele ressaltou os danos ambientais das técnicas agronômicas tradicionais, principalmente com relação ao desgaste dos solos provocado pela erosão e lixiviação dos terrenos. Chama a atenção o fato de suas críticas serem apresentadas na década de 1840, quando os danos ambientais causados pelo cultivo do café não eram, ainda, muito visíveis. Para a maior parte daqueles que refletiam e publicavam artigos sobre a lavoura, a tomada de consciência sobre os problemas ambientais gerados pela cafeicultura se manifestaria apenas algumas décadas à frente. Neste trabalho podem ser percebidas divergências sobre às técnicas de plantio das mudas de café, principalmente no que tange à prática de alinhá-las verticalmente ao longo das encostas. Como solução, ele apresenta a alternativa de fazer-se o plantio das mudas em disposição diferente, de modo a conter a velocidade da água no período de chuvas mais intensas

O modo de plantar os cafeseiros sem ordem, nem symetria, foi rejeitado por a diffculdade nas capinas e nas colheitas: succedeo então o systema de plantar em linhas, que vinham morrer nas fraldas das montanhas: ambos estes modos de plantação tinha cada um seu defeito: o primeiro tornava mais penoso o trabalho das capinas e colheita; o segundo deixava as raízes das plantas expostas ao ar e ao sol, e muitas vezes se formavam regos devidos às chuvas Não convindo pois seguir estes dous systemas de plantação, o que parece mais natural, consiste em fazer as linhas inclinadas, ou paralelas à base dos morros, em lugar de serem perpendiculares. Esta disposição offerece a vantagem de não deixar s’escoar por o declive dos morros os saes, que as aguas da chuva dissolvem.¹⁹⁹

Ainda no que se refere à lixiviação dos solos provocada pelas chuvas, Cunha apresenta uma técnica engenhosa que consistia em formar barreiras com montes de terra na parte superior do terreno, no qual a planta estava localizada. Elas formariam barreiras, protegendo os pés de café contra o impacto da água nos dias de chuva forte.

Na Côte-d’Or, em França, como as vides são plantadas nas encostas dos morros, costuma-se fazer uma assentada da parte superior, da largura de três palmos, para que as raízes não fiquem descobertas, quando as águas acarretam a terra. (...) Para mostrar que os cafeseiros com a assentada, que se faz da parte de cima, se tornam mais frondosos, e dão mais fructo, lembrarei ao agricultor, que observe os

¹⁹⁸ AZEVEDO, Luiz Corrêa de. [1878], *Da cultura do café*, op. cit. p. 198.

¹⁹⁹ CUNHA, Agostinho Rodrigues. 1844, *Arte da Cultura e Preparação do Café*, op. cit. p. 29 e 30.

cafezeiros, que ficam do lado superior, e inferior das cavas destinadas à passagem de carros (Cunha, 1844: 30).²⁰⁰

Ele também sugeria que os pés de café fossem plantados na sombra de árvores maiores²⁰¹, o que teria reduzido a intensidade da destruição de florestas primárias de Mata Atlântica. Esta preocupação do autor em preservar os recursos naturais necessários à produção de café, através de técnicas de cultivo menos impactantes, chama a atenção para o verdadeiro retrocesso técnico que esteve presente nas práticas de cultivo empregadas pelos grandes fazendeiros. A chamada *rotina*, além de uma tradição agronômica, significava também uma maneira própria de representação cultural da natureza, ou seja, um modo singular de utilizar e transformar os recursos do meio físico, a partir da idéia de abundância dos mesmos.



Porto da Estrela, na subida da serra fluminense.
Fonte: Freireyss, G. W. Viagem ao Interior do Brasil

A questão ambiental, gerada pela grande lavoura cafeeira, ligava-se diretamente a outra, de solução mais difícil: o predomínio da presença do latifúndio escravista e monocultor no espaço rural. Neste sentido, alguns autores, ao elaborarem suas críticas, o faziam de forma cuidadosa procurando relacioná-las aos limites oferecidos pela própria estrutura da sociedade do Brasil imperial. Nesta linha, podemos identificar a presença de Frederico Cesar Leopoldo Burlamaqui, que escreveu a *Monographia do Cafeseiro e do Café*, publicada em 1860. Neste artigo, ele procurou sugerir modificações que modernizassem a prática agrícola vigente no país, sem contudo alterar a sua essência. Burlamaqui apontou alternativas razoáveis para alguns problemas marcantes, surgidos com a grande lavoura cafeeira. Uma delas dizia respeito aos processos de adubação, que permitiriam um aproveitamento mais duradouro das áreas cultivadas, prolongando significativamente o tempo de vida útil dos terrenos plantados.

²⁰⁰ Ibid. p. 30.

²⁰¹ Ibid. p. 32 e 34.

A conservação dos cafezaes é fácil. Capina-se duas a tres vezes, e arranca-se, á mão ou com instrumentos próprios, as más hervas, e em lugar de as queimar aproveitam-se para estrumar a terra. Em alguns logares, juntam-se as folhas, as hervas de capina e as palhas dos vegetaes que se cultivaram no mesmo terreno, e com ellas se cercam os pés de café. (...)Este methodo tem alguns inconvenientes. Primeiramente quasi todo o estrume, que se fórma pela decomposição dos vegetaes, é levado pelas agoas de chuva para os pontos mais baixos; em segundo lugar, os pés de café ficam submettidos a um calor extraordinario; em terceiro lugar, esses montões de materias vegetaes accumulados dão abrigo a uma multidão de vermes nocivos á planta, servem de escondrijo ás cobras e produzem uma evaporação nociva a qualidade do café, na época da florescencia, e á saude dos trabalhadores na occasião da colheita. (...) O melhor meio d'aproveitar em beneficio do cafésal esses vegetais inuteis, sem nenhum dos inconvenientes apontados é o de enterrar-os .²⁰²

Demonstrando preocupação com os problemas ambientais, Burlamaqui também menciona a necessidade de se recuperar áreas cultivadas, de modo a preservar a floresta. Ele chega a afirmar que, com alguns cuidados, um cafezal poderia produzir por quarenta anos, o que seria um prazo suficiente para a formação de uma floresta secundária de Mata Atlântica, conhecida como capoeira, assumir o aspecto muito semelhante à *mata virgem* ou floresta primária.

Mas além destas vantagens, existe uma outra de maior alcance, que é a de preparar o terreno para formar-se novo cafezal, quando o existente, pela sua velhice, já não dá café, ou tão pouco que não vale a pena apanhar-se, isto é, depois dos quinze annos de idade dos cafeseiros. (...)Então cortam-se ou arrancam-se os cafeseiros velhos, e sobre a direção das valletas [com materias vegetaes] se plantam novos pés, formando-se assim um outro cafésal que prosperará tanto como o primeiro, senão melhor. Se este methodo tivesse sido empregado entre nós, ter-se-hia poupado muita terra, muito trabalho, e sobretudo as arvores das mattas, que mais tarde valeriam muito mais do que o cafésal (...) Se o cafésal é bem tratado e limpo d'hervas, no fim de dois annos começa a dar pequenos fructos. De orfinário um pé de caffè começa a dar renda no quarto anno, e póde continuar durante quinze ou vinte, algumas vezes até trinta ou quarenta, o que depende da natureza do terreno e do cuidado e intelligência com que o cultivam.²⁰³

Na Mata Atlântica uma capoeira, ou seja, uma formação florestal secundária, leva em torno de sessenta annos para adquirir o aspecto da floresta primária.²⁰⁴ Nesse sentido, pode-se concluir que a adoção de formas de adubação dos terrenos, que permitisse a sua utilização por um período próximo à quarenta annos permitiria também a realização de um sistema de rodízio, proporcionando a recuperação da estrutura biótica do solo. Desse modo, a itinerância da lavoura poderia ser contida, diminuindo-se igualmente os golpes de machado sobre as árvores da floresta virgem. Essa lógica, contudo, não encontrou grande aceitação entre os fazendeiros, pois as imensas dimensões de suas propriedades afastavam por completo qualquer sensação de perigo em relação à escassez ou esgotamento de suas áreas florestadas. Não havia sentido em destinar o tempo de trabalho dos escravos para recuperar partes dos solos das propriedades, se estes mesmos trabalhadores podiam ser direcionados a abrir novas áreas para o cultivo e, conseqüentemente, ampliar a produção e os lucros da fazenda. A racionalidade ecológica da grande propriedade fundiária, no século XIX, possuía uma tendência à insustentabilidade no uso dos recursos naturais disponíveis, sobretudo no que se refere à floresta, considerada abundante e com capacidade de exploração praticamente ilimitada.

Mesmo algumas autoridades no Brasil imperial demonstravam indignação com as práticas de cultivo promovidas pelos fazendeiros de café. Um bom exemplo foi dado pelo então ministro da Agricultura, Domiciano Leite Ribeiro, que em discurso apresentado por ele à Assembléia Geral Legislativa, em 1864. Nele são feitas duras críticas as práticas agronômicas dos grandes fazendeiros.

²⁰² BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo Cesar. 1860, *Monographia do Cafeeiro e do Café*, op. cit.p. 32.

²⁰³ Ibid. p. 33 e 34.

²⁰⁴ Ver FERRI, Mário Guimarães.1980, *Vegetação Brasileira*, op. cit.

O lavrador entre nós é um nômade, que hoje cria e destrói aqui, para amanhã criar e destruir acolá. O valor de uma propriedade rural cresce até certo ponto, tocado o qual decresce necessariamente até reduzir-se a nada. A respeito dos municípios mais florescentes pode-se dizer que o dia de sua maior prosperidade é a véspera de sua decadência. O solo é um ente que nasce, vive e morre como qualquer mortal, e que muitas vezes nem mesmo tem a duração de um homem. Em quanto, pois, não soubermos aproveitar as terras – cançadas – nem a propriedade terá flexibilidade, nem o país verdadeira civilização.²⁰⁵

É comum a convicção de que a preocupação com os problemas ecológicos é algo bastante recente, com origem nos movimentos surgidos na década de 1970. Entretanto, as manifestações contra a destruição dos recursos naturais e a sua exploração de forma insustentável são mais antigas na história do Brasil do que se supõe.²⁰⁶ Na verdade as questões ecológicas e os debates por ela promovidos se encontram presentes na sociedade brasileira e no ocidente de um modo geral bem antes do surgimento da palavra ecologia. O esgotamento dos recursos naturais e a destruição do meio ambiente oferecem risco para a sobrevivência das diferentes sociedades e grupos humanos, o que acaba por promover reflexões políticas sobre a necessidade de se conservar os recursos do meio físico.²⁰⁷

Outra demonstração de discordância com a rotina dos grandes produtores de café, pode ser encontrada em algumas edições da *Revista Agrícola*, editada pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, na qual apresentam-se críticas e também propostas para a modificação das práticas dos grandes produtores rurais. Para ilustrar, na sua edição de março de 1874 podemos ler no “Noticiário Agrícola” uma mensagem dirigida aos fazendeiros, contendo informações sobre a existência de um “laboratório para analyses chimicas agrícolas” com capacidade para fazer diversas análises sobre condições de solos e eficiência de adubos. O órgão também se prontificava a esclarecer quaisquer dúvidas e a fornecer informações sobre os diversos problemas pertinentes à lavoura.

O Imperial Instituto Fluminense d’Agricultura tendo, como dependencia da Fazenda Normal, um laboratório para analyses chimicas agrícolas, viveiros de plantas, criação de bichos da seda, oficinas de serralheria, carpintaria, (...) julga-se por isso habilitado a proceder a quaisquer analyses de adubos, terras ou de qualquer producto agrícola, que desejarem os Srs. fazendeiros, na certeza de que seus pedidos serão satisfeitos com promptidão; assim também que se acha o estabelecimento preparado para ministrar as informações que forem exigidas concernentes as questões práticas da lavoura, inclusive a notícia sobre as máquinas e instrumentos mais aperfeiçoados. Nas oficinas preparão-se arados, grades, etc..., que são cedidos a preços razoáveis (*Revista Agrícola*, março de 1874).²⁰⁸

O acesso ao conhecimento técnico, com vistas a modernizar e melhorar a produtividade agrícola no país, era algo não só disponível como também incentivado por setores do governo imperial. No entanto, a maior parte dos grandes fazendeiros de café tinha como preocupação apenas a maximização dos lucros imediatos de suas colheitas, não importando nem a qualidade dos produtos, nem os danos causados às suas terras por técnicas degradantes. Em outro número desta mesma publicação, datado de 1869, encontra-se uma referência crítica mais dura aos agricultores daquele período. Neste artigo, com o título de “Reforma Agrícola”, o seu redator e diretor, Miguel Antonio da Silva, faz alusão à necessidade do país de dotar-se de *verdadeiros agricultores*.

²⁰⁵ RELATÓRIO apresentado a Assembléia Geral Legislativa pelo ministro e secretario de estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Domiciano Leite Ribeiro, 1864. op. cit.

²⁰⁶ Ver PÁDUA, José Augusto. 2002, *Um Sopro de Destruição, pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, op. cit.

²⁰⁷ PÁDUA, José Augusto. 1997, *A Degradação do Berço Esplêndido: Um Estudo sobre a Tradição Original da Ecologia Política Brasileira - 1786/1888*. op. cit. p. 54.

²⁰⁸ REVISTA Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, março de 1874, op. cit.

Gravemente estremecida por crises sucessivas, filhas da imprevidência e da precipitação, a lavoura nacional arrasta uma existência sem fé por um terreno falso, onde a esterelidade rebenta do trabalho e a miséria é muitas vezes a consequência dos esforços dispendidos na luta. (...) Como em todos os países novos, onde a fertilidade manifesta-se por uma vegetação luxuriante, a era do trabalho rural foi inaugurada entre nós pelos cultivadores explorando sem princípios definidos, nem systema regular os thesouros da terra. (...) Sem consciência dos seus actos, por que sem educação própria, caminava á esmo, descansava ella sobre falsos privilegios, que illudião a situação sobre-carregando o futuro. (...) se temos no paiz cultivadores habéis e diligentes, e agrônomos de illustração reconhecida e seriamente dedicados, carecemos de agricultores educados para a administração das propriedades, preparados para as lutas quotidianas, sabendo destruir os obstáculos imprevisos, remover as causas perturbadoras dos resultados esperados, e habilitados enfim para escolher entre os conselhos da theoria e as observações da prática o mais conveniente, o mais commodo, o mais efficaz ás necessidades da occasião. Dotemos, portanto, a lavoura patria de verdadeiros agricultores (Revista Agrícola, 1869).²⁰⁹

A questão do sombreamento e da adubação, também foram tratados pelos editores da revista em sua edição de junho de 1874, com os títulos *O Café na Venezuela* e *Cultura do Caf*, respectivamente. Neste artigo são ressaltadas as vantagens de se plantar as mudas de café ao abrigo de árvores maiores que lhes proporcionassem sombra, o que teria poupado milhares de hectares de Mata Atlântica do machado e do fogo.²¹⁰ Estas técnicas de sombreamento dos cafezais, somadas as de adubação dos terrenos, na medida em que evitariam a derrubada por completo das matas e também permitiriam a utilização dos solos por períodos mais longos, teriam diminuído o ímpeto do avanço sobre a floresta, contribuindo para a sua maior preservação. Os artigos, publicados pela *Revista Agrícola*, reforçam a concepção de que as práticas da lavoura cafeeira, baseadas na rotina perdulária de uso dos recursos da biomassa, não eram motivadas pelo desconhecimento de outras técnicas, ou tão pouco pela limitação intelectual dos grandes fazendeiros. É necessário reconhecer, contudo, que os esforços para reverter esta situação através da divulgação de informações pela imprensa, ou por meio de apelos públicos não foram muito bem sucedidos. As críticas à rotina do cultivo do café no século XIX, com sua prática insustentável do ponto de vista ecológico, ganharam um razoável espaço na sociedade sem, contudo, jamais crescer a ponto de provocar debates mais generalizados, capazes de provocar mudanças significativas na conduta dos grandes cafeicultores ou nas políticas públicas.

Dos debates realizados envolvendo a problemática agrícola, nenhum se comparou ao ocorrido no Congresso Agrícola de 1878, no Rio de Janeiro. O evento foi promovido pelo governo imperial através do, então, Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. O programa do Congresso consistiria na elaboração de algumas perguntas sobre problemas que afligiam a grande lavoura e que deveriam ser respondidas pelos seus participantes. É interessante notar que o evento era dirigido somente aos grandes agricultores.

Os interesses da grande lavoura, a qual, na situação actual, é ainda a base da riqueza e prosperidade nacionaes, occupam séria e vivamente a attenção do Governo Imperial, que, reconhecendo a importancia que exercem nas condições econômicas do paiz, está disposto a animal-os e promovel-os em tudo quanto depender da acção dos Poderes Públicos.²¹¹

A cada participante do Congresso foi distribuído um questionário com perguntas a respeito de problemas relativos à mão-de-obra, crédito e tecnologia agrícola, que foram elaboradas com o objetivo de verificar o ponto de vista dos grandes produtores com relação às necessidades mais urgentes e imediatas da agricultura brasileira. Na verdade, as respostas dadas representavam a exposição do projeto político dos

²⁰⁹ REVISTA Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artístico. SILVA, Manoel Antônio. *A Reforma Agrícola*. 1869. op. cit.

²¹⁰ Ibid. junho de 1874.

²¹¹ CONGRESSO AGRÍCOLA [1878], 1988. *Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro em 1878*. op. cit.p.1.

fazendeiros participantes do Congresso, o que permitiu tornar explícito o caráter mais conservador da quase totalidade das propostas apresentadas pelos participantes da província do Rio de Janeiro, basicamente da região do Vale do Rio Paraíba do Sul, se comparadas com aquelas trazidas pelos participantes de São Paulo.²¹² Nas propostas dos fazendeiros fluminenses percebe-se constantemente a tendência a resolver os diversos problemas e, principalmente, a questão da escassez de mão-de-obra via maior coerção legal e através de medidas que adiassem as possibilidades de extinção do trabalho escravo. Suas reivindicações concentravam-se principalmente nas exigências de maiores facilidades fiscais e financeiras da parte do governo imperial.

As alternativas mais comuns apresentadas pelos grandes produtores do Rio de Janeiro, como solução para os desafios vividos pela grande lavoura, eram compostas por projetos conservadores que apontavam sempre na direção de uma maior coerção legal sobre os trabalhadores e na construção de obstáculos para o fim da escravidão. O fazendeiro Manoel Furtado da Silva Leite, do Rio de Janeiro, se apresenta como legítimo partidário desta corrente escravista. Referindo-se a lei que torna livres os filhos de escravos, ele afirma:

A lei de 28 de Setembro, que inconsideradamente declarou o ventre livre, sem que o paiz se tivesse preparado para receber um golpe tão terrível, armando o braço escravo contra seu senhor... esta lei abysmou a nação; (...) Existe também, Exm.Sr., um outro motivo de não menos gravidade, o qual consiste na falta de correção e polícia que moralise e sujeite ao trabalho a classe jornalreira, attento ao abominável costume, em que desde longa data estão postos, de passarem o tempo na ociosidade.²¹³

Ao contrário, podiam ser notados propostas e projetos de caráter mais progressista vindos dos agricultores paulistas presentes no Congresso. A tendência à inovação se verificava, principalmente, nas alternativas apresentadas ao trabalho compulsório. Podem ser percebidas nas intervenções dos congressistas paulistas, além de disposições contrárias a permanência do braço escravo, a preocupação com questões ligadas a problemas ambientais e a própria agronomia do café, como o esgotamento dos terrenos e a melhoria da qualidade das plantas a serem cultivadas. É o que percebemos na proposta do Dr. Manoel Pereira de Souza Arouca, da província de São Paulo.

Os braços escravos naturalmente tendem a se acabar pela morte e manumissão. Portanto, quaes os meios de restabelecer a lavoura e seu crédito? - Remédios naturaes: contra a degeneração - cruzamento de semente e transplantação; contra os terrenos exhaustos, - estrumes. Completa garantia da propriedade e da pessoa: - escolha severa do magistrado honesto, intelligente e apto; retoque na lei de locação de serviço no sentido de garantir tanto ao locador como ao locatário e de simplificar o processo de sua execução; (...) - e especialmente mudança completa do systema da rotina para o mecanico, porém com a clausula de grande ou maior área pastada para fertilizar outra menor.(...) A base desse systema de cultura ergue a nossa agronomia até a altura da sciencia, porque elle assenta sobre este princípio que a razão não destroe: Não há no seio da natureza, embora sejam terras de figueira brava, pão d'alho ou de espinhos ou pedra ferro ou esmeril, tantos saes em derredor do cafeeiro, para sua nutrição, quanto aquelles que podem lhe ser fornecidos pelo artifício humano. (...) Este é o systema mais racional de rotear a terra. (...) Seus resultados são mais vantajosos, porque o café assim cultivado é melhor, é mais abundante, mais regular em sua produção, permite mais fácil amanho da terra, mais commodo trato ao cafezal, e finalmente utiliza as fazendas esgotadas. (Até quando terão os lavradores mattas virgens?). (...) A não se adoptar o systema mecanico, se extinguirá a escravidão negra para substituil-a a escravidão branca.²¹⁴

Com relação ao enfoque das questões ambientais, no entanto, nenhum dos encaminhamentos dirigidos ao Congresso atingiu a profundidade e a abrangência das propostas apresentadas pelo Sr. Manoel

²¹² Ver EISENBERG, Peter L. *A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878*, op. cit.

²¹³ CONGRESSO AGRÍCOLA [1878], 1988. *Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro em 1878*. op. cit.p. 47.

²¹⁴ Ibid. p. 49.

Ribeiro do Val²¹⁵, proprietário de uma fazenda em Vassouras, na província do Rio de Janeiro. Divergindo profundamente da quase totalidade de seus colegas fluminenses e paulistas em suas teses sobre as práticas da grande lavoura, Ribeiro do Val aborda não só as questões relativas à grande propriedade e ao trabalho servil. Ele também trata da problemática ambiental, relacionada às formas mais tradicionais de cultivo do café.

Entendo portanto que a necessidade mais urgente e immediata da grande lavoura e da grande produção, e a que offerece mais garantia e estabilidade é a pequena lavoura; Esses nucleos, verdadeiras exposições permanentes do trabalho e da industria, servirão de escolas praticas aos nossos lavradores rotineiros que aprenderão á força de ver e observar os resultados infalliveis que podem colher da applicação da sciencia agricola, do arado, da estrumação, da póda, da criação, meios estes poderosos de produção, sem o que não haverá sufficiente para sustentar-se o braço livre. (...) A fertil provincia do Rio de Janeiro, fonte principal de nossa renda, com a rotina que vai seguindo, em breve ficará abandonada ao sapé e ao capim melado, si o Governo não lançar mão e com urgencia da colonização educada para refazer suas forças produtivas, (...) Para um bom exemplo, cito Vassouras que, tendo sido o município mais rico e productor de café, hoje vai em decadência, devido isto unicamente ao exaurimento do terreno.²¹⁶

As críticas contra a rotina do cultivo do café aumentavam em número e em consistência, na segunda metade do século XIX, uma vez que os impactos ambientais causados pela lavoura cafeeira tornavam-se gradualmente mais nítidos, a partir daquele momento. Mesmo os manuais de agricultura, que continham técnicas de cultivo e beneficiamento do café, passariam a ser editados com uma visão mais crítica acerca da *rotina da lavoura cafeeira*. É importante frisar, que essas críticas, na sua maior parte, restringiam-se a observações de ordem ética e moral, sem embasar propostas de mudanças mais estruturais, que tocassem, por exemplo, em questões como a escravidão e a grande propriedade fundiária. Estes, na verdade, eram fatores significativos que estimulavam a manutenção de práticas agrícolas insustentáveis do ponto de vista ecológico, no Brasil oitocentista.

III.6 – Concentração de terras, controle da força de trabalho e destruição da natureza

A presença da grande propriedade monocultora como forma predominante de ocupação do espaço rural brasileiro teria sua origem na forma como as terras foram distribuídas desde o período colonial. Este processo baseava-se numa tradição portuguesa, consolidada por dom Fernando I, em 1375, através da Lei das Sesmarias. Ela foi utilizada com eficiência no séc. XIV para a ocupação, pelos portugueses, das ilhas Atlânticas a noroeste da costa africana. Seu objetivo era evitar que as terras recebidas ficassem abandonadas e, para isso, obrigava os respectivos donatários a cultivá-las, num período de três a quatro anos.²¹⁷

As concessões no norte abrangiam em geral uma maior extensão territorial do que no sul. Com exceção feita da donataria do Visconde de Asseca, em Campos, as sesmarias no sul não excediam de três léguas de extensão, quando no norte havemos de encontrar concessões de 20, 50 e mais léguas. Basta assinalar as concessões de Garcia d'Ávila e seus parentes que se estendiam da Bahia até o Piauí em uma extensão de 200 léguas.²¹⁸

²¹⁵ Para uma análise mais aprofundada sobre as propostas de Ribeiro do Val, ver PÁDUA, José Augusto. 1998, *Cultura Esgotadora: Agricultura e Destruição Ambiental nas Últimas Décadas do Brasil Império*, op. cit.

²¹⁶ CONGRESSO AGRÍCOLA [1878], 1988. *Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro em 1878*. op. cit. p. 161 e 162.

²¹⁷ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos, in LINHARES, Maria Yedda (org.). 1990, *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro, op. cit.

²¹⁸ GUIMARÃES, Alberto Passos. 1975, *Quatro Séculos de Latifúndio*, op. cit. p. 51.

A apropriação de grandes extensões de terras somada à aliança entre Estado e estes grandes proprietários, além de estabelecer o grande latifúndio como a forma básica e predominante de ocupação do espaço rural, facilitaria a adoção de certas práticas de cultivo que iriam caracterizar a produção agrícola no Brasil, durante quase quatro séculos de sua história. Numa região com reduzido número de proprietários, possuidores de grandes extensões de terras, a introdução do braço escravo era encarada como uma necessidade irrefutável para o bom desenvolvimento de qualquer tipo de empresa agrícola.

A relação entre abundância de terras livres e medidas autoritárias destinadas a funcionar como uma espécie de coerção sobre a força de trabalho, é algo marcadamente presente na realidade do Brasil, desde o período colonial. Tradicionalmente, no momento em que são conjugados fatores como trabalhadores e terras disponíveis, num quadro de fronteira agrícola, a existência de coerção legal passa a ser um instrumento eficaz, nas mãos das classes dominantes no sentido de evitar o acesso destes trabalhadores a terra, garantindo assim a oferta de mão de obra aos grandes proprietários. Esta situação encontrava-se bem caracterizada nas regiões de fronteira agrícola em que a *plantation* aparecia como unidade produtiva predominante. Nesse sentido, a presença da escravidão no Brasil funcionaria como um eficiente sistema de repressão da força de trabalho, que na falta de outro mecanismo, garantia suprimento de mão-de-obra para os grandes proprietários e, ao mesmo tempo, impedia o livre acesso a terra.²¹⁹

A grande lavoura cafeeira possuía como características marcantes o cultivo predatório e a alta taxa de exploração da mão-de-obra. Estas práticas amplamente difundidas pelos grandes produtores de café possibilitavam o rebaixamento dos custos de produção, embora também trouxessem como consequência a destruição dos recursos naturais da região, levando a escassez das áreas com florestas primárias. Outra característica desta forma de cultivo seria a constante necessidade de reposição da força de trabalho, através da compra de novos escravos, uma vez que submetida a altíssimas taxas de exploração, a população escrava não possuía condições para se reproduzir em proporções que atendessem as necessidades de reposição das grandes fazendas, sendo seu contingente mantido através do tráfico internacional até 1850 e depois pelo tráfico entre as províncias.²²⁰ Era de aproximadamente dez anos o tempo de vida útil de um escravo empregado na lavoura, o que não chegava a ser encarado como prejuízo pelo fazendeiro, considerando-se, como se pensava na época, que após dois anos de trabalho este mesmo escravo já teria pagado seu custo de aquisição.²²¹ Para os produtores de café durante o século XIX o movimento contínuo de suas lavouras, com a ocupação de novas áreas de florestas virgens, associado a superexploração da mão de obra, era a maneira mais comum de se reduzir os custos da produção.

Nos períodos 1821-1830 e 1841-1850, verificou-se uma queda de cerca de 40% nos preços do café no mercado internacional, em parte atenuada pela desvalorização da taxa cambial, mas promovida, também em parte, pela contínua expansão da produção nestes períodos. (...) A viabilidade econômica

²¹⁹ VELHO, Otávio Guilherme. 1976, *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, op. cit. p. 65.

²²⁰ LINHARES, Maria Yedda (org.). 1990, *História Geral do Brasil*, op. cit.

²²¹ Ibid.

da expansão da produção do café, a preços de mercado decrescentes, estava condicionada à possibilidade de comprimir os custos, no esforço de manter os lucros.²²²

Apegados a esta forma de produzir em sintonia com a lógica escravista, os grandes fazendeiros de café, principalmente, os do Vale do Rio Paraíba do Sul na província do Rio de Janeiro, nem sequer cogitavam a possibilidade de substituição do braço escravo por outro tipo de exploração da força de trabalho. Para os produtores fluminenses, mais intensamente presos a formas de cultivo vinculadas à prática escravista, a possibilidade de ausência do escravo era tida como uma grande ameaça a própria continuidade da produção.

Neste sentido uma clara divisão se estabelece entre os produtores de café: ela seria marcada por um maior apego às práticas escravistas por parte dos fazendeiros fluminenses, em comparação com uma maior disposição para a mudança presente entre os produtores de São Paulo, sendo estes últimos mais receptivos àquilo que poderíamos definir como a penetração de relações propriamente capitalistas na agricultura.²²³

Este aumento das relações capitalistas de produção é processado simultaneamente a outras transformações de caráter técnico, que apontam para implantação da estrada de ferro e o uso mais generalizado de máquinas de beneficiar os grãos de café. Para uma estrutura produtiva baseada na incorporação contínua de novas áreas florestadas, a estrada de ferro significou um verdadeiro alento na medida em que a maior parte das florestas de Mata Atlântica da região centro-sul, situadas relativamente próximas ao litoral, já haviam sido ocupadas pelos cafezais até meados da década de 1870. Estradas de ferro, pilões mecânicos e descaroçadores significavam ao mesmo tempo possibilidades de ampliação da produção, com a manutenção e mesmo a redução de custos, além de incluir a produção cafeeira na lógica da acumulação de capital.

Com a implantação da estrada de ferro e a difusão do uso da máquina de beneficiar, introduz-se na organização mercantil-escravocrata um segmento capitalista, constituindo-se, ambas as inovações, em mudanças na base técnica da produção, que irão realimentar e dinamizar o processo.(...) A ferrovia introduz, ao encurtar as distâncias, a tecnologia que viabilizará economicamente a utilização de terras, possibilitando a introdução da organização capitalista na agricultura. Transforma-se, portanto, a terra-riqueza – fator de prestígio social, em terra-capital – garantia de poder econômico.²²⁴

Estas alterações da base produtiva ao menos teoricamente teriam reflexo direto na reposição da força de trabalho, pois mesmo havendo aumento da necessidade de mão de obra, novas relações produção se fariam necessárias como forma de adaptação a este novo contexto. Paradoxalmente, contudo, o que percebemos nas regiões em que se verifica uma enorme expansão da produção de café na segunda metade do século XIX, quando são plantados mais de cem milhões de novos pés, é justamente uma intensificação do trabalho escravo. Embora a aquisição de escravos diretamente da África tenha praticamente cessado a partir de 1850, o comércio de negros cativos entre as províncias neste mesmo período ampliou-se consideravelmente, inclusive como reação ao fim do fornecimento através do

²²² SPINDEL, Cheywa R. 1980, *Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira*, op. cit. p. 32.

²²³ Ibid.

²²⁴ Ibid. p. 36 e 43.

mercado internacional. Deve-se ter claro, inclusive, que o maior emprego do trabalho escravo não ocorria somente com o acréscimo quantitativo de sua população, mas também com o aumento da taxa de exploração sobre estes trabalhadores, o que era feito principalmente através da elevação do número de horas de trabalho. Muitos cativos também foram, neste momento, retirados dos chamados trabalhos domésticos para serem aproveitados na lavoura.²²⁵

Havia entre os produtores, no final da década de 1870 e início da seguinte, a sensação cada vez mais nítida de que o trabalho compulsório no Brasil não iria muito longe. Neste sentido algumas alternativas são cogitadas como solução para a ausência do escravo e dentre elas a imigração do colono europeu apareceria como a mais aceita para os setores dominantes. Entretanto, a substituição do negro africano pelo colono esbarrava na dificuldade de se manter as taxas de lucro obtidas anteriormente. A estratégia adotada para que fossem assegurados níveis de extração de sobre-trabalho, em quantidade suficiente para manter o lucro do fazendeiro, seria através do pagamento de baixos salários, o que se tornaria possível por meio do aumento da oferta de mão-de-obra livre e pelo *impedimento do livre acesso a terra*. Para atingir estes objetivos as elites agrárias contariam com um efetivo apoio do Estado Imperial, seja através de respaldo institucional, como a Lei de Terras de 1850, seja pela intervenção direta por meio da subvenção da transferência de trabalhadores europeus para o Brasil.

A utilização do colono europeu como força de trabalho na lavoura é uma prática que remonta a um período bem anterior a década de 1880. Ainda no início do século XIX, por iniciativa de D.João VI, um grupo de colonos suíços e alemães é fixado em colônias na região de Nova Friburgo, na época ainda parte da região do Cantagallo, na província do Rio de Janeiro. Também algumas ações particulares são realizadas neste sentido como, por exemplo, a iniciativa do Senador Vergueiro, proprietário da Fazenda Ibicaba no Oeste paulista, que já no início da década de 1850 iniciou várias experiências de utilização de mão-de-obra livre através do regime de parceria. Por este sistema o fazendeiro pagaria os custos de viagem do colono e este, em contrapartida, se obrigaria a trabalhar sem remuneração por um período de sete anos.²²⁶ Neste espaço de tempo o colono poderia cultivar gêneros para o seu sustento entre os cafezais, até o momento em que estes comesçassem a dar frutos. Também lhe era permitido adquirir utensílios diversos, tais como roupas e remédios no armazém da fazenda, o que acarretava um significativo endividamento, impedindo o término do contrato. Deste modo, o colono se mantinha preso ao fazendeiro até que saudasse suas dívidas, num tipo de coerção semelhante à escravidão.

Outra reflexão importante a ser feita sobre as relações de produção presentes na grande lavoura cafeeira do século XIX e que foge aos propósitos deste trabalho, refere-se às razões que teriam levado a escolha do colono europeu como substituto do negro africano no processo produtivo. No mesmo sentido, uma questão que exige ainda um estudo empírico mais aprofundado, diz respeito aos motivos da não utilização da mão de obra nativa livre

²²⁵ Ibid.

²²⁶ AZEVEDO, Luiz Corrêa de. 1877, *A Poda e o Arado na Lavoura do Café no Município de Cantagalo*. Op. cit.

nas fazendas de café. É sabido que os trabalhadores brasileiros livres eram geralmente utilizados em tarefas correlatas a produção e que geralmente ofereciam maior risco, como a derrubada da floresta que precedia o preparo da terra para o cultivo. Nestes casos o fazendeiro preferia empregar outro trabalhador a arriscar a vida de seus escravos, cujo custo era significativo.²²⁷ Esta hipótese além de lançar uma certa luz sobre a questão, também ajuda a reforçar a convicção de um engajamento sólido e bem definido dos setores livres e pobres da população na vida social brasileira, durante no império.

²²⁷ DEAN, Warren. 1977, *A Ferro e Fogo - A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, sileira,

CAPÍTULO IV

ANCESTRALIDADE E RACIONALIDADE AMBIENTAL SUSTENTÁVEL: AS CULTURAS AMERÍNDIAS NA REGIÃO DAS MINAS DO CANTA GALLO.

Somos parte da terra e ela é parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs, os gamos, os cavalos a majestosa águia, todos são nossos irmãos. Os picos rochosos, a fragrância dos bosques, a energia vital do pônei e do homem, tudo pertence a uma só família (trecho da carta do cacique Seattle, da tribo Suquamish, do Estado de Washington, enviada ao presidente dos EUA em 1855).

IV.1- *Etnobiologia e saber ameríndio*

As relações de diferentes povos indígenas americanos com seu meio ambiente tem sido o objeto de estudo da etnobiologia, que desenvolve pesquisas sobre os conhecimentos desenvolvidos por diferentes sociedades em seu processo de adaptação ecológica aos biomas por elas ocupados. “A etnobiologia relaciona-se com a ecologia humana, mas enfatiza as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo”.²²⁸ Nestas pesquisas têm sido buscadas explicações sobre a alimentação, as plantas cultivadas, práticas como a coleta e a caça, procurando perceber todas estas ações, em seu conjunto, como parte de um sistema de adaptação a um determinado bioma ou ecossistema. De um modo geral, o estudo das culturas ameríndias revela a presença de um profundo conhecimento do meio físico natural por parte destas sociedades.²²⁹ Segundo Lévi-Strauss, os nativos estudam e fazem constantemente experiências com plantas e animais de seu habitat, os quais são observados e classificados não apenas em função de sua utilidade para o consumo, mas também pelo seu papel na cadeia alimentar do próprio ecossistema. Para as sociedades indígenas, as espécies do mundo natural não são “conhecidas porque são úteis: elas são consideradas úteis ou interessantes porque primeiro são conhecidas”,²³⁰ sendo sua importância determinada pelo papel que representam para o equilíbrio do mundo natural.

“Cada coisa sagrada deve estar em seu lugar”, notava com profundidade um pensador indígena. Poder-se-ia mesmo dizer que é isso o que a torna sagrada, pois, se fosse suprimida, mesmo em pensamento, toda a ordem do universo seria destruída; portanto, ela contribui para mantê-la ocupando o lugar que lhe cabe.²³¹

As estratégias de apropriação da natureza desenvolvidas pelas diferentes culturas ameríndias representam uma racionalidade ambiental, construída a partir saberes locais lapidados por meio de uma longa experiência ancestral. Este saber ecológico das comunidades tradicionais indígenas possui uma natureza empírica que inclui conhecimentos técnicos, mitos, rituais, comportamentos e práticas que funcionam simultaneamente como adaptação ao meio físico e instrumento de manutenção da cultura.²³² Consequentemente é seguro afirmar que os povos ameríndios não governam suas ações e sua relação com a natureza a partir de medidas e significações que se destinem, unicamente, a satisfazer suas necessidades imediatas, sejam elas de natureza orgânica ou socioeconômica. Ao contrário, eles possuem um conhecimento bastante completo de seu entorno ecológico, utilizando de modo eficaz e ao mesmo tempo sustentável os recursos naturais dos biomas em que se encontram presentes.

²²⁸ Posey, Darrel A. *Etnobiologia: Teoria e Prática*, in *Suma Etnológica Brasileira vol.I*, op. cit. p. 15.

²²⁹ Lévi-Strauss, Claude. *O Pensamento Selvagem*. op. cit. p. 19.

²³⁰ Ibid. p. 24.

²³¹ Ibid. p. 25.

²³² Leff, Enrique, *Saber Ambiental*, op. cit. p. 279.

Habitantes de uma região desértica do sul da Califórnia, onde apenas algumas raras famílias de brancos conseguem hoje subsistir, os índios coahuilla, em número de vários milhares, não conseguiam esgotar os recursos naturais; viviam na abundância. Isto porque, nesse lugar de aparência desfavorecida, conheciam nada menos que 60 plantas alimentares e 28 outras com propriedades narcóticas, estimulantes ou medicinais. Um único informante seminole identifica 250 espécies e variedades vegetais. Foram recenseadas 350 plantas conhecidas pelos índios hopi, mais de 500 pelos navajos. O léxico botânico dos subanum, que vivem no sul das Filipinas, ultrapassa de longe mil termos.²³³

O conhecimento ecológico dos povos indígenas vincula-se a sua cultura, compreendendo todo um sistema de classificação e organização do seu entorno ambiental. Darrel A. Posey ao estudar os índios Kayapó²³⁴ demonstra a sofisticação com que eles interagem com os biomas que ficam próximos as suas aldeias, o que pode ser percebido tanto no modo como classificam os seres do mundo natural e as diferentes zonas ecológicas, quanto nas complexas técnicas agrosilviculturais desenvolvidas por sua cultura.



Aldeia de índios coroados

Fonte: Freireyss, G. W. Viagem ao Interior do Brasil

²³³ Lévi-Strauss, Claude. *O Pensamento Selvagem*, op. cit. p. 19.

²³⁴ Posey, Darrell A. *Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó)*, in *Suma Etnológica*, op. cit. p.173.

Segundo Posey, os Kayapó estabelecem cinco classificações de níveis ecológicos ou biomas diferentes, que se referem a espaços entre o solo da floresta e as copas das árvores mais altas. Eles também criam semelhante classificação para os ecossistemas aquáticos que são divididos também em cinco faixas, que vão da superfície ao leito dos rios. Esta divisão se relaciona ao predomínio de determinados recursos naturais, como espécimes da flora e da fauna locais²³⁵.

Outro indício de sofisticação nas relações estabelecidas pelos índios Kayapó com o seu entorno ecológico diz respeito as suas práticas agrícolas. De um modo geral, a agricultura ameríndia possui baixos níveis de impacto ambiental sobre as áreas florestadas. No caso Kayapó, ela é constituída por um conjunto de técnicas agrosilviculturais, capazes de atender de modo satisfatório as necessidades do grupo em termos de alimentação e produção de substâncias medicinais, sem eliminar a cobertura florestal²³⁶. Ao contrário das técnicas agrícolas desenvolvidas no ocidente, a agricultura Kayapó mantém a floresta, a qual é transformada antropicamente com o cultivo de árvores frutíferas e outras plantas que tornam o seu conteúdo mais proveitoso para a aldeia. Num sentido figurado, enquanto as práticas da lavoura ocidental criam campos abertos, os diversos produtos cultivados pelos Kayapó formam novas áreas florestadas.

Um sentido complexo e sofisticado também pode ser atribuído à agricultura itinerante de roça e queima, a *coivara*, desenvolvida pelos índios²³⁷, o que contrasta com a idéia, um tanto difundida, de uma natureza primitiva deste tipo de prática agrícola. As suas roças são desenvolvidas em pequenas clareiras, abertas de modo disperso pela floresta. Nestas áreas as árvores são cortadas e depois os troncos espalhados pelo terreno e queimados, devolvendo-se assim parte dos nutrientes ao solo. A intensidade e a extensão da queimada são controladas mediante a distribuição das árvores cortadas pelo terreno. O objetivo é fazer com que o fogo se propague em pequena escala e não venha a se expandir por uma área maior da floresta. Uma maior dispersão dos troncos pelo terreno também significa menos combustível para ser queimado, o que se traduz em chamas com intensidade de calor menor. Isto evita que algumas raízes semeadas antes da queimada sejam danificadas pelo fogo.²³⁸ Após a queimada, a área é submetida a um processo de sucessão natural, no qual o solo é coberto por ervas e outras plantas maiores, o que impede que este fique exposto por muito tempo ao sol ou as chuvas tropicais. Esta cobertura vegetal que se desenvolve após a formação da clareira é mantida pelos Kaiapó, uma vez que a prática de manter os solos “nus” e “limpos”, característica da agricultura ocidental mais tradicional, não faz parte das técnicas de cultivo indígenas.

Além da engenhosidade representada pela exposição de pequenas quantidades de solos aos raios solares e as chuvas, o que nos climas tropicais contribui para a preservação da sua estrutura biótica, os Kaiapó desenvolveram técnicas agrícolas que utilizam a associação de diferentes espécies de plantas, como forma de aumentar a produtividade de suas plantações. Um bom exemplo do emprego destas técnicas pode ser visualizado quando são plantadas bananeiras junto as outras espécies de plantas. Além do fruto que é consumido pela comunidade, elas fornecem sombra para as mudas mais jovens de outras espécies, permitindo o seu desenvolvimento.

As bananeiras se desenvolvem em roças em processo de amadurecimento e as sombras que projetam modificam as condições do solo, criando um microambiente especializado. Os Kayapó conhecem aproximadamente duas dúzias de tuberosas comestíveis e inúmeras plantas medicinais que se desenvolvem à sombra das bananeiras. Assim, esse microambiente torna-se uma microzona de cultivo dentro de capoeiras em processo de amadurecimento. Estas plantas são chamadas “companheiras das bananas e continuam a crescer junto a elas até que a floresta secundária em expansão atinja uma altura tal que deixe de favorecer essa comunidade vegetal. Quando isto ocorre, brotos de velhas

²³⁵ Ibid. p. 22.

²³⁶ Posey, Darrell A. *Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó)*, in *Suma Etnológica*, op. cit. p.174.

²³⁷ Ribeiro, Berta G. *O Índio na Cultura Brasileira*, op. cit. p. 19.

²³⁸ Posey, Darrell A. *Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó)*, in *Suma Etnológica*, op. cit. p.180.

bananeiras são transferidos para novas roças e suas “companheiras levadas para junto de pés de banana já formados em outras roças em processo de amadurecimento.”²³⁹

Ainda segundo Posey, estas práticas demonstram uma apurada capacidade dos Kayapó em explorar os momentos de transição nos processos de sucessão natural. Ao contrário das práticas agrícolas mais tradicionais do ocidente, desenvolvidas com base em sistemas de monoculturas, os índios trabalham com o conceito de *comunidade vegetal* no momento em que cultivam seus roçados. Dentre as espécies de vegetais cultivadas encontram-se muitas plantas lenhosas, como diferentes espécies de árvores frutíferas, o que permite um novo enfoque sobre as visões mais tradicionais acerca da composição florística de muitas regiões. Isto porque, ao plantarem as árvores que lhes são úteis nos mais diversos sentidos – e os Kayapó o fazem inclusive nas trilhas que são abertas na floresta – as comunidades indígenas alteram o processo de formação da floresta secundária. Na verdade, não seria equivocado imaginar que muitas das áreas hoje florestadas, provavelmente são o resultado de uma longa e constante alteração antrópica, processada através de dezenas de gerações pelos povos indígenas. Este remanejamento das espécies vegetais é desenvolvido muitas vezes para atender as necessidades das comunidades em épocas de deslocamento. Sem a possibilidade de carregar muitas provisões, os índios acabam transformando a floresta numa dispensa natural, construída ao longo das trilhas abertas na mata.

Durante estas longas marchas, os índios não levam provisões e utensílios, devido a seu volume e peso. Contudo, a alimentação de 150 a 200 indivíduos não pode ser deixada ao acaso. Para este efeito, são coletadas e transplantadas plantas para locais junto a trilhas e acampamentos, produzindo-se, artificialmente, “campos de florestas”. Esses nichos colocam à disposição dos caminhantes e dos que os sucedem todo o necessário à vida: alimentos, água, produtos de limpeza, óleos corporais e capilares, repelentes de insetos, folhas para trançados, material para a construção de casas e, particularmente, plantas de uso medicinal. (...) Os “campos de florestas” reproduzem, pela ação humana, as “ilhas naturais de recursos”, ou seja, áreas dispersas pela floresta onde se concentram determinadas plantas ou animais úteis²⁴⁰

A agricultura itinerante de roça e queima dos povos da floresta, também conhecida como *coivara*, ao contrário das impressões registradas por muitos cronistas e viajantes ao longo da história recente do Brasil, não é constituída por um conjunto de práticas primitivas e de pouca eficácia em termos de produtividade. Ela representa, na realidade, uma série de técnicas amplamente especializadas e adaptadas às condições ecológicas das regiões tropicais. A arqueóloga, Betty J. Meggers enumera algumas vantagens deste tipo prática agrícola, dentre elas: a manutenção da fertilidade dos solos, na medida em que a área desmatada é relativamente pequena; o consórcio de que contribui para a manutenção da diversidade biótica e conseqüentemente contribui para a reposição de nutrientes aos solos. Isto sem falar na dispersão dos roçados e nos cuidados que são tomadas no sentido de controlar as queimadas, o que implica uma menor área da floresta a ser derrubada.²⁴¹

Muitos poderiam ser os exemplos a serem enumerados sobre a engenhosidade da agricultura ameríndia, no que se refere à sua capacidade de produzir recursos com baixos níveis de impacto ambiental. As técnicas de cultivo desenvolvidas pelos povos da floresta representam na verdade um exemplo de adaptação ecológica destas culturas, que desenvolveram meios de produzir recursos de forma sustentável, ou seja, garantindo esta mesma possibilidade de produção para as futuras gerações. Contudo, estas evidências são recentes, estando as pesquisas sobre a agricultura indígena em sua fase inicial. Num sentido absolutamente oposto, no olhar dos viajantes, dos cronistas e mesmo de muitas das autoridades governamentais do Brasil imperial, estes povos eram concebidos como indolentes, primitivos e o que é pior, como um entrave ao desenvolvimento nacional. Deveriam, portanto, dar passagem ao “progresso”, o que culminou na maior parte dos casos com a aniquilação das suas bases culturais.

²³⁹ Ibid. p. 181.

²⁴⁰ Ibid. p. 177

²⁴¹ in Ribeiro, Berta G. *O Índio na Cultura Brasileira*, op. cit. p. 21.

IV.2 – Povos indígenas na região das Minas do Santa Gallo

A uma pequena légua atrás da vila encontramos, às margens do caminho, alguns miseráveis ranchos de índios. Em nenhum deles havia plantação e, passando por estas habitações, encontrei seus moradores numa inércia estúpida, mas sempre prontos a pedir esmola.²⁴²

A observação acima foi extraída dos relatos de viagem do naturalista J.J. von Tschudi, que percorreu as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo no período de 1857 a 1859. Ele se referia, naquele momento, aos índios Coroados da Aldeia da Pedra, fundada em 1808 pelo missionário capuchinho Tomás Civitta Castella²⁴³, que ficava próxima à vila de São Fidélis, na região de Cantagalo. Os comentários de Tschudi retratam muito bem a visão que predominava na sociedade brasileira do século XIX, a respeito dos povos indígenas, considerados primitivos e incapazes trabalhar nos moldes ocidentais. O naturalista alemão acostumado com áreas cultivadas de forma bastante “disciplinada”, nas quais o solo é exposto e os vegetais são geometricamente plantados, jamais poderia identificar uma roça indígena cultivada em meio à capoeira, na qual o consórcio entre as várias espécies²⁴⁴, comestíveis e medicinais, somado as técnicas de utilização de coberturas vivas²⁴⁵ do solo - o que era realizado por meio da própria sucessão natural secundária - davam a esta área um aspecto “anárquico” e completamente diferente dos campos cultivados pelos camponeses europeus.

²⁴² TSCHUDI, Johann Jakob Von. [1866], *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, op. cit. p. 33.

²⁴³ Ibid. p. 30.

²⁴⁴ Define-se como consórcio de espécies ou culturas as práticas agrícolas que têm como característica o cultivo, em uma mesma área, de diferentes espécies de plantas cujos atributos biológicos funcionam como facilitadores do desenvolvimento dos vários espécimes em seu conjunto.

²⁴⁵ A cobertura viva pode ser definida como a manutenção de parte da vegetação original que cobre os solos, nos quais são desenvolvidas plantações. O objetivo desta prática é impedir que o solo fique exposto aos raios do sol e as chuvas tropicais, o que contribui para a perda da sua fertilidade.



Festa de embriaguez dos Coroados.
Fonte: Freireyss, G. W. Viagem ao Interior do Brasil

É importante ressaltar que as descrições feitas pelos viajantes europeus sobre os povos indígenas do Rio de Janeiro, no século XIX, obedeciam aos mesmos princípios relacionados às análises destes cronistas sobre outros setores da sociedade brasileira, ou seja, trata-se do *olhar do outro* que em quase todas as situações manifesta uma visão *eurocêntrica* da realidade descrita. Por sua vez, este sentido etnocêntrico presente nas análises e descrições dos cronistas europeus assume uma particular intensidade, no momento em são relatados alguns aspectos da realidade cultural ameríndia relacionados à produção material.



Índios Puri - Fonte: A invenção do Brasil, Rugendas

Neste sentido, as práticas agrícolas dos índios são percebidas com particular estranheza pelos viajantes, que não conseguem visualizar nenhum sentido de engenhosidade ou racionalidade mais elaborada nas suas *roças*. Mais que isto, existe nestes casos um conflito de concepções que envolvem as próprias bases produtivas, uma vez que a própria visão do que pode ser considerado um campo cultivado difere radicalmente para as duas culturas. Nesta linha de raciocínio é possível afirmar que os conflitos entre colonos e índios envolviam, no século XIX, no norte da província do Rio de Janeiro, disputas que iam muito além da questão do territorial. Elas se relacionavam a técnicas de produção, que tinham como consequência a própria transformação antrópica da paisagem. A seleção das espécies cultivadas, aliada a uma maior tendência à monocultura da agricultura européia em oposição ao cultivo consorciado dos índios, tinha como resultado o desenvolvimento de *microbiomas* absolutamente diferentes. A agricultura ameríndia tinha como consequência a criação de novas áreas de florestas, enquanto as práticas de cultivo dos camponeses ocidentais formavam campos abertos. A própria classificação do índio como civilizado ou selvagem estava diretamente relacionada a maior ou menor assimilação, por parte dos grupos indígenas, dos valores da cultura ocidental²⁴⁶. Nos relatos de Tschudi, os contatos com os Puri, após deixar a Aldeia da Pedra e seguir viagem em direção a Cantagalo, funcionam como um bom exemplo deste raciocínio. Estes índios realizavam trabalhos de extração de madeira para alguns fazendeiros da região.

Na margem setentrional do Paraíba existem algumas fazendas, cujos donos se dedicam quase exclusivamente à exploração das madeiras de suas florestas. Os Puris da região são empregados no abater as árvores e transportar-lhes os toros. Estes índios, pelo menos, apresentam alguns traços de civilização, pois são capazes de tais trabalhos.²⁴⁷

²⁴⁶ FREIRE, José Ribamar Bessa. 1997, *Os viajantes e os índios do norte fluminense no século XIX*, op. cit. p.45.

²⁴⁷ TSCHUDI, Johann Jakob Von. [1866], *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, op. cit. p. 34.

Para este viajante a mesma tribo é considerada incivilizada no momento em demonstra preservar parte de suas características culturais. O conflito entre as culturas ocidental e ameríndia se torna para ele muito claro, levando-o a elaborar previsões sobre a breve expulsão dos índios daquela área. Fato que seria parcialmente consumado na maior parte da província do Rio de Janeiro, ao longo do oitocentos.

As tribos não levam, porém vida sedentária, retiram-se freqüentemente para o mato, onde vivem alimentando-se exclusivamente da caça e da pesca. Mas os hábitos adquiridos no contacto com os brancos os traz de volta às fazendas. Porém nada se faz para animar este processo de cultura e civilização dos índios. (...) Nos locais onde atualmente se abatem árvores, haverá, dentro em breve, roças e pastagens e, na medida que a cultura for penetrando a floresta, os indígenas forçosamente irão sendo forçados a se retirar. Mas tal processo de penetração se desenvolve na periferia de todas as colônias existentes, de modo lento mas contínuo, e o círculo se fecha cada vez mais, impondo ao índio o dilema inexorável, assimilação ou rendição. Não se pode avaliar, nem aproximadamente, o tempo que levará a consumação de tal fato, mas o que se pode prever com certeza é que, dentro em poucos decênios, os índios serão expulsos do território da província do Rio de Janeiro.²⁴⁸

Os conflitos entre colonos europeus e os povos ameríndios não se constituem em fatos isolados, estando presentes de modo mais ou menos intenso na província do Rio de Janeiro, durante todo o século XIX. O viajante sueco G.W. Freireyss, que percorreu algumas províncias brasileiras de 1813 a 1814, em passagem pelo Porto da Estrela na subida da serra, não descarta a possibilidade de confronto com os índios no momento em que providenciava os instrumentos necessários a sua jornada.

Igualmente são muitos os objetos que não podem ser encontrados no interior e que devem ser comprados na capital ou em outra povoação grande. Uma boa espingarda de dois canos tem sempre grande valor, ainda que só sirva para intimidar os selvagens, que, vendo sair dois tiros sem ter-se carregado de novo, imaginam que se pode atirar sempre sem carregar, o que lhes causa grande medo e no começo, antes de eu ter cativado a sua confiança, muitas vezes foi-me útil.²⁴⁹

²⁴⁸ Ibid. pg. 34.

²⁴⁹ FREYREYSS, G. W. [1815], 1982, *Viagem ao Interior do Brasil*, op. cit. p. 23.



Dança dos Puris.

Fonte: Freireyss, G. W. Viagem ao interior do Brasil

Outro viajante alemão, o também naturalista Herman Burmeister, que visitou os índios Coroados da Aldeia da Pedra em 1851, a caminho de Cantagalo, igualmente demonstrou dificuldades no que se refere ao convívio com a alteridade. Para ele, as práticas socioculturais que diferiam das européias eram consideradas sinônimos de degeneração.

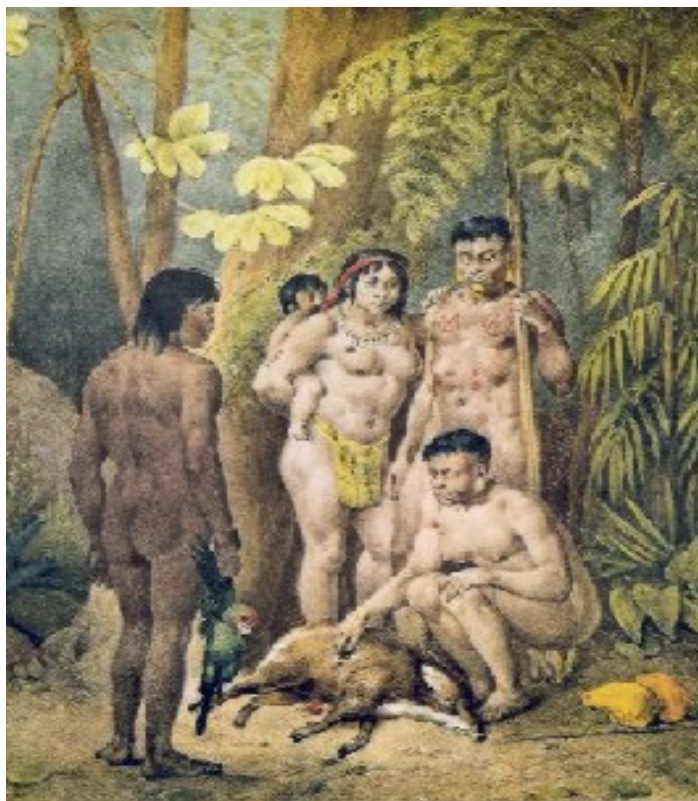
Os habitantes primitivos da América retrocedem quando outro homem se aproxima. Fogem, de fato, da sociedade, ou por não amá-la, ou por temê-la, conhecendo-lhe unicamente o seu lado prejudicial. Uma vida social e civilizada nunca encontrará terreno propício entre os índios, pois sua natureza individualista e não comunicativa repele-a. Eis o verdadeiro e mais profundo motivo do fracasso da civilização do índio americano. Ela lhe rouba a razão de ser e não é compatível com a sua concepção de vida. Os povos originários da América nunca serão verdadeiramente civilizados, mas perecerão forçosamente em consequência da civilização a que os querem adaptar.²⁵⁰

A “civilização” que Burmeister desejava ver estruturada entre os Coroados, significava a aniquilação da cultura dos mesmos. Ele próprio já mencionava alguns indícios deste processo, ao registrar que os índios da Aldeia da Pedra “não fabricavam mais suas armas, arcos e flechas e outros utensílios domésticos e servem-se na caça de espingardas comuns”²⁵¹ Ao referir-se aos índios “civilizados” que plantam mandioca, laranjeiras

²⁵⁰ BURMEISTER, Hermann. [1853], *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, op. cit. p. 168.

²⁵¹ Ibid. p. 166.

e bananeiras ao lado de suas casas, ele faz críticas ao fato destes não guardarem reservas de mantimentos. Seu olhar etnocêntrico o impede de perceber que estas reservas de mantimentos, na verdade, já se encontravam depositadas nas árvores frutíferas e nos *roçados*²⁵² espalhados no perímetro próximo à aldeia.



Família Indígena (Botocudos)
Fonte: A invenção do Brasil, Rugendas

A concepção de indiscutível superioridade de modo de vida ocidental, presente no olhar deste viajante alemão, o impedia de perceber, mesmo que criticamente, informações extremamente valiosas do ponto de vista etnográfico a respeito da cultura destes povos. Todo um vasto e rico conhecimento acerca da utilização dos recursos naturais da região, como as diversas técnicas de cultivo e associação de plantas, dietas utilizadas, produtos medicinais e de higiene, classificação de biomas e suas espécies de animais e vegetais, nada disso foi sequer registrado por ele. Ao continuar sua caminhada em direção a Cantagalo, na outra margem do rio Paraíba do Sul, ele se deparou com uma outra aldeia, desta vez de Puris. Estes índios, que realizavam trabalhos de corte e transporte de madeira para alguns fazendeiros da região, receberam-no e a seus acompanhantes com muita hospitalidade se prontificando a executar para eles danças e demonstrações de utilização de armas, como arco e flecha, no que foram retribuídos com farta distribuição de aguardente. Mesmo com toda a recepção preparada pelos Puris, a avaliação que receberam de Burmeister não foi muito diferente daquela atribuída aos Coroados.

Estes índios nunca tiveram o mais leve vestígio de civilização e nem a terão por adoção do cristianismo, pois são e sempre serão o que foram, selvagens e brutos, pelo simples motivo de não poderem compreender o valor e a necessidade da cultura, que se baseia na vida em comum de

²⁵² Posey, Darrell A. *Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó)*, in *Suma Etnológica*, op. cit p. 177.

multidões. Seu modo de pensar e de viver é essencialmente individualista. (...) Não consegui ver outra coisa nas danças e nos cantos dos Puris senão a representação individual das atividades que mais os preocupam, ou sejam, a caça e a liberdade absoluta de movimentos. Enquanto o homem anda pelo mato a procura da presa, a mulher fica em casa entregue aos afazeres domésticos, o que é representado pela vigilância contínua das mesmas sob a luz do archote.²⁵³

Considerar os índios como simplesmente diferentes era algo fora do alcance para estes europeus, que vieram ao Brasil, no século XIX, em busca de experiências exóticas que pudessem ser depois descritas. Num momento em que a Europa exportava de modo mais intenso e contundente os seus capitais, os produtos de suas indústrias, parte de sua população e também o seu modelo civilizatório considerado superior, não havia outra classificação aceitável para os povos ameríndios, que aquela que os definia como selvagens, indolentes e primitivos. O conde Adalberto da Prússia, que percorreu a província do Rio de Janeiro em 1842, também demonstrava compartilhar deste ponto de vista no momento em que entra em contato com a aldeia dos Puris, próxima a Cantagalo.

Profundamente indolentes, estas tribos do sul do Brasil não fazem outra coisa senão dormir e comer, caçar e pescar, e isto só quando a fome os obriga. Os que ainda habitam as florestas virgens colhem os frutos e procuram as raízes da floresta para comê-las assadas nas cinzas, enquanto que os que habitam as proximidades das fazendas e das aldeias já plantam alguma mandioca e bananeiras e até, como aqui, se empregam nas roças como trabalhadores.²⁵⁴

Era difícil, também para o príncipe prussiano, perceber que as *lavouras* desenvolvidas pelos índios encontravam-se meio que “camufladas” na floresta, apresentando-se em meio às clareiras que são descritas em seu relato de viagem, como pontilhando a mata.²⁵⁵ Na verdade, os *habitantes das florestas virgens* não viviam apenas da coleta, mas também cultivavam parte dos alimentos que consumiam. Entretanto, a sofisticação de suas técnicas de cultivo, no que se refere a sua adaptação aos biomas da floresta tropical, tinha como consequência não a substituição da mata por campos abertos, mas sim a transformação e o beneficiamento das áreas florestadas para o uso das comunidades indígenas. Diversas espécies de plantas e árvores frutíferas, cujos produtos eram utilizados para a alimentação e a extração de substâncias medicinais, eram difundidas pela floresta através da ação humana. Toda esta engenhosidade no manejo dos recursos naturais da região permanecia, porém, invisível ao olhar dos viajantes europeus.

²⁵³ BURMEISTER, Hermann. [1853], *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, op. cit. p. 175.

²⁵⁴ PRÍNCIPE Adalberto da Prússia [1847], 2002, *Brasil: Amazonas – Xingu*, op. cit. p. 142.

²⁵⁵ Ibid. p. 146.



Índios Coroados

Fonte: A invenção do Brasil, Rugendas

Este sentido de desmerecimento atribuído às culturas ameríndias do Brasil não esteve restrito ao século XIX, um autor consagrado e cujos trabalhos possuem importância indiscutível para a historiografia, como Fernand Braudel, para citar um exemplo, compartilha, ou ao menos compartilhava deste ponto de vista na década de 1970. Em seu trabalho *Civilização Material e Capitalismo*, Braudel faz uma interessante relação entre algumas culturas e a sua base alimentar, procurando ressaltar a importância de certos alimentos para a própria edificação destas civilizações. Neste sentido, ele se refere à escolha do milho como base da dieta alimentar para os incas e os astecas na América, do trigo para a civilização européia e do arroz para os povos do oriente. A mandioca, contudo, não mereceu um destaque especial, mesmo sendo utilizada pelos próprios colonizadores europeus como base de sua dieta alimentar, por mais de três séculos no Brasil. Para Braudel, isto se justificava na medida em que “a mandioca que só serviu de base, na América, a culturas primitivas e regularmente medíocres.”²⁵⁶

Bem distantes do *status* de mediocridade, as culturas ameríndias encontradas no Brasil desenvolveram técnicas sofisticadas de adaptação ecológica, que utilizavam de maneira eficaz e sustentável os recursos disponíveis dos diversos ecossistemas. O próprio cultivo da mandioca e a sua utilização como base da dieta alimentar, por parte da grande maioria das comunidades indígenas que habitavam regiões próximas ao litoral brasileiro, funciona como um indício desta sofisticação. O cultivo desta raiz não é tarefa simples e desprovida da necessidade de cuidados mais refinados, embora esta seja uma realidade até mesmo desejada, uma vez que para as diversas formações socioculturais a obtenção de nutrientes com baixo aporte de energia é uma meta quase generalizada. Carlos Augusto Taunay, em sua obra *Manual do Agricultor Brasileiro*, publicada em 1839, já afirmava que “a mandioca pede do agricultor mais trabalhos e suores do que qualquer outra planta”²⁵⁷, exigindo uma série de cuidados para ser consumida como alimento. Segundo ele, a mandioca constituía-se num “singular capricho da natureza, que reuniu hum violento veneno com huma substância

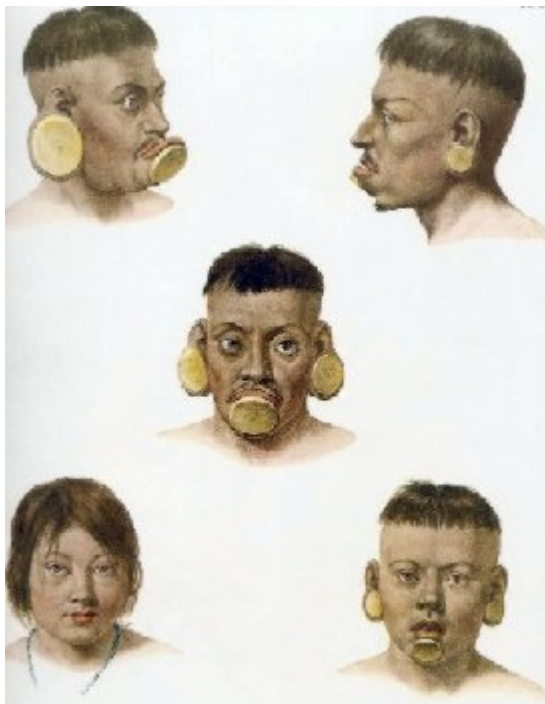
²⁵⁶ BRAUDEL, Fernand. 1970, *Civilização Material e Capitalismo, séculos XV-XVIII*, op. cit. p. 131.

²⁵⁷ TAUNAY, Carlos Augusto. 1839, *Manual do Agricultor Brasileiro*, op. cit. p. 49.

nutritiva”²⁵⁸, ou seja, seu consumo requer técnicas de beneficiamento cuidadosas, destinadas a eliminar as toxinas presentes na maior parte de suas espécies.

Ninguém ignora que as raízes da mandioca são raspadas para se lhes tirar a casca. (...) A massa obtida pela operação de ralar sujeita-se a uma pressão forte para exprimir o summo ou leite em que reside o veneno. A massa tirada da imprensa vai então para a platina de barro, encaixada em cima de uma fornalha, aonde o calor a secca e lhe dá aquelle aspecto de farinha graúda e muito branca.²⁵⁹

As visões construídas por viajantes e cronistas europeus sobre as culturas ameríndias do Brasil refletiam, na sua quase totalidade, o olhar do outro desprovido de uma análise mais apurada sobre a realidade sociocultural dos primeiros habitantes das terras brasileiras. As concepções de “primitivismo” e ausência de indícios de civilização, presentes em muitos relatos, demonstravam uma situação de choque cultural, cujas repercussões envolviam questões mais complexas que a simples alteridade. Na verdade, nesta grande arena que caracterizava a cultura brasileira no século XIX, o modo de vida dos povos ameríndios se chocava de maneira frontal com o projeto civilizador do ocidente. Estas divergências incluíam não só questões econômicas e de disputa por território, mas também envolviam formas de adaptação ecológica e de utilização dos recursos do meio ambiente. Resumindo, as relações entre os povos indígenas e o mundo ocidental poderiam ser sintetizadas através de uma única palavra: conflito. Também é notório que estes choques e divergências não se restringiram a situações ou focos isolados. O próprio Estado brasileiro dele tomava parte, legislando e agindo de maneira, geralmente, não muito favorável aos interesses dos índios.



Botocudos

Fonte: A invenção do Brasil, Rugendas

IV.3 - Índios, conflitos sociais e Estado

²⁵⁸ Ibid. p. 49.

²⁵⁹ Ibid. p. 50.

Os índios Coroados que habitavam os sertões Campos dos Goytacazes²⁶⁰ pelas margens do Parayba, dando demonstração de se quererem aldear, vinham freqüentemente à villa de São Salvador pedir um sacerdote para seu diretor até que o mestre de campo, João José de Barcello, prevendo o bom resultado que se podia colher de seu aldeamento, comunicou ao vice-rei marques do Lavradio as favoráveis propensões que patenteavam os Coroados. O marquês vice-rei não quis deixar de aproveitar-se deste ensejo para a fundação de mais uma povoação, e para *reduzi-los* mais facilmente à vida social e fazê-los perder toda a repugnância que por ventura tivessem pelos costumes civis, tão contrários aos hábitos arraigados de uma vida nômade, ordenou ao mestre de campo enviasse alguns delles à cidade do Rio de Janeiro. Contentes do agasalho que lhes deu, satisfeitos dos carinhos e desvelos que lhes prodigalizou, carregados de presentes com que os *mimoseou*, voltaram os índios engrandecendo e exagerando as qualidades e maneiras *seductoras* do marquês vice-rei, e foram levar ao conhecimento de seus irmãos a sua admiração pelas habitações que viram, pelas comodidades sociais que presenciaram e gozaram, pela ordem e policia que observaram em tão grande, vasta e populosa aldeia, como seria a capital do nosso império.²⁶¹

O trecho acima foi retirado do trabalho de Joaquim Norberto de Souza, publicado em 1854 e intitulado *Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro*. Nesta obra o autor transcreve e faz comentários sobre diversos documentos oficiais e ações judiciais que tratam da situação dos índios em terras fluminenses, referindo-se também aos Corados e Puris que habitavam áreas próximas a Cantagalo. A atenção do autor concentra-se, principalmente, nas ações do governo relacionadas aos povos indígenas, o que torna a sua obra bastante rica no que se refere à possibilidade de apreensão da natureza das relações entre o Estado e os índios no Rio de Janeiro do oitocentos.

A análise do documento acima mencionado, que trata da situação dos índios Coroados da Aldeia da Pedra, permite perceber que os princípios ideológicos, bastante difundidos no século XIX, que consideravam os povos indígenas brasileiros como inferiores, primitivos e necessitados de absorver os valores civilizatórios ocidentais para a sua redenção, também se encontravam presentes no interior do governo. A atitude das autoridades refletia uma estratégia bem clara de admitir os índios, apenas na medida em que estes abrissem mão de seus princípios culturais e aderissem às normas de comportamento do mundo ocidental, sendo que mudar a cultura significava, automaticamente, mudar também o modo de produzir e de se relacionar com o meio ambiente e seus recursos. No momento em que o vice-rei, marquês do Lavradio, segundo Souza, tenta “seduzir” os índios com presentes e a visita à corte, com o objetivo de “reduzi-los a vida social”, ele procura, na verdade, eliminar um foco de conflito representado pela presença indígena em áreas que estavam sendo ocupadas de modo mais intenso por fazendeiros, pequenos posseiros e sitiantes. Manter os índios restritos as áreas de suas aldeias e munidos de técnicas e ferramentas agrícolas ocidentais significava eliminar potenciais conflitos com os donos das fazendas e outros proprietários rurais. Isto porque na medida em suas atividades agrosilviculturais eram substituídas por outras técnicas agrícolas, a sua área de cultivo ficava restrita a um espaço menor, o que eliminava a possibilidade da invasão de terras reivindicadas por outros proprietários rurais.. Por outro lado, esta mudança na maneira de viver e produzir representava, também, a extinção do modo de vida de do saber ecológico destes habitantes da floresta.

Esta prática de incentivo à aculturação dos povos ameríndios da serra fluminense pode ser identificado em outros documentos oficiais. No Balanço das Receitas e Despesas do Império brasileiro, no ano de 1860, consta um gasto de 2:495\$000, somente no município da corte, com “catechése e civilização”²⁶² dos índios, sendo que do total de despesas 95\$000 foram gastos com o transporte de um missionário. Naquele mesmo ano o total de despesas do Império com a catequese dos povos indígenas somou 24:510\$000.

²⁶⁰ A partir de fevereiro de 1824 a Aldeia da Pedra é separada do distrito de Campos, passando à jurisdição do município de Cantagalo.

²⁶¹ Citado por SOUZA, Joaquim Norberto de Souza. 1854. *Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro*. Revista do IHGB nº 17, p. 488.

²⁶² BALANÇO da Receita e Despesa do Império no Exercício de 1860 a 1861. Estado da dívida activa e passiva, RJ, Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1865, op. cit.

É necessário ter em mente que a área da região serrana do norte fluminense, na qual Coroados, Puris e Botocudos se *refugiaram* da civilização ocidental, possuía um território menor que o necessário para abrigar um contingente populacional com estas características etnoecológicas²⁶³, conseqüentemente o surgimento de conflitos entre os grupos era comum, como se pode notar em alguns dos relatos de viagens. Hermann Burmeister, em suas narrativas, procurou dar algumas explicações sobre a ocupação do território da serra fluminense pelos diferentes grupos indígenas. Ao se referir ao processo de migração dos Puris, ele afirma:

Eles vieram do interior e os selvagens e poderosos botocudos os impeliram para o sul, obrigando os Coropós e os Coroados a retrocederem para o mar, quando estes, fugindo aos europeus, queriam retirar-se para o interior. Por isso, os Coroados e os Puris conservam-se ainda inimigos irreconciliáveis.²⁶⁴

Estas áreas florestadas da região das minas do Canta Gallo, tornaram-se verdadeiras *florestas de refugiados* para os índios que ali viviam. Expulsos pelos europeus de suas terras de origem, alguns grupos indígenas buscaram abrigo nas matas da serra fluminense, o que gerou intensas disputas e conflitos por território e recursos naturais, levando ao surgimento de forte hostilidade entre eles. Esta situação conflitante se tornaria ainda mais intensa em finais do século XVIII e início do XIX, quando colonos brancos passaram a ocupar estas terras, constituindo aí as suas fazendas e sítios. Mais que uma disputa territorial, estavam em jogo modelos civilizatórios diferentes, com formas igualmente distintas de concepção e utilização dos recursos do meio físico. Em um documento manuscrito, datado de 1797, um funcionário do Registro do Parahybuna, em carta enviada ao vice-rei, conde de Rezende, transmite de modo claro a situação de conflito existente entre índios e fazendeiros, naquele momento.

Os gentios que moram nas vizinhanças deste registro são os Coroados e os Puris, os quais são tão selvagens que não conhecem subordinação alguma: andão nus e só usam se hum pregue no tecido de fio que mal tapão as suas partes, pintão todo o corpo com uma fruta chamada orucú. Os instrumentos marciais he hum canudo de taquara groça que tem o som de huma trombeta; os instrumentos festivos não se pode saber por se não ter visto os seus festejos. As armas que usam he arco e flecha e porretes. Suposto me informam que eles plantão milho, batatas e bananas. Contudo devo dizer a V. Exa. que são huns vagabundos, pois não tem moradia certa e que desde os fundos da Serra do Vernete até a Mantiqueira trazem cruzados todos os matos, de forma que os fazendeiros que morão nesta distancia para usarem das suas plantaçoens trazem vigias armados, e não obstante isto são continuados os roubos e mortes que fazem como sucede nas fazendas da Parahiba, da Farinha, da Varge, do Rio do Peixe e São Matheus, nestas duas últimas deixaram lugares despovoados. Como passado quando sahirão junto a este Registro e matarão a mulher que dei parte a V. Exa. Fiz toda a diligência para os encontrar, e não foi pocivel pela aceleridade como se retirarão. Essa distância de huma légua rio acima encontrouce o lugar honde eles se ajuntarão para a retirada e pelo rastro que fizerão passavão de duzentos.²⁶⁵

Os conflitos entre grupos indígenas e colonos na região das Minas do Canta Gallo iria assumir formas diferentes com o passar do tempo. De um embate direto, que ocorria no início da colonização da região, em finais do século XVIII, as disputas evoluíram para um outro tipo de arena representado pela intermediação do Estado e pelas decisões judiciais, que na maior parte dos casos beneficiavam os colonos em detrimento dos índios.

Na secretaria da mesa do Tribunal do Desembargo do Paço do Império do Brasil consta a resolução de 6 de agosto de 1819, a respeito da disputa de terras pertencentes à aldeia de índios, não sendo especificado no documento se os mesmos são Puris ou Coroados. Envolvidos no litígio e reivindicando a posse sobre os

²⁶³ POSEY, Darrel A. 1987, *Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó)*, op.cit. p. 178.

²⁶⁴ BURMEISTER, Hermann. [1853], *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, op. cit. p. 174.

²⁶⁵ Informação dada em 1797 ao Conde de Rezende por João Pacheco Lourenço e Castro sobre a indústria dos índios do districto do Registro do Paraybuna, BN, manuscritos, op. cit.

terrenos estavam Dionísia Maria da Silva Sanduval, Francisco de Faria Homem, Josefa Sebastiana Barreto, José Fernandes Pereira e João de Moura Brito. A outra parte era composta pelo procurador dos índios da comarca, Manoel Felix Pereira. Sobre a matéria em questão,

informou o ouvidor da comarca do Rio de Janeiro, e respondeu o desembargador procurador da coroa. E subindo a mesma consulta à presença de S.M. Fidelíssima o Sr. Dom João VI, houve por bem resolvê-la pela maneira seguinte. A mesa manda demarcar as terras de que actualmente esta de posse a aldeia dos índios, para que mais não aconteça alienação de terras, enquanto aos prédios das propriedades vizinhas se suspenda qualquer medição, ou intimações com que fiquem litigiosos e para não serem inquietados seus donos enquanto não houver acção competente de reivindicação, e sentenças, e depois de discutido o direito de cada um. Palácio da Boa Vista, 6 de agosto de 1819.²⁶⁶

Se por um lado as autoridades tomaram providências para evitar novas invasões nas referidas terras indígenas, por outro mantiveram as propriedades daqueles já haviam feito esta mesma invasão. O modo como as culturas indígenas concebem sua produção agrícola, por meio de roçados espalhados em clareiras abertas na mata, o consórcio de culturas, a prática de não deixar os solos expostos etc... dava aos colonos a idéia de área não cultivada, o que funcionava como estímulo para a ocupação e a posterior reivindicação de posse.

Em ofício expedido no dia 28 de agosto de 1824, Jose Libânio de Souza, tenta conseguir auxílio do governo para solucionar problemas de disputas de terras envolvendo os índios Coroados da Aldeia da Pedra e colonos que mantinham suas propriedades próximas a referida aldeia. Aqui se percebe um tipo de conflito semelhante ao analisado anteriormente.

Tendo recebido a portaria de V. Ex^a de 28 de agosto do corrente anno, na qual S.M.I. mandava que eu fizesse conciliar os índios da Aldeia de São Fidélis e Pedra com os seus vizinhos, isto em virtude de um requerimento dos mesmos índios, em que se queichavão do estrago que em suas lavouras sofrião, causado pelos gados dos seus vizinhos. Mandeï logo fazer público, naquela aldeia, por hum edital para que todos os criadores de gados os tivessem debaixo de cerca ou pastor, sob pena de serem chamados a pagarem dois mil reis de condenação(...), sendo afixado o edital poucas horas durou e foi logo arrancado pelos habitantes daquele districto.(...) Hei por bem desmembrar da villa de Cantagallo a Aldeia da Pedra.²⁶⁷

²⁶⁶ SOUZA, Joaquim Norberto de. 1854. *Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro*. Revista do IHGB nº 17, p. 492.

²⁶⁷ OFÍCIO de José Libânio de Souza, ouvidor da comarca do Espírito Santo, dirigido a Clemente Ferreira França, de 30 de outubro de 1824, referindo-se à impossibilidade de cumprir as ordens referentes aos índios das Aldeias de São Fidélis e Pedras, BN, manuscritos, op. cit.



Família de Botocudos

Fonte: Freireyss, G. W. Viagem ao interior do Brasil

O desrespeito dos habitantes da região de Cantagalo com as determinações das autoridades, que visavam garantir a integridade dos índios Coroados da Aldeia da Pedra reflete de modo bem claro todo um quadro de oposição e conflito existente entre os novos ocupantes daquelas terras, herdeiros da cultura ocidental e os descendentes dos primeiros habitantes, depositários das diferentes culturas ameríndias. O que estava em jogo, na realidade, não era a simples posse do território, mas também a imposição do seu significado. Para os índios a floresta era o habitat, que criava hábitos e definia sentidos existenciais, que influenciava e era influenciado por suas culturas²⁶⁸. Era também “o campo” de onde estes povos retiravam os alimentos e os remédios. Já para os colonos brancos a selva era um obstáculo a ser superado, um entrave no caminho da civilização, ou mais precisamente do seu modelo civilizatório.

CONCLUSÃO

A diminuição das florestas já produziu efeitos sérios no clima; secas longas e destrutivas já não são raras, e em consequência dessa destruição os terrenos baixos estão expostos aos ventos violentos que vêm das montanhas. (...) Em outras [áreas], porém, a destruição das matas é tão completa que na

²⁶⁸ LEFF, Enrique. 2001, *Saber Ambiental – Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*, op. cit. p. 283.

opinião de muitos o solo não é capaz de produzir madeira, e sendo ele em geral de nenhum préstimo para a agricultura.²⁶⁹

A reconstituição da história da região das *Minas do Santa Gallo*, com a inclusão de variantes ambientais, além de trazer as questões ecológicas para o âmbito da historiografia, permite verificar como o esgotamento dos recursos do meio físico pôde acarretar sérios prejuízos ao desenvolvimento de algumas sociedades. No caso da região delimitada como objeto deste estudo, o desgaste dos solos e a destruição da cobertura florestal, podem ser apontados como fatores que contribuíram para levar as comunidades locais, num curto espaço de tempo, da opulência à ruína. Perceber a sociedade humana como parte integrante do grande conjunto representado pela biosfera, contribui de forma relevante para o enriquecimento de debate socioambiental e para a adoção de políticas de desenvolvimento ecologicamente sustentáveis. Neste sentido as experiências de outras sociedades, nas quais a problemática ambiental funcionou como um limite ao desenvolvimento, funcionam como estímulos a adoção de uma maior seriedade no trato com as questões ligadas ao meio ambiente.

No caso da região das *Minas do Santa Gallo*, as três diferentes ondas de migração que deram início à ocupação desta área, marcadas pelo garimpo de ouro, pela ação de pequenos e médios posseiros e pela grande lavoura cafeeira representaram também movimentos de crescente alteração antrópica da paisagem e de impacto sobre o meio físico. Os princípios que nortearam esta ação colonizadora que concebia a cobertura florestal como um obstáculo a ser removido, tinham suas raízes na própria tradição agrícola da Europa, para a qual as áreas cultivadas deveriam constituir-se de campos abertos com solos “limpos”, o que era feito tanto nas grandes fazendas, quanto nos terrenos ocupados por pequenos posseiros.²⁷⁰ Em decorrência desta tradição, uma das hipóteses levantadas no início da pesquisa, que apontava para um sentido de maior sustentabilidade ambiental nas relações com a terra, estabelecidas pelos pequenos e médios agricultores da região de Cantagalo, demonstrou não se comprovar. Na verdade, as práticas agrícolas destes pequenos posseiros livres e pobres assemelhavam-se em termos agronômicos, aquelas desenvolvidas pelos grandes fazendeiros, com a diferença de que eram implementadas em áreas menores. Esta *oposição* entre agricultura e floresta foi uma marca do processo colonizador ocidental desenvolvido na região das *Minas do Santa Gallo*, o que contrastava com as práticas agrosilviculturais desenvolvidas pelos povos ameríndios que ainda habitavam aquela área, em meados do século XIX.

As alterações antrópicas promovidas pela cultura ocidental, no Vale do Paraíba do século XIX, tiveram como uma de suas principais consequências a degradação dos solos da região. A introdução da pecuária extensiva nas antigas regiões onde se plantava café acabaria por aumentar a intensidade do desgaste dos solos, cuja estrutura biológica e a fertilidade encontravam-se já bastante comprometidas com a retirada da floresta²⁷¹. O resultado destas ações seria o surgimento de voçorocas e outras formas de erosão, que trariam à paisagem local um aspecto de intensa e evidente degradação.

A floresta pluvial, que cobriu o Médio Vale do rio Paraíba do Sul durante praticamente todo o Holoceno, desenvolveu solos férteis com espessos horizontes orgânicos, porém estes “solos holocênicos” não mais existem, devido ao desmatamento e a práticas agrícolas predatórias que acarretaram na exaustão dos solos. Atualmente, o cenário ambiental do Médio Vale do rio Paraíba do Sul caracteriza-se por extensas áreas de pastagens com manchas isoladas de capoeiras, no qual os processos erosivos mantêm-se evidentes por meio de voçoramentos.²⁷²

A herança deixada pela grande lavoura cafeeira e por outras formas de utilização não sustentáveis dos recursos naturais da região de Cantagalo, no século XIX, foi um quadro de degradação e esgotamento de seus biomas. As florestas primárias de Mata Atlântica, com sua imensa biodiversidade, foram queimadas para

²⁶⁹ AZEVEDO, Luiz Corrêa de. *Da cultura do café*, op.cit. p.218 e 219.

²⁷⁰ MENDRAS, Henri. 1978, *Sociedades Camponesas*, op. cit.

²⁷¹ ERTHAL, Clélio. 1992, *Cantagalo: da Miragem do Ouro ao Explendor do Café*, op. cit.

²⁷² DANTAS, Marcelo Eduardo & COELHO NETO, Ana Luiza. 1996, *Resultantes Geo- Hidroecológicas do Ciclo Cafeeiro (1780-1880) no Médio Vale do Rio Paraíba do Sul: uma Análise Quali-Quantitativa*. op. cit. p. 3.

dar lugar aos cafezais e depois aos pastos, sem que fossem desenvolvidos esforços para que estes recursos pudessem ser aproveitados pelas gerações futuras. Esta cultura esgotadora²⁷³ desenvolvida pelas diferentes ondas de colonização que estabeleceram suas raízes na região dos sertões do Macacú, além da degradação do meio físico, também alterou o regime de chuvas daquela área, alterando a sua regularidade e gerando períodos de seca, cuja duração levava até oito meses.

Em síntese, pode-se dizer que num período de 30 a 40 anos, o café mudou irreversivelmente um regime hidrológico típico de uma floresta tropical pluvial para o de uma savana. (...) A Mata Atlântica mantinha uma baixa amplitude térmica anual na região, que tendia a homogeneizar o impacto dos sistemas frontais o ano inteiro e promovia um clima sempre úmido, sem secas, exceto o denominado verânico que durava 15 dias no mês de julho. A isto associa-se as chuvas convectivas produzidas pela evapotranspiração da floresta pluvial, que apesar de sua atuação local, contribuía para uma melhor distribuição anual das chuvas na região.²⁷⁴

Já que uma das muitas funções da cobertura florestal é a de amortecimento e distribuição das águas das chuvas, quando a floresta é retirada o fluxo de escoamento da água é aumentado, favorecendo os processos de erosão. Conseqüentemente, as práticas agronômicas implementadas na região de Cantagalo ao longo do século XIX, iriam alterar de modo bastante intenso o seu ciclo hidrológico.

Refletindo sobre a idéia de sustentabilidade ambiental

Num sentido mais geral, o princípio de sustentabilidade seria por definição a capacidade de um sistema de suprir as necessidades básicas das gerações atuais, sem comprometer o suprimento das mesmas para as gerações futuras.²⁷⁵ Por esta definição, a maior parte dos sistemas produtivos existentes hoje pode ser considerada insustentável, na medida em que fazem uso de recursos naturais limitados, num ritmo e intensidade que impedem a sua reposição ou manutenção.

Para equacionar este problema, torna-se necessário desfazer alguns paradigmas e mesmo mudar alguns enfoques, através dos quais se insiste em pensar a sociedade humana como que “flutuando” acima do planeta e dos seus ecossistemas.²⁷⁶ É como se a humanidade, com todo o peso que exerce hoje sobre a biosfera, pudesse se apropriar dos recursos naturais de forma despreocupada, como faziam há alguns milênios os indivíduos das antigas sociedades de caçadores e coletores. Aliás, é um tipo de coleta quando são lançadas imensas redes aos mares para pescar, o que é feito com barcos monitorados por satélites e que rastreiam os cardumes por meio de sonares. Ações da mesma natureza podem ser identificadas na extração de madeira de florestas de forma desmedida e predatória, sem nenhum cuidado com práticas de manejo que permitam a recuperação ou manutenção do povoamento florístico e zoológico das matas. A intervenção antrópica sobre a natureza, quando feita deste modo, leva a um inevitável estado de redução e esgotamento dos recursos naturais.²⁷⁷

²⁷³ PÁDUA, José Augusto. 1998, *Cultura Esgotadora: Agricultura e Destruição Ambiental nas Últimas Décadas do Brasil Império*, op. cit.

²⁷⁴ DANTAS, Marcelo Eduardo & COELHO NETO, Ana Luiza. 1996, *Resultantes Geo-Hidroecológicas do Ciclo Cafeeiro (1780-1880) no Médio Vale do Rio Paraíba do Sul: uma Análise Quali-Quantitativa*. op. cit. p. 7.

²⁷⁵ WEID, J.M. 1997, *Fome em Meio à Abundância*, op. cit.

²⁷⁶ PÁDUA, José Augusto. 2000, *Produção, Consumo e Sustentabilidade: O Brasil no contexto Mundial*. op. cit.

²⁷⁷ WEID, J.M. 1997, *Fome em Meio à Abundância*, op. cit.

O descuido com o meio físico e o uso perdulário dos recursos da natureza não são uma exclusividade do momento atual da história humana, como pôde ser demonstrado ao longo deste trabalho. Não se pode atribuir um peso menor às relações da sociedade humana com o meio físico, uma vez que os projetos de crescimento econômico devem incluir em seu conteúdo a preocupação com a disponibilidade e os mecanismos de reposição dos recursos naturais. As experiências de outras sociedades demonstram que o desenvolvimento econômico com degradação ambiental implica num tipo de progresso momentâneo cujo “prazo de validade” persiste por poucas décadas. Sem dúvidas, a sustentação do crescimento da economia depende da preservação do capital natural, uma vez que, em caso contrário, os recursos naturais utilizados no atual processo de desenvolvimento não estarão mais disponíveis em uma futura estratégia desenvolvimentista.

A conservação da natureza talvez seja uma pré-condição do crescimento econômico, já que o consumo futuro depende em grande medida do estoque de capital natural. A conservação é, sem nenhuma dúvida, uma pré-condição do Desenvolvimento Sustentável, unindo o conceito ecológico de capacidade de sustento com os conceitos econômicos de crescimento e desenvolvimento.²⁷⁸

Não apenas as atividades extrativas e de coleta envolvem riscos ao equilíbrio dos diferentes ecossistemas. Isto também ocorre com a agricultura, por meio das práticas de monoculturas. Nestes casos a antiga diversidade natural do ecossistema é substituída pelo domínio de uma única espécie de planta, o que torna o ambiente uniforme e muito mais vulnerável ao ataques de pragas e a adversidades climáticas. A chamada “Revolução Verde” difundida em muitos países por volta da década de 1970 retrata bem esta situação.

O modelo tecnológico difundido dirigiu-se, sobretudo, para as culturas de exportação ou de consumo industrial e provocou uma intensificação exacerbada da tendência à monocultura. A mecanização exigia essa “racionalização” do uso do espaço agrícola e teve um duplo efeito: substituir mão-de-obra e substituir culturas alimentares (Weid, 1997: 24).²⁷⁹

Os custos destes sistemas de produção baseados em pesados *inputs* energéticos externos são bastante altos, principalmente se forem utilizados nesta contabilidade a comparação entre as calorias produzidas e aquelas gastas no processo produtivo. Levando-se em conta a queima de combustíveis fósseis e o uso de tratores e máquinas pesadas, o déficit energético se torna ainda maior. Outro aspecto importante das práticas de monocultura em grandes propriedades refere-se aos elevados índices de perdas de solos provocadas por este tipo de agricultura. Segundo estimativas, no estado do Paraná nas culturas de soja e trigo, em sistemas mecanizados, gera uma perda média de 144 toneladas de solos por ha/ano quando os valores aceitáveis estão entre 3 e 12 toneladas por ha/ano.²⁸⁰ Por sua vez, este desgaste dos solos tem como consequência uma crescente exigência no uso de fertilizantes químicos, os quais são empregados como forma de tentar restituir nutrientes e garantir a viabilidade dos terrenos para novas culturas, aumentando ainda mais o caráter insustentável destas formas de cultivo.

Algumas práticas de manejo sustentável em áreas de Mata Atlântica

Como definido anteriormente, um sistema pode ser considerado sustentável na medida em que seja capaz de suprir as necessidades básicas das gerações atuais, sem comprometer esta mesma capacidade de suprimento para as gerações futuras. Alguns sistemas silviculturais para florestas tropicais podem conter estas

²⁷⁸ ALIER, Joan Martinez. 1995, *De la Economía Ecológica al Ecologismo Popular*. op. cit.p. 102.

²⁷⁹ WEID, J.M. 1997, *Fome em Meio à Abundância*, op. cit., p. 24.

²⁸⁰ Ibid.

características, possuindo formas de manejo que podem ser enquadradas naquilo que definiríamos como um conceito de rendimento sustentado para extração de recursos florestais.

Ao lidar com a floresta é muito importante se levar em conta as tradições sociais, culturais e econômicas das populações e sociedades presentes em seu território. O papel que as matas desempenham nas vidas dos diferentes povos possui muitas distinções, as quais variam em função do espaço geográfico e do momento histórico. Mesmo a idéia, um tanto comum, de encarar a floresta como um “bem econômico”, ou seja, como uma importante fonte de fornecimento de recursos naturais, como madeiras e outros produtos silvestres, não é algo que possa ser generalizado de forma absoluta. Para os colonizadores que se embrenharam pelo interior da província do Rio de Janeiro no início do século XIX, por exemplo, ela era considerada um obstáculo à civilização.²⁸¹

De qualquer modo, as práticas silviculturais ou o manejo de florestas compreende uma espécie de “semidomesticação” deste espaço, o que significa a colocação em prática de um conjunto de medidas destinadas à elevação da produtividade econômica da área florestada. Neste sentido na fase inicial do manejo florestal verifica-se uma mudança, mais ou menos intensa, das características do povoamento florístico original da região, chegando mesmo em alguns casos, a se dar a sua substituição por completo. As principais práticas silviculturais dividem-se entre *sistemas de transformação e substituição*.²⁸²

O *sistema de transformação* consiste na conversão gradual da floresta com relação a sua composição florística, para um tipo de povoamento que possua um maior valor econômico. Esta prática que também possui subdivisões, que podem ser desenvolvidas através de um *sistema de melhoramentos*, quando é realizado um tipo de “abate de beneficiamento”, no qual divide-se a floresta em blocos onde são feitas intervenções regulares para retirada de trepadeiras e lianas e para a remoção de espécies arbóreas indesejadas, favorecendo as espécies consideradas nobres. A transformação da mata também pode ser realizada através de *sistemas de enriquecimento*, que consiste no plantio em linhas de espécies de maior valor comercial. Este plantio é realizado em faixas paralelas abertas a uma distância que varia entre 10 e 25m entre si e que são periodicamente controladas e limpas.²⁸³ São diversas as variantes deste método, sendo que aquele que será analisado, embora de forma sintética, é o *Método Tropical de Regeneração sob Cobertura – MTC*.

Os *sistemas de substituição* representam práticas silviculturais nas quais povoamentos florísticos de amplas superfícies são substituídos por outros artificiais. Em muitos destes métodos, como naquele conhecido como *Taungya*, dá-se uma mistura ou consórcio entre plantas silvestres lenhosas e outras mais freqüentemente cultivadas nos sistemas agrícolas convencionais. Para que os métodos de manejo florestal mantenham-se numa perspectiva de sustentabilidade, são necessários cuidados com a manutenção da diversidade da área a ser trabalhada. O grau ou nível de alteração permitido dependerá diretamente da sensibilidade e vulnerabilidade do ecossistema da região manejada. Em se tratando de florestas higrófilas pluviais²⁸⁴, geralmente possuidoras de solos pobres, é imprescindível que sejam mantidas taxas elevadas de diversidade de espécies, o que é essencial para a integridade do sistema de ciclagem de nutrientes. Este mecanismo é peça fundamental para a preservação do equilíbrio ecológico do sítio.

Em todas as cogitações a respeito será necessário ter sempre presente que os bioelementos estão armazenados na fitomassa e não, como sucede nas latitudes moderadas, nos solos. Uma homogeneização demasiado drástica pode, por esta razão, conduzir, a longo prazo, a perturbações no abastecimento de nutrientes de povoamentos domesticados.²⁸⁵

²⁸¹ LAMEGO, Alberto Ribeiro. 1950, *O Homem e a Serra*, op. cit.

²⁸² LAMPRECHT, Hans. 1990, *Silvicultura nos Trópicos. Ecossistemas florestais e respectivas espécies arbóreas – Possibilidades e métodos de aproveitamento sustentado*. op. cit.

²⁸³ Ibid.

²⁸⁴ Florestas higrófilas são aquelas cuja vegetação se desenvolve em áreas úmidas, que se tornam assim em função dos elevados índices pluviométricos. A cobertura florestal conhecida como Mata Atlântica é composta na sua maior parte de florestas perenifólias latifoliadas higrófilas.

²⁸⁵ Ibid.

Método Tropical de Regeneração sob Cobertura – MTC (sistema de transformação).

Este método consiste na formação de uma determinada composição florística com base em regeneração através de indução ou intervenção antrópica. Desenvolvido na Nigéria a partir de 1944, trata-se de um método de regeneração sob cobertura, em área delimitada de aproximadamente 250 ha. Após a limitação do território na mata são feitas intervenções periódicas, geralmente com o intervalo de um ano, quando se eliminam plantas herbáceas de grandes dimensões e árvores não desejadas de copas largas com DAP inferior a 5cm.

Estas ações objetivam facilitar o crescimento de espécies desejáveis em função de seu valor monetário, que em condições naturais obteriam um desenvolvimento limitado ou demasiadamente lento. *Grosso modo*, a estratégia de *melhoramento* do espaço se dá através da eliminação ou da diminuição da concorrência oferecida por outras espécies. Assim se procede a um favorecimento de algumas árvores que são colocadas em condições privilegiadas para obtenção de luz e nutrientes. As outras, consideradas indesejadas e que estejam competindo com as primeiras, são eliminadas por envenenamento. A opção em envenenar as árvores ao invés de cortá-las visa minimizar os impactos causados com a sua queda, quando muitas outras são sacrificadas. Na verdade não há a necessidade de se cortar a árvore na medida em que o objetivo é apenas a eliminação de sua copa, para facilitar a entrada de luz.

Também são feitas periodicamente intervenções para limpeza com o objetivo de eliminar plantas pioneiras herbáceas, de modo a favorecer a regeneração daquelas consideradas de maior valor. A partir do sexto ano, dependendo da intensidade da regeneração inicia-se a exploração das espécies de valor comercial. O objetivo é a formação de uma floresta alta bioestratificada, na qual as espécies pioneiras de rápido crescimento constituem o estrato superior, em conjunto com as remanescentes do povoamento pré-existente. A exploração mais intensa deve se efetuar na idade de 30 anos para as espécies primárias que até agora constituíam os estratos médios e inferiores e que em seguida deverão tornar-se dominantes. O tempo de exploração previsto para a área é de 60 anos.²⁸⁶

O Método Taungya (sistema de substituição).

O Método Taungya pode ser considerado um tipo de cultura agroflorestal ou agrosilvicultural com grande potencial de aplicação em florestas tropicais. Ele consiste na substituição total ou parcial da antiga cobertura florestal original, para a introdução de sistemas agrícolas tradicionais consorciados com plantas lenhosas com valor comercial muitas vezes remanescentes da própria floresta.

Ao retirar-se a cobertura florestal inicia-se o desenvolvimento de algumas culturas tradicionais como milho, arroz ou feijão que são plantados próximos a algumas mudas de árvores que desempenham uma função de sombreamento para as primeiras. Após algumas colheitas, o que ocorre geralmente entre um e dois anos, a área selecionada, em função do aumento da quantidade de sombra, torna-se imprópria para a maior parte das culturas, passando a ser explorada através do seu potencial silvicultural. Esta forma de manejo agroflorestal apresenta-se como uma alternativa oportuna, para uma perspectiva de valorização e manejo sustentável do espaço da floresta, hoje considerado como um grande reservatório de biodiversidade, além de exercer funções de regulação do clima e preservação de fontes de água potável. O método taungya possui a capacidade de diminuir a destruição em larga escala de florestas nativas, o que ocorre com a maior parte das atividades econômicas desenvolvidas em áreas rurais. Como decorrência das práticas de manejo, podem ser constatadas

²⁸⁶ LAMPRECHT, Hans. 1990, *Silvicultura nos Trópicos. Ecossistemas florestais e respectivas espécies arbóreas – Possibilidades e métodos de aproveitamento sustentado*. op. cit.

possibilidades de melhoria das condições de vida das populações tradicionais que vivem próximas às áreas de florestas.

As mesmas razões que favorecem a elevada produtividade biológica natural dos ecossistemas de floresta tropical conspiram contra a produtividade das monoculturas: excesso de calor, excesso de água e falta de uma interrupção sazonal do crescimento vegetal, fatores que favorecem a erosão, a lixiviação de nutrientes e as “pestes”, entre outras coisas. Esses problemas só podem ser superados com a aplicação sistemática de fertilizantes e defensivos de origem fóssil ou fabricados pela moderna indústria química.²⁸⁷

O método taungya pode ser cogitado como uma forma eficiente de conciliar práticas sustentáveis com a necessidade de aumento de renda e melhoria das condições de vida de populações residentes em áreas florestadas ou indicadas para reflorestamento, como é o caso de algumas áreas degradadas, por exemplo.

Existem muitas variantes para os métodos de manejo agroflorestal. Muitas árvores ou arbustos como a palmeira dendê (*Elaeis guineensis*), a seringueira (*Hevea brasiliensis*), o cacau (*Theobroma cacao*), o café (*Coffea rubusta*) e grande número de árvores frutíferas como as integrantes dos sistemas florestais amazônicos podem ser integradas com diversos outros cultivos de plantas perenes e semiperenes.²⁸⁸

O consórcio de cacau com mandioca, inhame e banana e, mais tarde, com palmeiras, coqueiros ou diversas árvores que dão madeira boa para construção ou combustível; o consórcio de seringueiras plantadas em alamedas nas quais se plantam arroz, feijão, batata-doce e amendoim e, mais tarde, árvores e arbustos tolerantes ao sombreamento, como café, cacau e pimenta-do-reino; o sistema silvipastoril, combinando capins e árvores de madeira útil plantadas esparsamente.²⁸⁹

Mesmo com muitos pontos positivos, permanecem alguns importantes desafios a serem superados para a implantação de métodos sustentáveis de manejo agrosilvicultural. Eles exigem uso intensivo de mão de obra e um novo tipo de conhecimento técnico, que aumentaria seu custo para grandes propriedades. Por outro lado, a “limpeza” dos terrenos com queimadas e roçados, acaba por expor os solos às águas das chuvas e as radiações solares, prejudicando a sua estrutura biótica. Embora diversificando as espécies de plantas em relação às monoculturas, as áreas trabalhadas com o método *taungya* são menos heterogêneas que o povoamento florestal original, aumentando a incidência de pragas nas plantações. Contudo, mesmo com todas estas dificuldades, o manejo agroflorestal possui uma enorme possibilidade de se transformar num instrumento eficiente para o estabelecimento de práticas florestais sustentáveis. Principalmente para utilização em pequenas e médias propriedades, submetidas a um uso mais intensivo de mão-de-obra em suas plantações.

²⁸⁷ DRUMMOND, José Augusto. 1998, *O Manejo Agroflorestal Científico como um Uso Alternativo de Recursos Naturais na Amazônia Brasileira*, op. cit. p. 120.

²⁸⁸ Ibid. p. 125.

²⁸⁹ Ibid. p. 126.

FONTES

Fontes Manuscritas

Arquivo Judiciário do Rio de Janeiro

Processo de Embargo, 1849. Autor: Comendador Manoel Pereira de Souza.

Réu: Pedro Pic.

Processo de Embargo, 1850. Autor: Cláudio Friaux.

Réu: Antonio d'Azevedo Porto.

Processo de Embargo, 1850. Autor: João Gomes da Silva.

Réu: Francisco Rosa d'Almeida.

Translado de Ação de Embargo, 1865. Autor: João da Costa Soares e mulher.

Réu: Antonio Ignácio Lengruber e mulher.

Processo de Embargo, 1862. Autor: João Raulindo dos Santos.

Réu: José Vieira de Carvalho (major).

Inventário Post-Mortem, 1869. Inventariante: Maria Alexandrina da Costa Guimarães.

Inventariado: José Joaquim da Costa Guimarães.

Inventário Post-Mortem, 1850. Inventariante: José Alves da Silva.

Inventariado: Carlota Florentina da Silva.

Inventário Post-Mortem, 1852. Inventariante: Joaquina Amélia Pontes.

Inventariado: Manoel Antonio de Azevedo.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Registro Paroquial de Terras, 1855. Autor: José da Costa Carneiro.
Registro Paroquial de Terras, 1855. Autor: João de Lima Botelho.
Registro Paroquial de Terras, 1855. Autor: Cláudio Guilherme.
Registro Paroquial de Terras, 1856. Autor: Luis Gomes Cruz.
Registro Paroquial de Terras, 1854. Autor: João Francisco Rodrigues.
Registro Paroquial de Terras, 1856. Autor: Joaquim da Silva Vieira.

Biblioteca Nacional

CASTRO, Martinho de Melo. 1781, *Ofício de Martinho de Melo e Castro, dirigido a Luiz de Vasconcelos e Souza sobre “Vice-Reinado, correspondência com a Côrte sobre a cultura do anil, da cachonilha, urucú e mineração nas cachoeiras do Rio Macacú em 25 de agosto de 1781.* FBN - Manuscrito, Referência: I, 28, 28, 6 nº 1

1785, *Ofício de Martinho de Melo e Castro a Luiz da Cunha Menezes, governador de Minas Gerais, sobre a entrada dos contrabandistas e extraviadores, tendo como capitão Manoel Henrique (Mão de Luva) no Sertão de Macacú para a extração de ouro..., em 10 de janeiro de 1785,* Fundação Biblioteca Nacional, Manuscrito, referência: I, 28, 28, 9.

1787, *Ofício de Martinho de Mello e Castro dando conta individual de tudo quanto se tem passado a respeito do novo descobrimento de Macacú depois da chegada a esta capital do réus do ouro, ali apreendidos pela tropa de Minas Gerais... , 16 de janeiro de 1787,* Fundação Biblioteca Nacional, Manuscrito, referência: I, 28, 28, 4.

COIMBRA, Manoel Soares. 1786, *Carta de 02 de junho de 1786 escrita do Registro da Fazenda do Cônego.* In Cartas, correspondência e documentos relativos as novas minas de Macacú do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral, Manoel Pinto da Cunha e Souza, 1786-1790. Manuscrito, Fundação Biblioteca Nacional - 9, 3, 18.

INFORMAÇÃO dada em 1797 ao Conde de Rezende por João Pacheco e Castro sobre a indústria dos índios do districto do Registro do Parahybuna do Rio de Janeiro, referência: 7,4,45.

LIVRO DE NOTAS do 2º Tabelião de Cantagalo 09 de agosto de 1847. Fundação Biblioteca Nacional - Manuscrito, Referência: 18, 4, 26.

OFÍCIO de José Libânio de Souza, ouvidor da comarca do Espírito Santo, dirigido a Clemente Ferreira França, de 30 de outubro de 1824, referindo-se à impossibilidade de cumprir as ordens referentes aos índios das Aldeias de São Fidélis e Pedras, desmembradas da comarca de Campos, ref. : II, 34, 17, 5.

OFÍCIO dos moradores de Cantagalo discutindo problemas relativos à posse de terras, ref.: II, 24,18,22.

OFÍCIO assinado por Francisco Gonçalves Lima, em seu próprio nome e no de Manoel de São José, Joaquim Álvares Moreira e José dos Santos Lima, de 1828, a respeito de vestígios de ouro que descobriram em Cantagalo e das condições que sugerem como garantia para que patrocinem explorações, ref.: II, 34, 18,6.

SOUZA, D. Luiz de Vasconcelos e. 1781, “*Ofícios de Luiz de Vasconcelos e Souza dirigido a Martinho de Mello e Castro, dando providências contra os extraviadores das minas de ouro nas Cachoeiras do Rio Macacú, que se espalhavam pelos sertões, a fim de se apossarem do ouro, 25 de agosto de 1781*”. Fundação Biblioteca Nacional, Manuscrito, I, 28, 32, 47 nº 1 e 3.

1786, *Ofícios Luiz de Vasconcelos e Souza a Martinho de Mello e Castro, dando providências contra os extraviadores das Minas de Ouro nas Cachoeiras do Rio Macacú em 14 de setembro de 1786.* Fundação Biblioteca Nacional, Manuscritos, referência I, 28, 32, 47 nº 1 e 3._

SOUZA, Manuel Pinto da Cunha e. 1787, *Cartas, correspondências e documentos relativos as Novas Minas de Macacú do Rio de Janeiro, de que era Superintendente Geral* Manuel Pinto da Cunha e Souza, 1786-1790, Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional, Manuscritos, referência: 9,3,18.

Instituto de Estudos Brasileiros / USP

MALHA, Francisco Duarte. 1806, *Ofício a D. Marcos Noronha e Brito, Conde dos Arcos, dando informações sobre as Minas de Cantagalo, situadas a nordeste da cidade do Rio de Janeiro, em 07 de outubro de 1806*, Instituto de Estudos Brasileiros - IEB / USP, referência 29.1, A8.

Fontes Impressas

Imprensa

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Laemert, 1850 a 1882. Município de Cantagalo.

ALMANAK Agrícola Fluminense, Publicado pelo Centro Agrícola de Vargem Alegre, Rio de Janeiro, Typographia Jerônimo Silva e c. , 1897.

JORNAL do Agricultor de 29 de março de 1884, IHGB.

JORNAL do Comércio de 05 dezembro de 1937. TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. 1937, *O Príncipe Adalberto de Hohenzollern na Província do Rio de Janeiro (1842)*, FBN – Periódicos, referência PR-SPR 1(550).

JORNAL O Voto Livre, órgão liberal, Typographia e redação Largo da Matriz, redator: Dr. José Bento Viana de Barcellos.

O JORNAL 15 outubro de 1927. Oliveira Vianna, 1ª seção.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XII, pg.518. Notícias e Reflexões sobre as Minas de Cantagalo escritas no fim do anno de 1805 por... In.

REVISTA Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artístico. SILVA, Manoel Antônio. *A Reforma Agrícola*. 1869.

REVISTA Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, março de 1874, Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artístico. *Noticiário Agrícola - Aos Srs. Fazendeiros*, 1874.

_____, junho de 1874, Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artístico. *O Café na Venezuela e Cultura do Café*. 1874 [B].

_____, junho de 1876, Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artístico.

SOUZA, D. Luiz de Vasconcelos e. 1789, *Ofício do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza sobre as Novas Minas dos Serões do Macacú*, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, abril de 1842, Tomo IV, páginas 25 a 30.

Relatórios

BALANÇO da Receita e Despesa do Império no Exercício de 1860 a 1861. Estado da dívida activa e passiva, RJ, Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1865, IHGB.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. 1836, Falla com que o Presidente da Província do Rio de Janeiro abriu a Primeira Sessão da Primeira Legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, Typ. do Amaral e Irmão, Rio de Janeiro, 1850.

RELATÓRIO apresentado a Assembléia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima-Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commércio e Obras Públicas, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque em 1869. In Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, Typographia Universal de E. e H. Laemmert, 1870.

RELATÓRIO apresentado a Assembléia Geral Legislativa pelo ministro e secretario de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Domiciano Leite Ribeiro, Rio de Janeiro, Typ. Paula Brito, 1864.

Legislação

Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1854.* Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1854.
Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854. idem

Viajantes e Cronistas

AGASSIZ, Luís. [1869], 2000, *Viagem ao Brasil*, Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros, Conselho Editorial do Senado Federal, Brasília.

AGUIAR, João Joaquim Ferreira de (sacerdote). 1836, *Pequena Memória sobre a Plantação, Cultura e Colheita do Café*, Imprensa Americana I. P. da Costa, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.

AZEVEDO, Luiz Corrêa de. 1877, *A Poda e o Arado na Lavoura do Café no Município de Cantagalo*. In : O Auxiliador da Indústria Nacional, nº 9, Fundação Biblioteca Nacional - Obras Raras, referência: PR, SOR,100.

_____. [1878], *Da cultura do café*. In: Werneck, Francisco Peixoto de Lacerda (Barão de Paty do Aferes), *Memória sobre a Fundação e Custeio de uma Fazenda de Café na Província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 1985.

BUNBURY, Charles James Fox, *Viagem de um Naturalista Inglês ao Rio de Janeiro e Minas Geraes (1833-1835)*, Anais da Biblioteca Nacional 1940, Ed. Itatiaia, EDUSP, Belo Horizonte, 1981.

BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo Cesar. 1860, *Monographia do Cafeeiro e do Café*, Rio de Janeiro, Typ. N. L. Vianna e Filhos. Fundação Biblioteca Nacional.

BURMEISTER, Hermann. [1853], *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Geraes*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1952. Fundação Biblioteca Nacional, 918.1, B 962, R 7.

CONGRESSO AGRÍCOLA [1878], 1988. *Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro em 1878*. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

CUNHA, Agostinho Rodrigues. 1844, *Arte da Cultura e Preparação do Café*, Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert. Fundação Biblioteca Nacional, Obras Raras, referência: 72, 1, 40.

FREYREYSS, G. W. [1815], 1982, *Viagem ao Interior do Brasil*, Ed. Itatiaia Ltda, Belo Horizonte.

GARDNER, George. [1842], *Viagens no Brasil, Principalmente nas províncias do Norte e nos Distritos do Ouro e do Diamante durante os anos de 1836-1841*, São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1942. IHGB, BRA, V, 223.

MARCONDES, José Pedro de Araújo. 1896, *O café esforço monográfico sobre sua origem, cultura, usos dietéticos, etc....*, Typ. King, São Paulo. Fundação Biblioteca Nacional.

MAWE, John. [1812], *Viagens ao Interior do Brasil*, Editora Itatiaia Ltda, EDUSP, São Paulo, 1978.

MARC, Alfred. *Lê Brésil, excursion à travers ses 20 provinces*, Paris, Journal Le Brésil, 1890, Fundação Biblioteca Nacional.

PRÍNCIPE Adalberto da Prússia [1847], 2002, *Brasil: Amazonas – Xingu*, Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros, Conselho Editorial do Senado Federal, Brasília.

REBOUÇAS, André. 1883, *Agricultura Nacional: estudos econômicos, propaganda abolicionista e democrática*, Ed. Massangana, Recife, 1988.

RIBEYROLLES, Charles. 1876, *Brasil Pitoresco*, EDUSP, São Paulo, 1980.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. [1822], *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*, São Paulo, Livraria Itatiaia Editada Ltda, EDUSP.

SANCTOS, Luis Gonçalves dos (padre). 1825, *Memórias para servir a História do Reino do Brasil, Divididas em Três Épocas: da Felicidade, Honra e Glória, Escritos na Côte do Rio de Janeiro no ano de 1821*, Lisboa, Imprensa Regia, IHGB.

SINIMBÚ, João Lins Vieira Cansansão de. 1852, *Notícia das Colônias Agrícolas Suíça e Alemã, Fundadas na Freguesia de São João Baptista de Nova Friburgo*, Nicterói, Typographia do Amaral e Irmão.

SOUZA, Joaquim Norberto de. 1854. *Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro*. Revista do IHGB nº 17, p.109 a 552.

TAUNAY, Carlos Augusto. 1839, *Manual do Agricultor Brasileiro*, Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e comp. Fundação Biblioteca Nacional - Obras Raras.

TSCHUDI, Johann Jakob von. [1866], *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, Editora Itatiaia, EDUSP, São Paulo, 1980.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (Barão de Paty do Alferes). [1847], *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, Senado Federal - Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasília, 1985.

Mapas

CARTA Geographica da Província do Rio de Janeiro, copiada no Real Archivo Militar. Lisboa, 1823. Fundação Biblioteca Nacional, Setor de Documentos Cartográficos, referência: ARC, 12, 2, 12.

CARTAS Topográficas da Capitania do Rio de Janeiro, mandadas tirar pelo Conde da Cunha, Capitão General e Vice-Rei do Estado do Brasil, feita pelo Sargento Mor Manoel Vieira Leão, 1767, Fundação Biblioteca Nacional, Setor de Documentos Cartográficos, referência: ARC, 25, 11, 5.

CARTA Geográfica da Província do Rio de Janeiro, mandada organizar por Decreto da Assembléa Provincial de 30 de outubro de 1857 e pelo Presidente da mesma Província, o Exmº Snr. Consro. Antonio Nicoláo Tolentino, feitas por Pedro D'Alcantara Bellegarde & Conrado Jacob Niemeyer, 1857., Lith. Imperial, Ed. Rensburg, Rio de Janeiro, 1858-1861, FBN, Setor de Documentos Cartográficos.

PLANTA da Província do Rio de Janeiro de 1830, Lithographia Mannheim, FBN setor de documentos cartográficos, ARC. 12,2,6.

BIBLIOGRAFIA

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. 1997, *Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- ALIER, Joan Martinez. 1995, *De la Economía Ecológica al Ecologismo Popular*. Editores Nordan-Comunidad e Icaria.
- ALTIVATER, E. 1995, *O Preço da Riqueza*, UNESP, São Paulo.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. 2003, *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- BASTOS, Ana Carina S. e BARROS, Wagner Santos de. 1997, *Um Coroador, um Puri: dois processos criminais contra índios na Vila de São Fidélis*, in Anais da I Jornada de Trabalho, Campos dos Goytacazes, RJ UENF, CCH.
- BOHRER, Cláudio Belmonte de Athayde. 1990, *O Levantamento da Vegetação no Planejamento do Uso da Terra na Amazônia Brasileira, com Ênfase no Manejo da Floresta Tropical*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Edimburgo.
- BRASIL, Gerson. 1970, *O Ouro, o Café e o Rio*. Rio de Janeiro, Ed.Brasiliense.
- BRAUDEL, Fernand. 1970, *Civilização Material e Capitalismo, séculos XV-XVIII*, Edições Cosmos, Lisboa.
- BRUSEKE, Franz Josef. 1992, "A questão ecológica na economia política, na economia neoclássica e na economia de transformação de matéria em valor" Separata, Belém do Pará, UFPA.
- CANDIDO, Antonio. 1975. *Os Parceiros do Rio Bonito, estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, Livraria Duas Cidades, São Paulo.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. 1987, *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas*, Editora Brasiliense, São Paulo.
- CARVALHO, Sebastião A.B.de. 1951, *O Tesouro de Cantagalo*, Gráfica do Colégio Salesiano de Niterói.
- CHONCHOL, Jacques. 1994. *Sistemas Agrários em América Latina. De la Etapa Prehispánica a la Modernización Conservadora*. Fondo de Cultura Económica, México.
- CIESLA, Willian M. 1996, *Cambio Climático, Bosques y Ordenación Floresta l- Una Visión de Conjunto*, Estudio FAO Montes 126, Roma.
- CORTESÃO, Judith et al.1990, *Mata Atlântica*, Fundação SOS Mata Atlântica, Ed. Index, São Paulo.
- CROSBY, A. 1994, *Imperialismo Ecológico: A Expansão Biológica da Europa*, São Paulo.
- DANTAS, Marcelo Eduardo & COELHO NETO, Ana Luiza. 1996, *Resultantes Geo-Hidroecológicas do Ciclo Cafeeiro (1780-1880) no Médio Vale do Rio Paraíba do Sul: uma Análise Quali-Quantitativa*. Anuário do Instituto de Geo-Ciências da UFRJ, Vol. XIX, páginas 61 a 78.
- DEAN, Warren. 1977, *A Ferro e Fogo - A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, Ed. Cia das Letras, São Paulo.
- DIAS, Acácio Ferreira. 1942, *Terra de Cantagalo*, Niterói, Rio de Janeiro.
- DRUMMOND, José Augusto. 1991, *A História Ambiental: Temas, Fontes e Linhas de Pesquisa*, in Estudos Históricos nº 8, Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- _____. 1997, *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*, EDUFF, Niterói – RJ
- _____. 1998, *O Manejo Agroflorestal Científico como um Uso Alternativo de Recursos Naturais na Amazônia Brasileira*, in Revista Estudos Sociedade e Agricultura, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro – RJ.

- EISENBERG, Peter L. *A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878*, Lapa, Jose Roberto do Amaral (org.), 1980, Modos de produção e realidade brasileira, Ed. Vozes, Petrópolis, RJ.
- ERTHAL, Clélio. 1992, *Cantagalo: da Miragem do Ouro ao Explendor do Café*, Gráfica Erthal Ltda, Niterói - RJ.
- FARAGE, Nádia. 1991, *As muralhas do sertão: os povos indígenas do Rio Branco e a colonização*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- FERRI, Mário Guimarães. 1980, *Vegetação Brasileira*, EDUSP, SP.
- FORMAN, Shepard. 1979. *Camponeses: sua participação no Brasil*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- FRAGOSO, João Luís. 1990, *A Economia Brasileira no Século XIX: mais do que uma Plantation Escravista-Exportadora*, in LINHARES, Maria Yedda (org.). Obra cita da.
- FRAGOSO, João Luis e FLORENTINO, Manolo, *O Arcaísmo como projeto. Mercado a atlântico, sociedade agrícola e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro 1790-1840*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. 1997, *Os viajantes e os índios do norte fluminense no século XIX*, in Anais da I Jornada de Trabalho, Campos dos Goytacazes, RJ, UENF, CCH.
- FREIRE, José Ribamar Bessa & MALHEIROS, Márcia Fernanda. 1997. *Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro*. Programa de Estudos dos Povos Indígenas, EDUERJ, Rio de Janeiro.
- FREYRE, Gilberto. 2000, *Casa-Grande e Senzala*, Editora Record, Rio de Janeiro.
- _____. 1985, *Nordeste – Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*, José Olympio Editora, Rio de Janeiro.
- GOMES, Mauro Leão. 2000, *A Cultura do Café e o Debate Ambiental no Século XIX: O Caso de Cantagalo na Província do Rio de Janeiro*, Dissertação de Mestrado apresentada a UFRJ/CPDA, Rio de Janeiro.
- GRUN, Mauro. 1996, *Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária*, Papirus Editora, Campinas, SP.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. 1975, *Quatro Séculos de Latifúndio*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- GUIVANT, Júlia. 1997, *Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável*. In Cadernos de Ciência e Tecnologia, vol.14, nº 3.
- _____. 2000, *Reflexividade na sociedade de risco: os agrotóxicos nos alimentos*, in Herculano, Selene (Org.), *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói, Ed. da UFF.
- GUIVANT, Julia e MIRANDA Cláudio. 1999, *As Duas Caras de Jano: Agroindústrias e Agricultura Familiar diante da Questão Ambiental*. Cadernos de Ciência e Tecnologia, EMBRAPA, vol. 16, nº 3, set/dez., págs. 85 a 128.
- HERRERA, Guilhermo Castro. 1996, *Naturaleza y Sociedad en la Historia de América Latina*, Ed. Celsa, Panamá.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. 2001, *Caminhos e Fronteiras*, Cia das Letras, São Paulo.
- HUECK, Kurt. 1972. *As Florestas da América do Sul. Ecologia, Composição e Importância Econômica*, Ed. Polígono AS., São Paulo.
- IANNI, Otávio. 1962. *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo. Difusão Européia do Livro.
- LAMPRECHT, Hans. 1990, *Silvicultura nos Trópicos. Ecossistemas florestais e respectivas espécies arbóreas – Possibilidades e métodos de aproveitamento sustentável*. Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH. República Federal da Alemanha.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. 1950, *O Homem e a Serra*, Rio de Janeiro, IBGE.
- LEFF, Enrique. 2001, *Saber Ambiental – Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*, Ed. Vozes, Petrópolis, RJ.
- LEITÃO FILHO, Hermógenes de Freitas (org.). 1993, *Ecologia da Mata Atlântica em Curitiba (SP)*, Ed. da Unicamp, Campinas –SP.
- LENOBLE, Robert. 1969. *História da Idéia de Natureza*, Edições 70, Lisboa.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1989. *O Pensamento Selvagem*, Papirus Editora, Campinas, SP.
- _____. 1952. *Raça e História*, Editorial Presença, Lisboa.
- LINHARES, Maria Yedda (org.). 1990, *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Cam pus.
- LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos, 1981. *História da Agricultura Brasileira, Combates e Controvérsias*, São Paulo, Ed. Brasiliense

- MACNEILL, J - WINSEMIUS, P - YAKUSHIJI, T. 1992, *Para além da interdependência - a relação entre a economia mundial e a ecologia da terra*, Rio de Janeiro - Zahar Editores.
- MARTINS, Ana Luiza. 1994, *O Trabalho nas Fazendas de Café - trabalho escravo e trabalho livre no Vale do Paraíba*, Editora Atual - São Paulo.
- MARTINS, Fernando Roberto. 1993, *Estrutura de uma Floresta Mesófila*, Ed.da UNI CAMP, Campinas - SP.
- MENDRAS, Henri. 1978, *Sociedades Camponesas*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- MERICO, Luiz Fernando Krieger. 1996, *Introdução à Economia Ecológica*, Ed.da FURB, Blumenau.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. 1984, *Inventário Florestal Nacional - Florestas Nativas do Rio de Janeiro e Espírito Santo*, Brasília - DF.
- MOLINA, Manuel González de. 1999, *La Crisis de la Modernidad Historiográfica y el Surgimiento de la Historia Ecológica*. In História e Meio-Ambiente, o Impacto da Expansão Européia. Governo Regional da Madeira.
- MOORE JR., Barrington. 1983, *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, Lisboa, Ed. Martins Fontes.
- MOREIRA, Roberto J. 1991, *Ecologia e Economia Política: Meio Ambiente e Condições de Vida* in anais XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (Sober), Campinas, SP.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. 1998, *Nas Fronteiras do Poder, conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- _____. 1989, *Pelas "Bandas d'Além", fronteira fechada e arrendatários escravistas*, Dissertação de Mestrado apresentada a UFF.
- MOTTA SOBRINHO, Alves. 1978, *A Civilização do Café (1820-1920)*, Ed.Brasiliense, São Paulo.
- NEUMANN, Franz. 1969, *Estado Democrático e Estado Autoritário*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- NICOULIN, Martin. 1996, *Emigração e Colonização Suíça no Brasil - 1817/1827*, Fundação Biblioteca Nacional - MEC, Rio de Janeiro.
- PÁDUA, José Augusto. 1997, *A Degradação do Berço Esplêndido: Um Estudo sobre a Tradição Original da Ecologia Política Brasileira - 1786/1888*. Tese de Doutorado apresentada ao IUPERJ.
- _____. 1998, *Cultura Esgotadora: Agricultura e Destruição Ambiental nas Últimas Décadas do Brasil Império*, in Revista Estudos Sociedade e Agricultura nº 11, CPDA/UFRRJ.
- _____. 2000, *Produção, Consumo e Sustentabilidade: O Brasil no contexto Mundial*. Cadernos de Debate nº 6, Projeto Brasil Sustentável e Democrático.
- _____. 2002, *Um Sopro de Destruição, pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- PARIS, Mary Lou. 1992, *Dossiê Mata Atlântica*, Fundação SOS Mata Atlântica, São Paulo.
- POSEY, Darrel A. 1987, *Etnobiologia: Teoria e Prática* in RIBEIRO, Berta G.(org.), 1987, *Suma Etnológica Brasileira, volume I:etnobiologia*, Ed. Vozes, Petrópolis.
- _____. 1987, *Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó)*, in RIBEIRO, Berta G.(org.), 1987, *Suma Etnológica Brasileira, volume I:etnobiologia*, Ed. Vozes, Petrópolis.
- PRADO JÚNIOR, Caio. 1967, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1994, *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense.
- RAMOS, Julião Barroso. 1941, *Tabelas de Medidas Agrárias*. Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, Berta G.(org.) , 1987, *Suma Etnológica Brasileira, volume I:etnobiologia*, Ed. Vozes, Petrópolis.
- _____. 2000, *O Índio na Cultura Brasileira*, Ed. Revan, Rio de Janeiro.
- SACHS, I. 1998, *Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil*, Editora Pallotti/APED, Florianópolis, SC.
- SACHS, Wolfgang (Edited). 1992, *Global Ecology. A New Arena of Political Conflit*, Zed Books, London and New Jarsey.
- SAHLINS, Marshall D. 1966, *A Cultura e o Meio Ambiente: o estudo de Ecologia Cultural*, in TAX, Irven Devore Sol (org.), *Panorama da Antropologia*, Ed. Fundo de Cultura, Lisboa.
- SCHMIDT, Carlos Borges. 1957, *Formação do Cafezal, O Domínio do Café. A Lavoura Tradicional e a Lavoura Atual*. Dir. Publicações Agrícolas, SP, Biblioteca Nacional.
- _____. 1976, *Técnicas Agrícolas Primitivas e Tradicionais*, Conselho Federal de Cultura, Brasília.

- SILVA, Eduardo. 1984, *Barões e Escravidão, Três Gerações de Fazendeiros e a Crise da Escravista*, Ed.Nova Fronteira, Rio de Janeiro. *Estrutura*
- SILVA, Jayme da. (org..) 1989. *Cativeiro e Liberdade*. Rio de Janeiro. UERJ.
- SIMONSEN, Roberto. 1957, *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, 3ª edição, Cia Ed. Nacional, São Paulo.
- SPINDEL, Cheywa R. 1980, *Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- STEIN, Stanley J. 1961, *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- _____. 1985, *Vassouras, um município brasileiro do café 1850-1900*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. 1939, *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café.
- TEIXEIRA, Carlos Corrêa, 1999. *Visões da Natureza: Seringueiros e Colonos em Rondônia*, Educ/Fapesp, São Paulo.
- TEIXEIRA, Cláudia Silva, 2001. *Florestas sociais. Uma resposta à destruição das florestas Tropicais?* Dissertação de Mestrado apresentada a UFRRJ/CPDA.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. 1990, *Conquista e Colonização da América Portuguesa. O Brasil Colônia - 1500/1750*, in LINHARES, Maria Yedda. *Obra citada*.
- THOMAS, Keith. 1989. *O Homem e o Mundo Natural, mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*, Cia das Letras, São Paulo.
- THOMPSON, E. P. 2002, *Costumes em comum, estudos sobre a cultura popular tradicional*, Companhia das Letras, São Paulo.
- TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres. La réflexion française sur la diversité humaine*, Éditions du Seuil, Paris, France.
- _____. 1983. *A Conquista da América e a Questão do Outro*, Livraria Martins Fontes Editora Ltda, São Paulo.
- VALVERDE, Orlando. 1967, *A Fazenda de Café Escravocrata no Brasil*, Gráfica do IBC - Rio de Janeiro.
- VELHO, Otávio Guilherme. 1976, *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, São Paulo, Ed. Difel.
- VIEIRA, Paulo Freyre et RIBEIRO, Maurício Andrés (Orgs.), 1999. *Ecologia Humana, Ética e Educação. A Mensagem de Pierre Dansereau*, Editora Pallotti, Porto Alegre, RS.
- VINHAES, Eliana Maria Gonçalves. 1992, *Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local*, Dissertação de Mestrado apresentada a UFRJ, Rio de Janeiro.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. 1996, *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*, trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG.
- WEID, J.M. 1997, *Fome em Meio à Abundância*, FASE, Rio de Janeiro.
- WHATELEY, Maria Celina. 1987, *O Café em Resende no século XIX*. Rio de Janeiro, J. Olympio.
- WORMALD, T.J. 1995, *Plantaciones Forestales Mixtas y Puras de Zonas Tropicales y Subtropicales*, Estudio FAO Montes 103, Roma.
- WORSTER, Donald, 1991, *Para fazer História Ambiental*, in Estudos Históricos nº 8, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.